

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

19 88



RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL

N.º 01/88

MÊS JAN

EXEMPLAR 138

EMFA GABINETE Protocolo nº <u>007.119.88</u>	
ENTRADA	DESTINO
<u>17.02.88</u>	<u>ASSIST. SUBEX</u>

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXERCITO
GABINETE DO MINISTRO

Sen. Haucop

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXERCITO

RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL Nº 01/88

D I S T R I B U I Ç Ã OQUANTIDADE DE EXEMPLARES

- GABINETE DO MINISTRO.....	03
- GABINETE MILITAR DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....	02
- ESTADO-MAIOR DO EXERCITO.....	09
- DEPARTAMENTO GERAL DO PESSOAL.....	07
- DEPARTAMENTO GERAL DE SERVIÇOS.....	06
- DEPARTAMENTO DE MATERIAL BÉLICO.....	07
- DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E COMUNICAÇÕES.....	07
- DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.....	10
- SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS.....	05
- SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	05
- SECRETARIA GERAL DO EXERCITO.....	02
- CML.....	15
- CMSE.....	07
- CMS.....	18
- CMNE.....	08
- CMA.....	06
- CMP/11a RM.....	02
- CMO.....	05
- CIE.....	08
- CIM.....	01
- CISA.....	01
- AC/SNI.....	02
- EsNI.....	01
- SUBEX/EMFA.....	01
- T O T A L.....	138

De acordo com o item II do Art 65 do Regulamento para a Salva guarda de Assuntos Sigilosos (Decreto nº 79.099, de 06 Jan 77), ficam os destinatários deste Relatório autorizados a difundir, às Agências que lhes forem subordinadas, os itens que julgarem convenientes.

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO

Am. Henrique

INDICE DOS ASSUNTOS DO RPM DO MÊS DE JANEIRO DE 1988

A S S U N T O S	PAG
1. CAMPO MILITAR	
a. Vencimentos dos Servidores Civis do Ministério do Exército.	01
b. Crimes e Transgressões Disciplinares.....	01
c. Uso Indevido de Fardamento.....	02
d. Roubo de Armamento Militar no Meio Militar.....	02
e. Militares Mortos ou Feridos, com Explosivos, em Serviço....	03
f. Atuação do Exército na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).	03
g. Atuação do Exército na Área em Litígio Entre os Estados do ACRE e RONDÔNIA.....	04
h. Justiça Militar.....	05
2. CAMPO POLÍTICO	
a. Assembléia Nacional Constituinte (ANC).....	06
b. Reunião dos "Históricos" do PMDB.....	07
c. Movimento da Unidade Progressista (MUP).....	08
3. CAMPO PSICOSSOCIAL	
a. Partido Comunista Brasileiro (PCB).....	11
Infiltração na Administração Pública.....	11
b. Movimento Educacional.....	12
O XXI Congresso da Confederação dos Professores do Brasil (CPB).....	12
c. Problemas Fundiários.....	13
Jornada pela Reforma Agrária.....	13
d. Movimentos Populares (M Pop).....	15
Articulação de Movimentos Populares.....	15
4. APRECIACÃO	

ou *Sumário*

CONTINUAÇÃO DO ÍNDICE DOS ASSUNTOS DO RPM DO MÊS DE JAN 88

A S S U N T O S	PAG
a. Campo Militar.....	16
b. Campo Político.....	16
c. Campo Psicossocial.....	16
5. ANEXO: AS IDEIAS MARXISTAS NA IGREJA	--

CAMPO MILITAR

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
C I E

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL,
EM 10 DE Fevereiro DE 19 88

- RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL N.º 01/88 -

1. CAMPO MILITAR

a. Vencimentos dos Servidores Civis do Ministério do Exército -- 8.1.2.1.

O Ministério do Exército, através da Diretoria de Pessoal Civil (DPC), está procedendo estudos com vistas à elaboração de um plano de carreira para seus funcionários civis, à semelhança dos existentes em outros órgãos da Administração Federal -- MPAS e M Faz, dentre outros.

b. Crimes e Transgressões Disciplinares -- 8.1.5.2.

Na noite de 18 para 19 de janeiro, um soldado do 1º BIS, MANAUS/AM, que realizava patrulhamento em dupla na área da Vila Militar, disparou o seu FAL, ferindo 02 (dois) menores.

A dupla de serviço alegou que ouviu gritos pedindo socorro, vindos de um local próximo à área de patrulhamento, conhecido como ponto de toxicômanos e pederastas e, contrariando ordens existentes, dirigiu-se ao local, deparando com 04 (quatro) elementos que corriam em fuga, em direção à Vila Militar. Ato contínuo, um dos soldados acionou sua arma, ferindo, com um disparo, 02 (dois) dos suspeitos.

Como o fato ocorreu fora da área de patrulhamento, implicando em desobediência às ordens vigentes, a dupla de soldados foi recolhida presa ao quartelamento, tendo sido lavrado, por ordem do Cmf da Unidade, o auto de prisão em flagrante contra o autor do disparo, que se encontra à disposição da Justiça.

O incidente evoca a necessidade do perfeito esclarecimento das missões do pessoal de serviço -- principalmente aquelas que impliquem na possibilidade de utilização do armamento -- e da permanente verificação de seu entendimento pelos que as executam, para que sejam preservadas a justeza da iniciativa e a integridade física de terceiros.

c. Uso Indevido de Fardamento -- 8.4.2.

Foi preso em ARCEBURGO/MG um civil, fardado de cabo em ferreiro do Exército, dizendo ter servido no Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), em BRASÍLIA/DF, de onde teria sido licenciado em Fev 87.

Em poder do delinqüente, foi apreendido um veículo tipo PASSAT, de NOVA ESPERANÇA/PR, apropriado indevidamente naquela cidade, existindo registro de sua passagem por JACUI/MG, onde tentou furtar uma residência rural.

O BGP informou não se tratar de ex-soldado daquela OM.

Ocorrências dessa natureza, envolvendo elementos civis em trajes militares, estão se tornando rotineiras, em face dos constantes assaltos a militares, onde são levadas peças de uniforme.

A constatação de freqüentes casos de utilização indevida de fardamento impõe extremo zelo no controle da sua devolução, por ocasião dos licenciamentos, e recomendações especiais no caso de doação, particularmente nesta fase de substituição dos uniformes.

d. Roubo de Armamento Militar no Meio Militar -- 8.5.1.1.

No dia 21 Jan, foi preso um civil que, passando-se por soldado do Exército (trajava uniforme de instrução), pulou o muro da Cia Cmdo 2ª Bda Inf Mtz, NITERÓI/RJ, apoderou-se de um FAL e tentou passá-lo para outro civil que se encontrava do lado de fora do aquartelamento.

Interrogado a respeito, o indivíduo de nome ALBERTO SOARES LEITE JUNIOR disse ter servido naquela Cia Cmdo no ano de 1986, onde exercera a função de armeiro. Foram apreendidos os seguintes materiais, em poder do impostor e de seu cúmplice, também preso: 01 (um) porta-carregador de FAL; 01 (um) saco de lona V0; 01 (uma) faca com cabo; 01 (uma) faca de trincheira; 01 (uma) chave de fenda; 10 (dez) Car 7,62mm traçante; 04 (quatro) Car 7,62mm M1A1; e 06 (seis) Car 7,62mm festim.

Foi confirmado tratar-se de um ex-soldado do 22º Pel PE, da 2ª Bda Inf Mtz, NITERÓI/RJ, que lá servira em 1986, exercendo a função de armeiro.

O ex-soldado ALBERTO SOARES LEITE JUNIOR e o civil GILVAN ASSIS FERNANDES encontram-se presos no 3º BI, SÃO GONÇALO/RJ, à disposição da Justiça Militar.

O episódio sugere a necessidade de atenção e decisão na atuação das guardas, para impedir e desestimular qualquer tentativa de penetração em nossos aquartelamentos.

e. Militares Mortos ou Feridos, com Explosivos, em Serviço

— 8.6.5.

No dia 18 Jan 88, ocorreu um acidente na área de desmonte de munição do DRAM/7, PAU D'ALHO/PE, onde se realizava uma atividade rotineira de queima de pólvora. Ainda na área de desengaste houve uma explosão e, em consequência, seis soldados sofreram queimaduras graves.

Houve interesse do Sr Ministro do Exército na transferência dos feridos para o Hospital da Aeronáutica que é considerado um dos melhores do País no atendimento de queimados, porém, essa transferência não ocorreu devido ao estado crítico das vítimas e por ser o Hospital São Marcos, em RECIFE/PE, do mesmo padrão de atendimento.

Entre os dias 19 e 30 de janeiro, faleceram cinco dos acidentados, permanecendo em tratamento um ferido.

Foi instaurado IPM para apurar os fatos, sendo encarregado o TC QEM QUIM JARBAS DA ROCHA CARVALHO.

f. Atuação do Exército na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) — 8.8.2.

A ocupação da CSN por tropas do 22º Batalhão de Infantaria Motorizado/BARRA MANSA-RJ foi solicitada pelo presi-

Continuação do RPM n.º 01 / 88 - CIE, de 10 de Fevereiro de 1988 - 04

dente da empresa, para preservar o patrimônio da União, em face da greve das empreiteiras, iniciada no dia 13 Jan 88, quando foi desencadeada uma série de "atos de vandalismo dos ativistas", saqueando alimentos dos restaurantes da empresa.

Desde o início da greve, a PMERJ tinha ordem do Comando -Geral para não atuar no interior da usina.

A retirada das tropas do Exército do interior da usina ocorreu, no dia 19 Jan 88, após a suspensão da greve dos trabalhadores das cinco empreiteiras (Conservadora Volta Redonda, Montreal, CEG, Stenil e FACOM).

O emprego de tropas do 22º B I Mtz, na preservação do patrimônio da União na CSN, ocorreu sem incidentes, apesar de ter sido explorado pelos órgãos de comunicação social de maneira tendenciosa.

g. Atuação do Exército na Área em Litígio entre os Estados do ACRE e RONDÔNIA -- 8.8.10.

Em dezembro de 1987, a Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou um laudo arbitral, favorecendo o Estado de RONDÔNIA no litígio com o Estado do ACRE, relacionado com o domínio territorial, envolvendo as localidades de VILA EXTREMA e NOVA CALIFÓRNIA, na divisa entre os dois Estados.

No dia 28 de dezembro, a Polícia Militar do ACRE impediu a entrada de uma equipe médica de RONDÔNIA, em VILA EXTREMA, acirrando os ânimos na região.

O agravamento da situação provocou o deslocamento de efetivos das Polícias Militares dos dois Estados que se defrontaram ameaçadoramente na área disputada. A iminência do conflito exigiu a intervenção do Ministro da Justiça, que convocou os dois Governadores para conversações em BRASÍLIA/DF, no dia 15 de janeiro de 1988, sem obter sucesso.

Por solicitação do Ministro da Justiça, o Presidente

Continuação do RPM n.º 01 / 88 - CIE, de 10 de Fevereiro de 1988 - 05

da República determinou o emprego de tropas do Exército, até que a questão seja solucionada por um juízo arbitral ou pelo Supremo Tribunal Federal.

No dia 19 de janeiro de 1988, foi iniciado o deslocamento de tropas do CMA e do CMO para as localidades de VILA EXTREMA e NOVA CALIFÓRNIA, dissuadindo as intenções beligerantes das polícias estaduais. A população local, ameaçada pela perspectiva de luta, saudou com alívio a chegada do Exército, retornando às suas atividades rotineiras. Mais assistida, ainda, sente-se com a Ação Cívico Social desenvolvida pela Força Terrestre que lhe proporciona assistência médico-odontológica.

A presença de tropas do Exército Brasileiro, mantendo, de acordo com os preceitos constitucionais, a lei e a ordem pública na divisa dos Estados do ACRE e RONDÔNIA, esvaziará as tensões na área questionada, enquanto se aguarda uma decisão superior da Justiça.

h. Justica Militar — 8.10.5.

No dia 12 Jan 88, o Conselho Especial de Justiça (CEJ) da 5ª Circunscrição da Justiça Militar (CJM) condenou o Cap LUIZ FERNANDO WALTHER DE ALMEIDA, do 31º BIMtz, APUCARANA/PR, à pena de 03 anos de reclusão como incurso no Art 169 do Código Penal Militar (CPM) - Operação Militar sem Ordem Superior-, por ter cercado e ocupado, no dia 22 de outubro de 1987, as dependências da Prefeitura de APUCARANA/PR à frente de 50 militares, seus comandados.

A punição foi a mínima prevista para os incursos no Art 169 do CPM.

CAMPO . POLÍTICO

2. CAMPO POLÍTICO

a. Assembléia Nacional Constituinte (ANC) - 1.5.2

Vão surgindo os primeiros indícios da possibilidade de ter-se uma Constituição que espelhe o pensamento médio da sociedade brasileira.

Isto deve-se ao grupo denominado "CENTRÃO", majoritário na Constituinte, que teve de submeter a quatro votações sua vontade de fazer prevalecer a maioria na redação do texto da Carta Magna.

Depois de manobras, tentativas de acordo e obstruções da "esquerda", esse grupo conseguiu, na primeira votação do ano legislativo de 1988, por 288 votos contra 148 e 24 abstenções, modificar o Regimento Interno que regulará os trabalhos do plenário da Constituinte.

Com esta vitória, o "CENTRÃO", além de garantir a preferência para a votação das suas propostas em Plenário — que, na prática, significa deslocar as discussões da Constituinte para sua proposta em detrimento do atual projeto —, assegurou também a prerrogativa de apresentar emendas globais aos títulos. De acordo com o novo Regimento Interno, apenas as propostas subscritas por no mínimo 280 parlamentares, maioria absoluta dos constituintes, pode alterar esses títulos por inteiro.

Esta possibilidade de a maioria intervir no processo de decisão, fazendo valer a sua vontade sobre a da Comissão de Sistematização, faz parte da realidade política.

Nas quatro votações em que superou os grupos minoritários de "esquerda" — que obtiveram êxito na organização das Comissões Temáticas e de Sistematização —, o CENTRÃO mostrou-se coeso em torno de seus propósitos.

Vencida a primeira etapa, espera-se que o "CENTRÃO" mantenha-se, durante as votações em plenário, articulado o suficiente para continuar se contrapondo aos grupos minoritários

de "esquerda".

Vale ressaltar que este grupo não é um partido ou um todo homogêneo. É um agrupamento suprapartidário de parlamentares de tendências "moderadas" e de "centro", que se uniram, circunstancialmente, em torno de interesses comuns: a alteração das propostas de natureza socio-econômica aprovadas pela astúcia da "esquerda" na Comissão de Sistematização.

O "CENTRÃO" não pode jamais acreditar na "esquerda" ou mesmo subestimá-la. Para chegar ao poder ela tudo fará. Prova disto está na campanha injuriosa e suja que vem desencadeando contra os parlamentares deste grupo junto às suas bases eleitorais, contando para isso com o apoio irrestrito de sindicatos e do clero "progressista".

Este procedimento visa a intimidar os parlamentares inexperientes — no gozo de sua primeira legislatura — que, temerosos das críticas de seus eleitores, poderão retirar-se do "CENTRÃO". Se atingido este objetivo, a "esquerda" terá sua primeira vitória antes da votação em plenário, pois este grupo não terá mais o mesmo poder de voto demonstrado por ocasião da aprovação do novo Regimento Interno.

b. Reunião dos "Históricos" do PMDB - 1.1.2

Realizou-se no dia 9 de janeiro p.p., na sala NEREU RAMOS, no Congresso Nacional, a reunião do recém criado grupo de políticos peemedebistas, autodesignados por "históricos".

Ao final do encontro, este grupo que congrega as facções de "esquerda" do PMDB — inclusive a mais radical, denominada de MOVIMENTO DA UNIDADE PROGRESSISTA (MUP) — emitiu uma nota que teve como destaques:

— o rompimento do partido com o governo do Presidente JOSÉ SARNEY;

— a convocação de eleições presidenciais em 1988; e

— o repúdio aos membros do PMDB integrantes do "CENTRÃO".

Segundo as lideranças desse grupo, esta reunião teve por finalidade resgatar as origens da legenda e a sua depuração, afastando do partido políticos que, no entendimento dos ditos "históricos", se afastaram da linha programática da agremiação.

Entretanto, o motivo aparentemente mais lógico para esta tomada de posição das "esquerdas" do PMDB reside, principalmente, na atitude dos "moderados" do partido em se unirem a outras legendas partidárias de linha de atuação equilibrada para, conjuntamente, dotarem a Nação de uma Constituição coerente com os princípios democráticos do povo brasileiro.

Estas facções de "esquerda", que há muito vêm se utilizando do PMDB — que sempre foi mais uma "frente" do que um partido — como instrumento para benefícios próprios e como ponte para chegada ao poder, ao sentirem-se ameaçadas em seus propósitos, evocaram princípios programáticos nunca antes praticados, mas que agora poderão servir como artifícios de mobilização popular.

Esta é mais uma tentativa das "esquerdas", no caso do PMDB, de não perderem o espaço conquistado, utilizando bandeiras populistas, como sempre o fazem, ao sentirem-se em perigo.

c. Movimento da Unidade Progressista (MUP) - 1.1.2

Durante algum tempo, entre os anos de 1974 e 1979, onde se situam as origens do denominado processo de abertura política, forças de esquerda unificaram-se e se avolumaram sob a sigla do então MDB.

Era um grupo de políticos que não teve qualquer pudor em engrossar as fileiras de uma organização permitida. Era o espaço de legalidade para os ideólogos da esquerda.

Abandonaram provisoriamente outras formas de luta em face do fracasso do embate frontal contra as forças democráticas e recuaram estrategicamente para uma posição abrigada, onde adotaram outras formas de luta — entre elas a eleitoral — até então impensada.

O MDB, na postura de oposição, abriu as portas de sua

Continuação do RPM n.º 01 / 88 - CIE, de 10 de Fevereiro de 1988 - 09

agregação acolhendo indiscriminadamente os mais diversificados matizes ideológicos.

O MDB nunca foi propriamente um partido, mas uma frente, talvez a única oportunidade de organização política formal reconhecida pelo Estado como instância de acesso ao poder.

Era considerado pelas esquerdas como um instrumento decisivo para se opor aos governos militares e alcançar o poder.

Reconheça-se, porém, que o monopólio da representação oposicionista pelo MDB até 1978, se favorecia a unidade das oposições, já não permitia circunscrever dentro do partido todas as novas formas de luta e representação dos movimentos populares e OS.

No final da década de 70 a abertura política promovida pelo governo brasileiro, permitiu aos sindicatos retomar as suas lutas, possibilitou o retorno dos exilados com suas velhas e novas colocações e tantos outros movimentos que saíram às ruas impondo formas cada vez mais ousadas de contestação.

Em 85, com a legalização dos partidos comunistas, lideranças de esquerda elegeram-se por estas siglas, enquanto outras preferiram propositalmente manter-se, por motivos eleitorais e estratégicos, sob o manto do PMDB.

Iniciados os trabalhos da ANC, os partidos de esquerda passaram a atuar com desenvoltura objetivando impor suas idéias à Constituinte.

Contando com o apoio da imprensa comprometida, do clero progressista e dos ditos movimentos populares e utilizando-se do patrulhamento ideológico este grupo, autodenominado de MUP, visualizou a hipótese de construir a militância dentro do PMDB, como corrente interna e até disputar a sua hegemonia.

Em face da reação, um pouco tardia, dos "moderados" e "conservadores", maioria no partido, esta facção concluiu pela inviabilidade desse propósito.

Apesar do PMDB comportar uma esquerda dentro de si,

muitos integrantes deste grupo acham que é chegada a hora da criação de um grande partido que una todas as correntes de esquerda do País. Acreditam que esta é a solução mais plausível para chegada ao poder.

Entretanto, em virtude da proximidade das eleições municipais de 1988, grande parte de seus integrantes postula que o momento não é o mais propício, pois a criação de um partido bem como o trabalho de mobilização da opinião pública em torno deste demandam tempo. Este fator é considerado um obstáculo para aqueles que têm como objetivo primordial ocupar uma Prefeitura e são visualizam esta possibilidade se permanecerem no PMDB.

Vale ainda ressaltar que mais de 50% dos parlamentares que compõem o MUP, são militantes ou simpatizantes de OS. O restante apesar de não ter um passado de envolvimento com OS, já aderiu as suas teses.

CAMPO PSICOSSOCIAL

3. CAMPO PSICOSSOCIAL

a. Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Infiltração na Administração Pública - 3.3.5.1.

Com o propósito de prestigiar as direções regionais do NORDESTE na tarefa de filiação de novos militantes, trabalho prioritário do partido no momento, o PCB decidiu promover a primeira reunião de sua Comissão Executiva (CEX/CC) naquela região. Tendo em vista o apoio prometido e, posteriormente, concretizado pelo Governo do Estado de SERGIPE, através de seus militantes nele infiltrados — JACKSON BARRETO DE LIMA, Prefeito de ARACAJU; WELLINGTON DANTAS MANGUEIRA MARQUES, Secretário Estadual de Esportes e Lazer e membro do CC/PCB; JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO, Secretário Estadual de Educação; e JACKSON DE SÃ FIGUEIREDO, Procurador Geral do Estado, também membro do CC/PCB —, a reunião foi realizada em ARACAJU nos dias 08 e 09 Jan 88.

Compareceram à reunião 18 (dezoito) dos 20 (vinte) membros da CEX — RAIMUNDO ANTÔNIO DA COSTA JINKINGS (PCB/PA) e BYRON SARINHO TRAVASSOS DE PAULA (PCB/PE) não compareceram — e JOSÉ RAIMUNDO DA SILVA e MARCOS JAIMOVICH, do Secretariado do Comitê Central, como convidados, o que importou em deslocamentos de 08 (oito) militantes do RIO DE JANEIRO, 06 (seis) de SÃO PAULO, 03 (três) do DISTRITO FEDERAL e 01 (um) dos Estados de MINAS GERAIS, BAHIA e RIO GRANDE DO SUL.

Considerando os preços atuais das passagens aéreas desses Estados para ARACAJU, verifica-se que somente para tais deslocamentos o Governo de SERGIPE contribuiu com Cz\$812.862,00 (oitocentos e doze mil, oitocentos e sessenta e dois cruzados) para a reunião do PCB. Acresce-se a este gasto, os despendidos com a hospedagem, dois dias no Hotel Jacques, com a diária a Cz\$2.300,00 (dois mil e trezentos cruzados), a alimentação e passeios turísticos pela cidade, também propiciados pelo Governo sergipano.

Evidencia-se, pois, a malversação do erário público na promoção de eventos de um organismo clandestino, uma vez que a

Continuação do RPM n.º 01/88 - CIE, de 10 de Fevereiro de 1988 - 12

"Comissão Executiva do Comitê Central" do PCB não está prevista na Lei Orgânica dos Partidos Políticos e, tampouco, nos Estatutos publicados no Diário Oficial da União (DOU nº 85, de 05 Mai 85), através dos quais obteve, pela segunda vez, em 17 Dez 87, um registro provisório no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

b. Movimento Educacional (MEd)

O XXI Congresso da Confederação dos Professores do Brasil (CPB).

Realizado em BRASÍLIA/DF, de 16 a 21 de janeiro do corrente ano, reuniu cerca de 4000 (quatro mil) participantes entre delegados e observadores enviados pelas diversas associações de docentes filiadas à Confederação dos Professores do Brasil (CPB).

O cerne dos debates, ocorridos durante o evento, prendeu-se à filiação, ou não, da CPB à Central Única dos Trabalhadores (CUT) ou à Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Melhor organizados, os professores pró-CUT conseguiram fazer prevalecer suas teses e aprovaram a filiação da entidade àquela central sindical.

A principal consequência do fato é o atrelamento, de agora em diante, da CPB às bandeiras de luta da CUT que se originam no Partido dos Trabalhadores (PT).

Após conquistar a União Nacional dos Estudantes (UNE), através do Partido Revolucionário Comunista (PRC), no último congresso realizado em CAMPINAS/SP, e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), no congresso de BRASÍLIA-DF — tendo desvinculado ambas as entidades do Partido Comunista do Brasil (PC do B) —, conquista o PT mais espaço no Movimento Educacional, pois, em tese, já domina a direção das principais entidades representativas do Movimento Universitário (MU), do Movimento Secundarista (MS), do Movimento dos Professores (MP) e, também, do Movimento dos Funcionários (MF), já que a Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA), apesar de ser presidida por militante do PC do B, tem a maioria dos cargos de diretoria ocupados por militantes petistas.

A unicidade de uma provável orientação petista a todo o Movimento Educacional indica a possibilidade de radicalização e de aumento de reivindicações de cunho político e contestatório, com a possível consecução de uma unidade de lutas, objetivo há muito pretendido pela esquerda.

Por outro lado, as contradições e lutas internas que ocorrem entre as diversas tendências que compõem o PT, serão fator prejudicial à pretendida unificação.

c. Problemas Fundiários

Jornada pela Reforma Agrária - 4.3.4

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Rio Grande do Sul (MST/RS) planejou uma "Jornada pela Reforma Agrária", amplo conjunto de atividades que visa a "sensibilizar a opinião pública" para a problemática da reforma agrária.

A "jornada" teve início em 26/4/00Jan, no auditório da FETAG/RS, em PORTO ALEGRE/RS, prosseguindo com uma passeata pelas ruas do centro da cidade até a "Esquina da Democracia", onde foi iniciado um jejum de 24 horas.

A direção entende que o sucesso está condicionado ao trabalho com casos concretos na luta pela terra, e que o apelo ideológico deva ser evitado; que a dramatização desses casos deve ser o grande apelo, sensibilizando o povo, forçando-o a se posicionar. Durante todo o desenrolar da "jornada", será buscada a adesão ao movimento, através de assinaturas que serão enviadas à Assembleia Legislativa e ao Governo do Estado. A previsão dos organizadores é de que a jornada se estenda até abril ou maio e tenha fim com uma "semana de encerramento".

São atividades previstas, para aquela semana: congestionamento dos correios, através do envio de numerosas cartas a autoridades estaduais e federais; suspensão das aulas, para que professores e alunos possam estudar a reforma agrária; grande jejum de sete dias com a participação de nomes de destaque no cenário nacional; foguetório diário; palestras com LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA, PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO, irmãos LEONARDO e CLODOVIS BOFF; encenação de peça teatral; "shows" com artistas de renome, CHICO BUARQUE, MILTON NASCIMENTO; colocação de sacos de terra e

de sementes, galhos de plantas e miniaturas de barracos nos prédios públicos; paralisação das fábricas. Grande ato público em PORTO ALEGRE/RS, fecharia a semana e a "jornada", com queima de retratos de ministros, de contratos bancários e de notas de venda, em frente aos prédios onde funcionam as representações dos Ministérios da Fazenda, da Agricultura e da Reforma e Desenvolvimento Agrário, além do Palácio do Governo.

A "jornada" tem como objetivos finais: sensibilizar amplas camadas da opinião pública para a questão da terra e a situação dos pequenos agricultores; formar uma opinião pública favorável à reforma agrária; denunciar e inibir a violência contra os trabalhadores; manter os acampamentos como forma de pressão permanente; isolar os fazendeiros da União Democrática Ruralista (UDR); pressionar o governo para desapropriar terras; colocar a reforma agrária como questão central da próxima eleição presidencial e na elaboração da legislação ordinária após a nova Constituição; avançar o processo de organização de base e formação da consciência política; e conquistar uma vitória política em relação aos planos da burguesia.

O MST/RS é dos mais organizados movimentos reivindicatórios do País, com grande prática e experiência na preparação e execução de manifestações, que são eficazes e obtêm grande destaque nos MCS. Sua estratégia vem sendo modificada e aperfeiçoada em cada nova invasão, sempre dificultando as ações policiais preventivas.

A "jornada", pelos objetivos que se propõe alcançar, pelas entidades que participam, pela preparação esmerada, pelo tempo estimado de duração, representa uma grande pressão sobre o Governo do Estado do RIO GRANDE DO SUL, sobre os constituintes e, até mesmo, sobre o Governo Federal, para que seja aprovada, pela Constituinte, a reforma agrária nas condições pretendidas pelas esquerdas e "progressistas". Em caso de sucesso ela comprovará a eficácia das técnicas utilizadas, que poderão ser empregadas noutros locais, movimentos e ocasiões, tornando-se precedente perigoso pelo caminho aberto para novas e intensas invasões.

d. Movimentos Populares (M Pop)Articulação de Movimentos Populares - 3.3. Div

Preocupados em atuar em níveis marcadamente ideológicos (trabalho de massa) e conscientes do papel estratégico que cabe aos Movimentos Populares (M Pop), como forma de executar a pressão de base para a tomada do poder, as correntes manipuladoras desses movimentos — clero "progressista" e Organizações Subversivas (OS) — têm orientado suas ações para a criação de uma Central de Movimentos Populares ou de Federações Estaduais de Moradores, que permitam estabelecer relações de complementariedade dentro dos M Pop e destes com o Movimento Sindical.

No momento, duas concepções distintas estão em debate: uma procurando reunir em torno de uma Central Nacional de Movimentos Populares (CENAMPO) todos os movimentos existentes e outra privilegiando o segmento de associações de moradores (AM).

Independente das indefinições quanto às vantagens e desvantagens de uma ou de outra concepção, se os Movimentos Populares viabilizarem uma Central englobando diferentes segmentos sociais, inclusive instâncias municipais e estaduais de M Pop e não só de AM, contarão com alternativas "de articulação" — palavra que substitui a designação de frentes, muito utilizada pelo clero "progressista" no passado —, em diferentes níveis, a exemplo do que já vem ocorrendo no Movimento Sindical, através das centrais sindicais.

A centralização em discussão tem o objetivo de facilitar o trabalho de massa nos diferentes segmentos que compõem o movimento popular e comprometê-los ideológica e politicamente com os projetos políticos das OS que atuam no País, visando a prepará-los para executar a pressão de base na luta pela tomada do poder.

A P R E C I A Ç Ã O

Continuação do RPM n.º 01 / 88 - CIE, de 10 de Fevereiro de 1988 - 16

4. APRECIACÃO

a. Campo Militar

O incidente ocorrido em MANAUS/AM, envolvendo a iniciativa não autorizada da guarda e o ferimento de 02 (dois) menores, bem como a tentativa de roubo de armamento na Cia Cmdo da 2ª Bda Inf Mtz, em NITERÓI/RJ, demonstram a necessidade do completo esclarecimento das missões do pessoal de serviço e da imprescindível atenção durante as vigílias, para coibir as tentativas de penetrações em nossos aquartelamentos.

① O emprego de tropas do Exército na CSN e na área em litígio entre os Estados do ACRE e RONDÔNIA, coibindo agitação e evitando o conflito entre polícias estaduais, demonstra a necessidade de manutenção dos atuais preceitos constitucionais das FA — defesa da Pátria e garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem — na nova Constituição.

b. Campo Político

② Os embates político-ideológicos que permeiam as atividades da Assembleia Nacional Constituinte ganharam nova dimensão com o surgimento de um grupo suprapartidário e majoritário de tendência moderada, o CENTRO.

Apesar da reação dos "históricos", que se sentiram ameaçados em seus propósitos, existe uma expectativa otimista de que a futura Constituição do País espelhe o pensamento médio da sociedade brasileira.

c. Campo Psicossocial

③ O campo psicossocial foi marcado pela tentativa de organização, consolidação e aumento das atividades de pressão de base, por parte de diversos segmentos sociais.

A "Jornada pela Reforma Agrária", proposta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do RIO GRANDE DO SUL (MST/RS), evidencia uma intenção clara de pressionar os constituintes e condicionar a opinião pública, para que seja aprova-

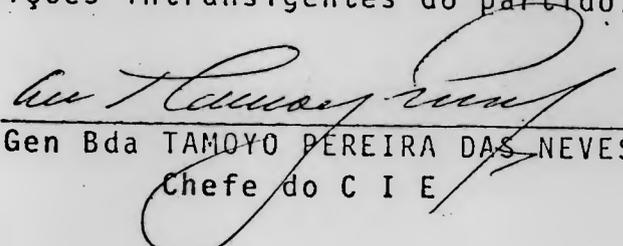
Continuação do RPM n.º 01 / 88 - CIE, de 10 de Fevereiro de 1988 - 17

da pela ANC uma Reforma Agrária, a feição das esquerdas, sem considerar os interesses dos proprietários de terras.

O propósito das OS que manipulam os Movimentos Populares (M Pop) e do "clero progressista", de criação de uma Central de Movimentos Populares ou de Federações Estaduais de Moradores, demonstrou a tentativa de unificação desses movimentos com o objetivo de facilitar o trabalho de massa, visando a prepará-los para a execução de pressões de base que facilitem a luta pela tomada do poder.

Outro fato significativo foi a decisão da Confederação dos Professores do Brasil (CPB) de se filiar à CUT. Dessa forma, o PT, que já controla a UNE e a UBES, consolida seu domínio sobre o MEd, uma vez que a maioria dos cargos da Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) está em suas mãos.

Dessa vitória do PT, infere-se a possibilidade de radicalização do MEd — cuja atuação foi relativamente tranquila em 1987 —, refletindo as posições intransigentes do partido.


Gen Bda TAMOYO PEREIRA DAS NEVES
Chefe do C I E

ANEXO ao RPM nº 01/88 - CIE de 10 de fevereiro de 1988

AS IDEIAS MARXISTAS NA IGREJA

JORNAL DO BRASIL

sexta-feira, 5/2/88 □ 1º caderno □ 11

Retrato ou caricatura?

Dom José Fernandes Veloso

Não é novidade para ninguém a lamentável infiltração de idéias marxistas na Igreja. Seria falso e injusto generalizar e acusar a Igreja de ser marxista; mas é inegável a existência de uma persistente tentativa de infiltração ideológica. Paulo VI, João Paulo I e sobretudo João Paulo II têm apresentado a verdadeira posição da Igreja, alertando contra esses desvios inadmissíveis. Há, mesmo, documentos pontíficos dirigidos especialmente ao Brasil, e que foram acolhidos com entusiasmo pelos fiéis cristãos da hierarquia e do laicato.

Repetem-se em nossos dias as incursões do demônio a semear o joio de idéias exóticas e anticristãs entre o trigo das Verdades Reveladas (cfr. Mt. 13, 25). Nosso Senhor nos preveniu sobre tais ataques à sua Igreja, como também alertou que os falsos profetas são mais engenhosos em sua empreitada do que os filhos da luz (cfr. Mt. 7, 15; Lc. 16, 8).

Nas duas últimas décadas multiplicaram livros, artigos de revistas, folhas mimeografadas, palestras e cursos, em que difundem (ora velada, ora abertamente) princípios marxistas misturados à doutrina da Igreja, chegando, mesmo, a fazer "re-leituras" da Bíblia à luz de Marx.

Dominando a mídia moderna, vão destilando a mentalidade marxista em meio ao discurso cristão. Utilizando como instrumento ideológico a "análise marxista", suas conclusões e orientações pastorais ficam, logicamente, impregnadas de marxismo. Deturpam a eclesiologia do Vaticano II, interpretando o nascimento e constituição da Igreja de Cristo conforme a teoria de Marx sobre o surgimento da sociedade humana. Empobrecem "a realidade dos sacramentos e da palavra de Deus, enquadrando-a no esquema da produção e consumo, reduzindo deste modo a comunhão da fé a um mero fenômeno sociológico" (Notificação de 11-3-1985 sobre o livro *Igreja: carisma e poder*, pág. 9).

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que de algum tempo a esta data, parte do clero não só aceita as idéias marxistas, como utiliza-se de seu instrumental de análise e tem colaborado com organizações comunistas. No final dos anos sessenta e início dos anos setenta não foram poucos os religiosos que apoiaram e participaram de organizações subversivas e até mesmo de seus atos de terrorismo.

Estes fatos preocupam na medida em que o misticismo é ainda arraigado no povo, particularmente, nas camadas mais humildes, onde a influência dos sacerdotes é ainda determinante e estes valem-se do seu prestígio pessoal e da força da religião para transmitir suas idéias no sentido de convencer as pessoas. Preocupam também porque essa atuação não se exerce apenas no plano teórico, da teologia, mas avança na prática, com uma influência muito forte na liturgia (culto público) e na pastoral (trabalho missionário, assistencial e de massa) transformando esses instrumentos da Igreja em eficientes recursos para o desenvolvimento do trabalho de massa e do proselitismo socializante.

No entanto, causa perplexidade que concepções tão antagônicas como a do espiritualismo cristão, que afirma a existência de DEUS,

Continuação do Anexo ao RPM nº 01/88 - CIE, de 10 de Fevereiro de 1988 - 02

da alma e de outro plano de vida após a morte, possa conciliar-se com o materialismo ateu do comunismo.

Como explicar esta conciliação?

Ela se verifica em parte pelo fato de se tratar de pessoas que como tais são portadoras de fraquezas humanas e dos marxistas fazerem largo uso de técnicas psicológicas para satisfazer essas necessidades e aspirações, quer sejam essas pessoas padres ou leigos.

De outro lado, explica-se pelo fato dos marxistas reconhecerem na religião um obstáculo à sua aceitação e terem, deliberadamente, buscado utilizar a religiosidade popular para desagregar a religião e substituí-la por uma crença que tolere e até mesmo trabalhe em benefício dos objetivos marxistas. Este trabalho, que demorou anos a fio, é na verdade o responsável por essa conciliação. Como ele se desenvolveu é o que nos propomos apresentar, em síntese, neste documento.

2. A TEOLOGIA DE KARL BARTH

Em quase todos os trabalhos em que a influência marxista se faz presente, há um aspecto comum, a pretensão de identificar o "socialismo" com o "Reino de Deus na Terra".

Essa associação de idéias surgiu logo após a primeira Guerra Mundial, apresentada por KARL BARTH, teólogo protestante de grande influência e um dos primeiros que começaram a construir "pontes" entre o cristianismo e o marxismo. BARTH defendia esse elo, baseado em sua tese de que ambos teriam a mesma finalidade: "a construção de uma nova sociedade do futuro". BARTH, pretendeu com sua tese, aproximar estas duas visões do futuro feliz na Terra.

As diferentes correntes de marxistização da teologia provêm exatamente da teologia de KARL BARTH. Elas empenham-se em convencer os cristãos de que eles e os marxistas buscam a mesma coisa: construir uma sociedade fundada na igualdade, na justiça e na fraternidade. A questão seria apenas de semântica. O que os cristãos chamam de "Reino de Deus na Terra", os comunistas chamariam de "sociedade socialista".

É importante ressaltar que a posição de BARTH, que era membro de um partido socialista-marxista, é em muitos pontos idêntica a de MARX, como por exemplo, a referente ao "desaparecimento" da

Continuação do Anexo ao RPM nº 01/88 - CIE, de 10 de Fevereiro de 1988 - 03

instituição do Estado precedendo a sociedade ideal do futuro, o que é característica fundamental da sociedade comunista. Nessa sociedade não há lugar para a instituição do Estado e nem para a Igreja.

BARTH prossegue na sua tese e vai além das idéias passando à prática. Se ambos, cristãos e marxistas têm o mesmo objetivo, argumenta, devem trabalhar juntos para alcançá-lo. Ademais, procura convencer os cristãos de um dos seus dogmas: que o único caminho que leva a esse fim é a revolução marxista-leninista. Donde se conclui, que os cristãos devem comprometer-se com essa revolução.

3. A TEOLOGIA DA ESPERANÇA

A tese do "Reino de Deus na Terra" é, sem dúvida, muito convincente, sendo por isso mesmo objeto de vários outros enfoques. Um deles que lhe deu novo e forte impulso, ocorreu imediatamente após o Concílio Vaticano II, com "A Teologia da Esperança", obra de JURGEN MOLTMANN, outro teólogo protestante.

A esperança de um porvir melhor, dirigido a um fim concreto, temporal e terreno é um catalizador das energias humanas esteja vinculada ou não à religião.

Este é no fundo o mesmo problema de que se ocupara BARTH, sob um ponto de vista mais atraente, considerando a esperança como o "motor da vida", como elemento dinâmico. A esperança como confiança, quase certeza, de que o homem pode, aqui, na terra, construir uma sociedade ideal do futuro, que será uma realização tanto do conceito cristão do "Reino de Deus na Terra", quanto do conceito marxista de uma sociedade comunista.

Fica evidente desses dois casos que a marxistização de corrente teológica católica se deu através de protestantes, o que vale dizer que esta Igreja está igualmente marxistizada.

4. O SADUCEÍSMO DO SÉCULO XX

A influência marxista na teologia não se restringe à idéia do "Reino de Deus na Terra". Começa, na verdade, com o "saduceísmo do século XX", isto é, o revigoramento da idéia dominante na seita judia dos saduceus, que na época de Cristo, não acreditam na ressurreição.

A vida religiosa dos saduceus limitava-se quase exclusivamente

te a implorar a Deus sua bênção e proteção para assegurar a felicidade na vida terrena, deste mundo visível, temporal.

Atualmente registramos entre os cristãos uma corrente muito semelhante à da seita dos saduceus, de uma evidente e marcante influência marxista, onde a tônica é sobre o temporal, sobre os assuntos deste mundo, silenciando tudo o que se refere à vida eterna.

Os cristãos marxistas introduziram essa corrente na Igreja procurando acostumar os cristãos a concentrarem toda a sua vida exclusivamente sobre os assuntos deste mundo, sobre os problemas concretos da vida diária (moradia, educação, saúde, terra, etc...) e desta maneira aproximar os cristãos dos marxistas.

5. OUTRAS CORRENTES DO PENSAMENTO TEOLÓGICO

Muitas outras correntes do pensamento teológico contribuíram para a marxistização da teologia. Pode-se citar a corrente do chamado "cristianismo ateu". Segundo seus defensores o cristianismo nada tem a ver com a religião, nem com a fé, pois é somente um movimento laico revolucionário. Tanto MOISÉS quanto JESUS foram grandes líderes políticos. JESUS pretendia não só livrar o povo judeu da dependência romana, mas também livrar cada homem da opressão e exploração das estruturas capitalistas.

O "cristianismo horizontal" é outra corrente que apresenta oportunidade para a penetração de idéias marxistas, terminando quase sempre em compromisso com a própria revolução marxista.

Como é sabido a cruz é o símbolo da Teologia tradicional: seu tronco, isto é, a direção vertical simboliza o amor do homem a DEUS e o amor de DEUS ao homem, enquanto seus braços, isto é, a direção horizontal, indicam as conseqüências desse amor: sua projeção até o próximo.

A "nova teologia" silencia o aspecto vertical, pois está concentrada totalmente sobre o homem, sobre o horizontal.

Como estas existem muitas outras correntes do pensamento teológico, tais como: a da fé sem religião; a do cristianismo sem mitologia; a da morte de DEUS etc, todas elas voltadas para os problemas temporais, que foram afastando os cristãos do espiritualismo, empurrando-os para o materialismo ateu marxista.

Com o domínio da mídia moderna, e a ampla difusão dessas i-

déias, com a infiltração de pessoas, com deturpações na leitura da Bíblia à luz de MARX, com orientações pastorais impregnadas de marxismo, com o empobrecimento dos sacramentos e da palavra de DEUS, conseguiram dividir e impregnar ideologicamente as Igrejas.

6. A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Essa teologia surgiu em meados dos anos sessenta, prosperou e se fez sentir nos documentos da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), realizada em MEDELLIN/COLÔMBIA, em 1968, que traduziu seu radicalismo intelectual.

Sintetiza, toda a influência marxista sofrida pela teologia. Seu discurso, antropocêntrico, é sociológico, é político, é ideológico, mas deixou de ser teológico. Sua semântica é marxista.

O padre peruano GUSTAVO GUTIÉRREZ, o mais importante teólogo da libertação, confessa-se marxista. Acredita que o "Reino" realiza-se aqui na terra, numa sociedade "justa", o que quer dizer, "numa sociedade socialista, sem classes e sem propriedade".

O brasileiro HUGO ASSMANN, ex-padre, é o mais conhecido e radical teólogo da libertação patricio. ASSMANN ataca o "reformismo" e a "terceira via", alegando que ela desvia a atenção do que é essencial, a Revolução. Considera os reformistas da Igreja "ingênuos ou reacionários".

O tipo de socialismo que, do princípio ao fim, pregam em suas obras é o socialismo comunista, triunfante nos países da Europa Oriental. A condenação irrestrita da propriedade privada, manifestada em seus livros, não deixa dúvidas quanto a isso e tampouco a constante citação de MARX e seus discípulos

Para ASSMANN, e isso é importante, "não se trata somente de ser marxista, mas de ser marxista em nome da fé". Isto é, valer-se de seu valor simbólico e de todo o instrumental da Igreja.

7. CONCLUSÕES

São evidentes as influências da introdução das idéias marxistas na Igreja. A mais nítida e grave consequência delas é a divisão que gerou no seu próprio seio. Hoje, existe na Igreja uma corrente distinta, impregnada ideologicamente e seus integran-

Continuação do Anexo ao RPM nº 01/88 - CIE, de 10 de Fevereiro de 1988 - 06

tes, bem ao gosto das esquerdas, autodenominaram-se "progressistas".

Verifica-se que a trajetória desse clero dito "progressista" se entrelaça em muitos pontos com os objetivos marxistas, sendo pois aliados que percorrem caminhos comuns, cada vez mais difícil de serem distinguidos.

Os "progressistas" adeptos da teologia da libertação, valem-se do peso místico do sacerdote e de todo instrumental da igreja para difundir seu discurso sócio-político. Nas dioceses que dominam, as homilias versam quase que exclusivamente sobre temas sócio-econômicos, as funções litúrgicas foram transformadas em cerimônias laicas, com sentido meramente sociológico, as orações e cânticos são compostos para as circunstâncias e as congregações religiosas concentram-se no trabalho exclusivamente laico e temporal.

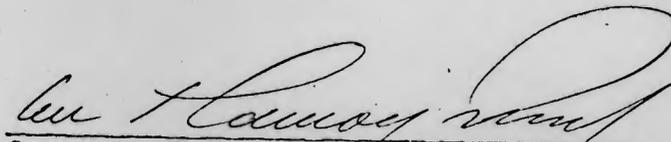
As idéias marxistas que dominam essa parte do clero não surgiram espontaneamente e sim foram "plantadas" ao longo dos anos, num trabalho muito bem planejado e melhor executado. Erigindo as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as pastorais populares como portadoras da luz, este trabalho, hoje, tem continuidade, buscando levar essas idéias à massa. Aí estão estabelecidas as peças-chaves de sua investida sobre as estruturas sócio-políticas do país e sobre a própria Igreja.

Sua pregação, utópica mas aparentemente coerente, se estriba na "esperança", no "Reino de Deus na Terra", para eles são alcançável numa nova sociedade, fraterna e sem classes — a sociedade socialista. Seu primeiro objetivo para alcançá-la é a destruição da sociedade capitalista.

Seu grande trunfo, porém, é na verdade a ignorância, ou a faculdade que tem a maioria das pessoas de aceitar as coisas sem refletir. Como quase ninguém se pergunta e a maioria desconhece, se o "Reino de Deus na Terra" está mais próximo no QUÊNIA capitalista, ou na miserável TANZÂNIA socialista, na capitalista COSTA DO MARFIM ou na pobreza socialista da vizinha GUINÉ, nos prósperos TAILÂNDIA, CINGAPURA e COREIA DO SUL ou nas socialistas CAMBOJA, COREIA DO NORTE ou NICARÁGUA, fica imanente a idéia de que esse "Reino" só poderá ser construído pelo socialismo comunista.

Continuação do Anexo ao RPM nº 01/88 - CIE, de 10 de Fevereiro de 1988 - 07

No entanto, quem se der ao trabalho de pensar e informar-se, constatará facilmente que as sociedades mais desenvolvidas e que oferecem melhores condições de vida, particularmente, para as classes mais humildes, são as sociedades democráticas, fundadas nos princípios da livre iniciativa e da liberdade.



Gen Bda TAMOYO PEREIRA DAS NEVES
Chefe do C I E

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

1988



EMFA	
GABINETE	
Protocolo nº 0138/1988	
ENTRADA	DESTINO
15.02.88	SUBEX

RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL

N.º 02/88

MÊS FEV

EXEMPLAR 138

CONFIDENCIAL

Gen. Humberto

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO

RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL Nº 02 /88

<u>D I S T R I B U I Ç Ã O</u>	<u>QUANTIDADE DE EXEMPLARES</u>
- GABINETE DO MINISTRO.....	03
- GABINETE MILITAR DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA.....	02
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO.....	09
- DEPARTAMENTO GERAL DO PESSOAL.....	07
- DEPARTAMENTO GERAL DE SERVIÇOS.....	06
- DEPARTAMENTO DE MATERIAL BÉLICO.....	07
- DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E COMUNICAÇÕES.....	07
- DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.....	10
- SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS.....	05
- SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	05
- SECRETARIA GERAL DO EXÉRCITO.....	02
- CML.....	15
- CMSE.....	07
- CMS.....	18
- CMNE.....	08
- CMA.....	06
- CMP/11a RM.....	02
- CMO.....	05
- CIE.....	08
- CIM.....	01
- CISA.....	01
- AC/SNI.....	02
- EsNI.....	01
- SUBEX/EMFA.....	01
- T O T A L.....	<u>138</u>

De acordo com o item II do Art 65 do Regulamento para a Salva guarda de Assuntos Sigilosos (Decreto nº 79.099, de 06 Jan 77), ficam os destinatários deste Relatório autorizados a difundir, às Agências que lhes forem subordinadas, os itens que julgarem convenientes.

MINISTÉRIO DO EXÉRCIO
 GABINETE DO MINISTRO
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO

Ass. Henrique

ÍNDICE DOS ASSUNTOS DO RPM DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1988

A S S U N T O S	PAG
1. CAMPO MILITAR	
a. Palavras do Sr Ministro do Exército.....	01
b. Construção de PNR.....	01
c. Solução Final da Justiça Militar.....	02
d. Justiça Militar.....	02
e. Alteração de Sargento do 59 BI.....	02
f. Tentativa de Infiltração Através de Incorporação na Tropa.	03
g. Militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B) Designados para Incorporar em 1988.....	03
h. Tentativa de infiltração na Polícia Militar do Amazonas...	04
i. Recuperação de Armamento, de Munição e de Explosivos.....	04
j. Atos de Rebelia na Polícia Militar do Estado de São Paulo	04
l. Tentativa de Interferência do Partido dos Trabalhadores(PT) nas Polícias Militares.....	06
2. CAMPO POLÍTICO	
Assembleia Nacional Constituinte.....	07
3. CAMPO PSICOSSOCIAL	
a. Partido Comunista Brasileiro (PCB).....	09
b. Partido Comunista do Brasil (PC do B).....	10
c. Partido dos Trabalhadores (PT).....	15
d. Partido Revolucionário Comunista (PRC).....	16
e. Movimento Religioso.....	18
Cadernos Pastorais Número 68.....	18
f. Problemas Fundiários.....	20
g. Movimento Operário e Sindical (MO/MS).....	20
h. Movimentos Populares (M Pop).....	22
4. APRECIACAO	
a. Campo Militar.. ..	24

CONTINUAÇÃO DO ÍNDICE DOS ASSUNTOS DO RPM DO MÊS DE FEV 88

A S S U N T O S	PAG
b. Campo Político.....	24
c. Campo Psicossocial.....	25
5. ANEXO: A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 64	--

Ben Hur

CAMPO MILITAR

Gen. Lacerda

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
C I E

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL
EM 10 DE MARÇO DE 1983

- RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL N.º 02/88 -

1. CAMPO MILITAR

a. Palavras do Sr Ministro do Exército — 8.8.9.

Em 18 Fev 88, durante uma entrevista em SÃO PAULO/SP, o Deputado ULYSSES GUIMARÃES referiu-se de maneira desairosa aos integrantes da Junta Militar composta do Gen Ex AURÉLIO DE LYRA TAVARES, do Almirante AUGUSTO RADMAKER e do Brigadeiro MARCIO DE SOUZA MELO que em 1969 assumiu o poder por ocasião da grave enfermidade do Presidente da República, Mal ARTHUR DA COSTA E SILVA.

A propósito, o Sr Ministro mandou divulgar a seguinte nota:

"A referência do Dr ULYSSES a três antigos chefes militares, respeitáveis e respeitados, foi infeliz e injusta.

Eles adotaram, em seu tempo histórico, a decisão que julgaram ser do interesse do BRASIL.

Estou convicto de que o Dr ULYSSES não repetiria hoje a lamentável frase que proferiu em momento de emoção mal administrada.

Nenhum homem público está livre de injustiças de julgamento, por isso a impertinência na avaliação de fatos passados, esquecendo suas circunstâncias, é desaconselhável."

As palavras do Sr Ministro repercutiram favoravelmente na opinião pública e foram ao encontro dos anseios do público interno na preservação da figura daqueles chefes militares.

b. Construção de PNR — 8.1.2.3.

O Sr Ministro do Exército, a fim de minimizar os problemas de moradia, aprovou a Diretriz para o Estudo da Construção de Próprios Nacionais Residenciais com a participação da

↓
②

Fundação Habitacional do Exército. Baseado nesta diretriz, uma comissão composta por representantes do Gab Min Ex, EME, DEC e FHE iniciou o estudo da viabilidade para a construção de 5.000 PNR para o Exército.

As moradias seriam construídas através da FHE em pagamento pela cessão de terrenos do Exército àquela entidade.

Por sua vez, a FHE (POUPEX), de posse dos terrenos, poderia aumentar a oferta de imóveis a seus associados.

O DEC ultima levantamentos visando a definir locais disponíveis para as construções, bem como as necessidades por guarnição.

c. Solução Final da Justiça Militar — 8.1.5.2.

O Superior Tribunal Militar (STM) condenou o Cap Inf NILSON MONTEIRO DE SOUZA, do 4º BIB (OSASCO/SP), a dois anos e seis meses de reclusão, com direito a recorrer em liberdade como incurso no Art 240, § 5º, combinado com o Art 5º do CPM — "Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, pertencente à Fazenda Nacional." — e o Cb FERNANDO DE SOUZA TIOZZI, também do 4º BIB, a dois anos de reclusão com o benefício do sursis, como incurso no Art 240, § 5º, combinado com o Art 53 do CPM — "Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel e co-autoria."

d. Justiça Militar — 8.10.5.

O Superior Tribunal Militar (STM) concedeu no dia 03 de março de 1988, por unanimidade, Habeas Corpus para que o Cap LUIZ FERNANDO WALTHER DE ALMEIDA aguarde em liberdade o julgamento de sua apelação, já enviada àquele Tribunal.

e. Alteração de Sargento do 5º BI — 8.1.5.2.

Em 22 de dezembro de 1987, em LORENA/SP, o 2º Sgt JORGE

LESSA DA SILVA, após provocar confusão em um clube da cidade, foi recolhido ao quartel do 5º BI (LORENA/SP), pelo oficial-de-dia, ficando detido no alojamento do comandante da guarda.

Aproveitando-se de um descuido da guarda, o Sgt LESSA apossou-se de um FAL 7,62mm e tentou evadir-se da área, com intuito de ajustar contas na cidade.

O oficial-de-dia, esgotados todos os argumentos, foi obrigado a disparar contra o referido sargento, ferindo-o na coxa direita.

f. Tentativa de Infiltração Através de Incorporação na Tropa — 8.2.1.5.

O conscrito voluntário HUMBERTO EUSTÁQUIO DE ALMEIDA JUNIOR, designado para incorporar no 4º GAAAe (SETE LAGOAS/MG), apresentou-se com o cabelo cortado no padrão de soldado, demonstrando grande interesse em prestar o serviço militar.

Em entrevista, já na OM, foi reconhecido por elementos da Polícia Militar como militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Constatou-se que além dele, o pai, a mãe e outros parentes são ligados ao PCB. Em consequência, foi incluído no excesso de contingente.

Os fatos acima reforçam a validade de entrevistas e reconhecimentos por elementos especializados para identificar indivíduos delinquentes, toxicômanos ou vinculados a partidos políticos de ideologia comunista.

g. Militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B) Designados para Incorporar em 1988 — 8.2.1.5.

Os conscritos LUIZ OTAVIO VIANA AIROSA, militante do PC do B e FLAVIO RISUENHO LAUANDE, militante do PCB, foram designados para incorporar no 2º Batalhão de Infantaria de Selva (2º BIS), em BELÉM/PA.

Identificados durante a seleção complementar, foram incluídos no excesso de contingente, por determinação do Comandante da 8ª Região Militar.

LUIZ OTAVIO foi preso em BELÉM/PA, durante as manifestações contra o Sr Presidente da República, em novembro de 1987.

FLAVIO foi candidato ao cargo de Secretário de Agitação e Propaganda da Comissão Diretora Municipal do PCB de BELÉM/PA, não sendo eleito.

h. Tentativa de Infiltração na Polícia Militar do Amazonas
— 8.2.4.

Foram identificadas tentativas de infiltração promovidas pelos Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Democrático Trabalhista (PDT) em entidades recreativas de cabos e soldados da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), com a finalidade de nelas criar um canal reivindicatório que poderia atingir o nível de sindicato.

i. Recuperação de Armamento, de Munição e de Explosivos —
8.5.5.

— Foram recuperados os cinco Mosquetal roubados do TG-06-011 (POÇÕES/BA), em 26 Out 87 (RPM nº 10/87), bem como 53 (cinquenta e três) caixas de Car 7,62mm Tr; 832 (oitocentos e trinta e dois) Car 7,62mm M1 e 266 (duzentos e sessenta e seis) Car 7,62mm Ft. Os responsáveis (quadrilha dos irmãos Ferreira Alves) estão presos, com exceção de dois que morreram em tiroteio com a polícia.

— Foram recuperados em 16 Fev 88, as sete pistolas 9mm que haviam sido furtadas do 1º Batalhão de Guardas (1º BG), RIO DE JANEIRO/RJ, em 24 Dez 87. (RPM nº 12/87).

j. Atos de Rebelia na Polícia Militar do Estado de São Paulo — 8.11.4.

Em 19 Fev 88, cerca de 400 (quatrocentos) policiais militares pertencentes aos Batalhões do Comando de Policiamento da Área Metropolitana (CPA/AM-1), da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), paralisaram suas atividades em protesto contra a política salarial adotada pelo Governo do Estado, declarando-se "em greve por aumento salarial".

Além da paralisação do policiamento em algumas áreas, outros atos de indisciplina e insubordinação foram praticados durante o movimento, notadamente nos dias 19 e 20 Fev 88, tais como: adesão às manifestações dos funcionários públicos civis em greve; entrevistas à imprensa; deslocamento em comboio de viaturas policiais — sirenes e luminosos acionados; utilização da rede rádio do Comando do Policiamento Motorizado (COPOM) para difundir reivindicações, incitamento à greve e dificultar a transmissão de mensagens de diversos comandos de Organizações Policiais Militares (OPM).

O descontentamento na PMESP não é fato novo e tem aflorado através de panfletagem, ameaças de greves, ameaças de boicote ao serviço e interferência nas comunicações. Ressalte-se a insatisfação gerada dentro da Corporação pela existência de oficiais recebendo altos vencimentos — os chamados "marajás" — e a grande diferença de vencimentos entre a oficialidade e a maioria das praças. Além disso, as dúvidas decorrentes do projeto de reajuste de vencimentos encaminhado pelo Governo à Assembleia Legislativa contribuíram para a deflagração do movimento.

Também entre os oficiais, há descontentamento, tendo em vista que o projeto enviado à Assembleia Legislativa procura corrigir as distorções que permitiram o surgimento dos "marajás", fixando a remuneração máxima para os policiais militares em Cr\$ 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil cruzados). Tal dispositivo provocou o pedido de exoneração e passagem para a reserva remunerada de, praticamente, 50% dos coronéis comandantes de OPM (19 em 43). Isso fez com que diversas OPM estivessem com comandantes interinos, quando da eclosão do movimento.

Influindo decisivamente sobre o quadro situacional, encontram-se o Centro Social dos Cabos e Soldados (CSCS) e o Clube dos Subtenentes e Sargentos (CSS). No momento, aquele mais que esse, porém, ambos numa postura classista reivindicatória típica de sindicato.

Um dos líderes do movimento é FRANCISCO JESUS DA PAZ, oficial da ativa da PMESP e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Ex-Presidente do Clube dos Subtenentes e Sargentos da PMESP.

Continuação do RPM n.º 02/88 - CIE, de 10 de março de 1988 - 86

No interior do Estado, somente em CAMPINAS/SP, ocorreram manifestações de maior vulto, semelhante às de SÃO PAULO/SP. Foi anunciada a expulsão ou a demissão dos envolvidos.

No episódio, foi caracterizada insubordinação por parte da maioria dos manifestantes, com a interrupção de um serviço público essencial — a segurança pública —, gerando intranquilidade na população.

Até o dia 29 Fev 88, haviam sido ouvidos 325 (trezentos e vinte e cinco) policiais militares, sendo 03 (três) expulsos, 157 (cento e cinquenta e sete) demitidos e proposto Conselho de Disciplina para 24 (vinte e quatro), totalizando 184 (cento e oitenta e quatro) punidos.

As Polícias Militares, como forças auxiliares do Exército, são estruturadas com base na hierarquia e na disciplina. O canal de comando deve ser o escoadouro natural dos anseios e aspirações dos seus integrantes, quaisquer que sejam os seus postos ou graduações.

A firmeza de atitude das autoridades estaduais responsáveis, a correção das distorções existentes quanto a salários e as punições anunciadas, certamente, contribuirão para resgatar a boa imagem que a PMESP sempre desfrutou junto à população de SÃO PAULO.

1. Tentativa de Interferência do Partido dos Trabalhadores (PT) nas Polícias Militares — 8.2.5.

O Partido dos Trabalhadores do RIO GRANDE DO SUL (PT/RS) tem procurado fomentar no seio da Brigada Militar a indisciplina, a luta pelo direito de votar e ser votado e a sindicalização das praças.

Em panfleto que distribuiu, afirma que a Brigada Militar é utilizada para defender os privilégios das classes dominantes e que os seus soldados são explorados e humilhados como os demais trabalhadores.

Busca o PT/RS, desta maneira, criar nas praças da Brigada Militar um clima de insatisfação e revolta contra esta Instituição Militar e os seus superiores.

Em SÃO PAULO, a sua bancada na Assembleia Legislativa solidarizou-se com os policiais militares da PMESP rebeldes e decidiu iniciar campanha pública pela anistia aos punidos.

CAMPO POLÍTICO

2. CAMPO POLÍTICO

Assembléia Nacional Constituinte (ANC) - 1.5.2

a. Considerações Iniciais

Com o início do 4º (quarto) ano de mandato do atual Governo da República e a aproximação da última fase dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, a Nação encontra-se diante de um ano político que se imagina bastante dinâmico e, por vezes, turbulento, no qual se espera que a grandeza, a clareza e o senso maior de Pátria de nossas classes dirigentes e políticas prevaleçam por sobre interesses de grupos ou pessoais, com o elevado propósito de se concluir, com êxito e a desejada normalidade, uma fase de notória transcendência para uma duradoura estabilidade político-institucional da Nação.

Com indiscutíveis repercussões para o momento político, persiste o período de dificuldades econômico-financeiras do País, com problemas de toda ordem, o que está a exigir acompanhamentos, reavaliações e reorientações constantes de parte de toda a cadeia com responsabilidade pela área e, mais do que isto, a impor, como imperiosa necessidade, definições de natureza política que conferirão, no campo interno e externo, o respaldo de que se ressentem para as negociações e decisões.

Como marco definidor da conclusão desta fase, ressalta-se, evidentemente, a promulgação da nova Constituição.

b. A Promulgação da Nova Constituição

Considerando que as discussões já se efetivam, nesta penúltima fase, em Plenário e, em que pese uma certa lentidão dos trabalhos, admite-se a promulgação da nova Constituição no decorso do primeiro semestre do presente ano.

No que tange às postulações da Força junto à ANC, as imperfeições observadas estão sendo discutidas, título a título, sendo que no Título II os textos sobre "terrorismo" e "pena de morte em caso de guerra" foram acolhidos pelo Grande Plenário, ficando pendente o parágrafo 24 (vinte e quatro) do Artigo 6º (sexto) que teve o texto da Comissão de Sistematização ratifi

Gen. Hauser

Continuação do RPM n.º 02 / 88 - CIE, de 10 de março de 1988 - 08

cado, preservando a competência exclusiva da prisão à autoridade "judiciária" competente. O tema gerou a necessidade de uma reunião de assessores com lideranças políticas e juristas em busca de uma solução, ao final do segundo turno de votação.

Quanto aos demais aspectos de interesse das Forças Armadas e já inseridos no texto da Comissão de Sistematização — Missão, Anistia, Polícias Militares, Justiça Militar, Voto de Cb/Sd — continuarão, quando de discussões em Plenário, tendo o permanente acompanhamento da Assessoria Parlamentar, com o propósito de que seja mantido o dispositivo constitucional na forma pretendida.

No que concerne a alterações da Lei Maior, em aspectos relativos ao Poder Executivo, cabe salientar o prosseguimento dos acirrados debates em torno dos tópicos "sistema de governo" e "mandato presidencial".

CAMPO PSICOSSOCIAL

3. CAMPO PSICOSSOCIAL

a. Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Programa em Rede Nacional de Rádio e Televisão - Agitação e Propaganda (Agit Prop) - 3.2.4.7.

O PCB transmitiu em cadeia nacional de rádio e televisão, na noite de 22 Fev 88, seu primeiro programa político de 1988.

Ao abordar a cultura brasileira, o PCB procurou transmitir a impressão de possuir, entre seus membros, um considerável número de intelectuais, idéia que, além de falsa, contradiz seu proselitismo de que suas atividades voltam-se, prioritariamente, para a faixa menos favorecida da população. Como exemplo de cultura, valeu-se de cenas da peça teatral Rasga Coração, nas quais o ator RAUL CORTEZ simula masturbar-se.

A reforma agrária foi apresentada de forma parcial e com exemplos de expressão mínima, para a amplitude e complexidade do assunto. As cenas culpam as últimas administrações federais pela violência no campo e pela não realização da reforma, nos moldes apregoados pela-esquerda.

A contribuição do jovem foi exemplificada com a figura de seu dirigente da "Fração Nacional Secundarista", demonstrando que, para a organização, a militância partidária é muito mais importante do que o aspecto educação. O nível abordado — estudante secundarista — está de acordo com a sua prioridade de atuação para o Movimento Juvenil, por considerar esta faixa etária de mais fácil recrutamento e formação ideológica.

A exemplificação da classe operária, com um trabalhador recebendo salário mensal bem acima do mínimo vigente e atendendo com dificuldades suas necessidades básicas, constituiu-se em uma crítica velada à política salarial do Governo

Consoante com toda a esquerda nacional, o PCB procurou caracterizar a existência de uma discriminação contra o negro no BRASIL. A criação desse antagonismo — o racismo — e a sua conseqüente exploração permitirão à OS aumentar sua influência nas diversas entidades do Movimento Negro.

A seqüência sobre o mundo socialista apresenta uma forte contradição, pois ao mesmo tempo em que, através de algumas bonitas imagens de países do LESTE EUROPEU, tenta alardear a felicidade e o equilíbrio que diz ali existir, procura justificar e enaltecer a perestroika soviética, implantada para corrigir os graves erros da economia socialista. Estranhas, também, para um público mais atento, foram as imagens sobre a HUNGRIA, apresentada como um país de caçadores e não por "realizações socialistas", já que os comunistas arvoram-se em eternos defensores da "paz e da ecologia".

Na última seqüência apresentada — "o partido no poder" —, fica caracterizada a infiltração na administração pública de OLINDA/PE, dirigida pelo prefeito, membro da OS.

O sucesso de uma escola de samba, creditado ao trabalho "partidário" de uma militante, e as realizações do prefeito de OLINDA/PE são apresentados como exemplos para justificar o socialismo como única solução para os grandes problemas nacionais.

Devido, principalmente, à má qualidade dos programas apresentados pelos outros partidos, a transmissão do PCB pode ter impressionado positivamente a uma boa parte daqueles que a assistiram. Em síntese, a OS, através de meias-verdades e inverdades, valeu-se da concessão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para criticar a administração pública, de uma maneira geral, em vez de apresentar seu programa político, contrariando o objetivo de tal concessão.

b. Partido Comunista do Brasil (PC do B)

1) Glasnost - Pomo de Discórdia entre Comunistas

Em reunião plenária realizada na segunda semana de fevereiro, a Direção Nacional do PC do B decidiu convocar o 7º Congresso do Partido, a realizar-se de 11 a 14 de maio do corrente ano, em SÃO PAULO.

Entre os temas ideológicos apresentados para discussão nesse Congresso e publicados em "A Classe Operária" nº 16,

Continuação do RPM n.º 02 / 88 - CIE, de 10 de março de 1988 - 11

de Fev 88, está o "Glasnost/Perestroika, Farsas Capitalistas", que é transcrito a seguir:

"Ganha destaque no plano internacional o lançamento bombástico da denominada política de 'abertura' (Glasnost) da UNIÃO SOVIÉTICA. Os revisionistas, traidores do socialismo, em belezam a nova orientação que outra coisa não é senão a completa adoção do sistema capitalista na URSS. Ao romper princípios básicos do socialismo na metade da década de 50, KRUSCHOV iniciou a marcha com esse objetivo. Durante algum tempo, os renegados kruschovistas tentaram dizer que mudavam de orientação para combater as 'distorções' da época de STALIN. Afirmava que o país continuava socialista. Passados poucos mais de 30 anos da 'era' Kruschoviana, os efeitos maléficos do abandono do socialismo científico ficaram claros e insofismáveis. É o que reconhece implicitamente GORBACHEV no seu livro Perestroika, publicado por poderosa editora dos monopolistas norte-americanos. 'Na metade dos anos 70 - diz ele - o país começou a perder o impulso. Os fracassos econômicos tornaram-se mais frequentes. Elementos daquilo que chamamos (que ele chama) de estagnação e outros fenômenos estranhos ao socialismo (?) começaram a aparecer, como a queda do ritmo de crescimento da renda nacional'. E acrescenta sem rodeios que 'iniciou-se também erosão gradual dos valores ideológicos e morais de nosso povo' (soviético, NR). Pateticamente, em abril de 1985, no Comitê Central do PCUS, GORBACHEV anunciou que 'o país estava à beira da crise'. Evidentemente, os fenômenos apontados pelo dirigente revisionista, tanto no terreno econômico, como no plano moral e ideológico são típicos da sociedade capitalista. Estagnação, crise, queda de crescimento da renda nacional não podem acontecer num país socialista, onde as leis da economia obedecem a princípios alheios ao lucro e à anarquia da produção. A erosão moral e ideológica é sintoma observado com a decomposição do sistema 'exploração do homem pelo homem'. Tentando pôr a culpa do que ocorre na URSS no sistema socialista supostamente mal dirigido e nos operários soviéticos que seriam negligentes e vagabundos, pois o socialismo, segundo ele, estimula o parasitismo entre os trabalhadores. GORBACHEV, em Perestroika, indica soluções também típica-

mente capitalistas. Ei-las: 'Empreendimentos conjuntos com empresas estrangeiras (joint-ventures); indústrias e fábricas, fazendas estatais e coletivas, todas auto-financiadas; encorajamento de empresa individual com produção e comércio em pequena escala; e o fechamento de fábricas e indústrias que operam com prejuízo'. Tais soluções contidas em letra de forma no seu livro editado por norte-americanos atestam que volta a funcionar na UNIÃO SOVIÉTICA a lei da mais valia, a busca do lucro, a produção e a circulação mercantil capitalistas. As relações de produção já não são socialistas. É importante notar que a propaganda elogiosa da política de GORBACHEV (Glasnost/Perestroika), feita pela burguesia, dá bem o sentido anti-socialista dessa política. A burguesia aproveita as confissões desastrosas do renegado soviético para tentar convencer os trabalhadores de que o socialismo fracassou e de que a URSS foi forçada a retomar o caminho capitalista. Tinham inteira razão os marxistas-leninistas de todo o mundo quando denunciaram (e continuam denunciando) que, com KRUSCHOV e o 20º Congresso do PCUS, a UNIÃO SOVIÉTICA retrocedia ao capitalismo e se transformava numa potência social-imperialista".

O artigo transcrito vem a propósito, pois hoje assistimos a um imenso trabalho de massa em nosso País, com o qual seus mentores pretendem incutir na população a idéia de que todos nossos males decorrem do sistema capitalista e são pelos caminhos do socialismo constituir-se-ã a "sociedade justa e fraterna do futuro". Merecem pois reflexão as palavras com que se expressam essas duas correntes, uma vivendo uma realidade prática e a outra a teórica, ambas, porém, comunistas.

Do lado prático, isto é, no sentido daqueles que vivem a situação, constata-se a preocupação com os fracassos econômicos, a estagnação e a evasão dos valores ideológicos e morais, que minam qualquer sociedade, submetida por longo período ao totalitarismo marxista-leninista, estatizante e centralizador.

Forçados pela realidade crítica, onde puderam suplantarem os dogmas ideológicos e a imensa resistência da burocracia, buscam na liberação dos valores naturais do homem, vencer o de

Am. Henrique

Continuação do RPM n.º 02/ 88- CIE, de 10 de março de 1988 - 13

sestímulo e o desânimo provocados pelo sistema comunista. Não importa se para isso tenham que recorrer, em termos, ao restabelecimento da propriedade privada, à possibilidade do lucro, à livre iniciativa, enfim aos instrumentos que impulsionam as sociedades livres. E isto não vem ocorrendo apenas na URSS, ocorre na CHINA e em outros países do leste europeu.

Do outro lado, estão os teóricos ou utópicos que dogmatically defendem o totalitarismo, na sua forma mais cruel e degradante, o da "era stalinista". É bom lembrar, para perfeita compreensão do texto, que no 20º Congresso do PCUS, o PC do B denunciou o início do "retrocesso ao capitalismo" na URSS, onde, entre outras coisas, se combateu o culto à personalidade, centrando-se na denúncia dos crimes cometidos por STALIN e na crítica a seus métodos autoritários e concepções sectárias, próprios dos regimes totalitários.

2) IV Congresso da UJS - 3.2.5

A União da Juventude Socialista (UJS), organização de frente do PC do B, realizou o seu IV Congresso Nacional, no período de 28 a 31 Jan 88, na cidade de PETRÓPOLIS-RJ, contando com amplo apoio da Prefeitura local.

Ao Congresso, compareceram representantes da União da Juventude Sandinista (NICARÁGUA), da Juventude Socialista de Portugal, da Juventude Socialista da Grã-Bretanha, da Juventude Comunista do Canadá e da Organização de Libertação da Palestina (OLP). Os representantes da ALBÂNIA não receberam visto de entrada do Itamarati.

"A luta da juventude no mundo", com participação dos representantes estrangeiros, e "Droga, sexualidade, educação e cultura" foram os temas debatidos no primeiro dia.

No dia 29, à tarde, foi debatido o tema "A organização da UJS", com os subtemas: "atuação junto aos secundaristas, universitários, trabalhadores do campo e da cidade e nos bairros; trabalho de finanças e imprensa; funcionamento das coordenações e núcleos; e formação política".

À noite, foi realizado um ato público pelas "Diretas 88" e "pelo voto aos 16 anos", com participação de JOÃO AMAZONAS DE SOUZA PEDROZO - Secretário Geral e Presidente Nacional do PC do B -, JANDIRA FEGHALI - Dep Est PC do B/RJ -, PAULO RATTES - Prefeito Municipal de PETRÓPOLIS/RJ - e sua esposa ANA MARIA RATTES e FERNANDO COSTA PORTELA FILHO - Secretário de Cultura de PETRÓPOLIS. Na ocasião, foi repudiado a criação do "Centrão" e defendido o "voto aos 16 anos" e o "serviço militar opcional".

A respeito do serviço militar foram expostas as seguintes idéias:

- "o soldado é maltratado e discriminado por seus superiores em nome de uma disciplina arcaica e inoportuna";

- "o jovem deve preparar-se para as lutas mais avançadas que requeiram o uso das armas";

- "todo militante da UJS sabe que para implantar o socialismo é necessário desencadear as formas mais avançadas de luta, como na NICARÁGUA";

- "a UJS tem o dever de orientar os jovens para evitar o serviço militar e aos que servirem como deverão se comportar nos quartéis para lutar pela liberdade e contra os maus tratos e a discriminação".

Entre as tarefas da UJS para 1988, destacam-se: a luta contra o imperialismo; campanhas em favor da NICARÁGUA, OLP e países que lutam pela libertação; desarmamento nuclear; filiação à UJS; apoio à mãe solteira menor; pressão à Assembleia Nacional Constituinte em favor do mandato de 4 anos para o atual Governo; serviço militar opcional; eleições diretas em 1988; e contra o "Centrão".

A importância dada pelo PC do B à UJS pode ser aquilataada pela presença do Secretário Geral e Presidente Nacional da OS ao Congresso. A presença de representantes de entidades estrangeiras comprovam as ligações internacionais do partido.

Os pronunciamentos sobre o serviço militar e o fato da

Am. Henrique

Continuação do RPM n.º 02/ 88- CIE, de 10 de março de 1988 - 15

UJS trabalhar os jovens com idade de prestação desse serviço constituem motivos de preocupação a exigir precaução para as Forças Armadas.

c. Partido dos Trabalhadores (PT)

Programa em Rede Nacional de Rádio e Televisão - 1.1.2.

O PT transmitiu em cadeia nacional de rádio e televisão, na noite de 01 Mar, seu primeiro programa de 1988, apresentando de início uma figura caricata do primeiro mandatário da Nação e imagens das principais autoridades do País, procurando ridicularizá-las.

Referiu-se ao "Centrão" — que segundo o apresentador de veria chamar-se "direitão" —, como uma "minoría" que vem tentando conduzir os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte (ANC), procurando desvalorizar a participação desse grupo na elaboração da Constituição.

A Campanha das Diretas-Já foi explorada, bem como a questão do mandato presidencial, tendo sido feitos ataques à "Nova República" e ao capitalismo, culpando-o pela morte de trabalhadores.

O programa procurou ainda caracterizar um quadro de crise institucional, apelando para as Diretas-Já e dizendo que o PT é a única esperança.

O Dep Fed OLIVIO DUTRA, presidente nacional do partido, apresentou o programa de governo do PT, que contém "soluções" para os seguintes problemas: déficit público, dívida interna e subsídios, dívida externa, política contra a carestia, reforma agrária, estatização do sistema financeiro, reforma tributária e moralização da administração.

Durante todo o programa, e em várias oportunidades, o Partido convocou a população para, juntamente com o PT, Movimento Sindical, Populares e outros, participarem das manifestações do "Dia Nacional de Advertência", ocorrido a 04 Mar.

Tendo sido dirigido basicamente aos trabalhadores e aos descontentes, o programa utilizou-se de temas atuais como inflação, corrupção, aliciamento de constituintes para que votem pelos 5 anos, deficiências do INAMPS, ecologia e outros, procurando explorar as falhas do governo. Ao mesmo tempo, apresentou argumentos convincentes sobre a situação aflitiva do assalariado, mostrando que a solução é o PT no poder, pois este possui um programa de governo claro, simples e possível de ser cumprido. Assim, com "solução de papel", deve ter causado impacto no seu público alvo. Para este, não há dúvida que as mensagens do PT foram bem aceitas, ficando, apenas, a ressalva quanto ao nível de audiência.

Por outro lado, o programa agrediu possíveis candidatos à Presidência da República, visando a eliminar prováveis vantagens destes, a fim de abrir espaço político para seu candidato.

Quanto às pressões exercidas sobre alguns constituintes do chamado "Centrão", elas contrariam o fim proposto pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para concessão do horário gratuito, em rede nacional de rádio e televisão, aos partidos políticos. O PT utilizou ainda esse horário para, em total desrespeito ao TSE, acusar e ridicularizar várias autoridades constituídas, estimular a luta de classes e caracterizar a necessidade da substituição do regime capitalista pelo socialista.

Finalmente, valeu-se de figuras populares como HENFIL e ELIS REGINA para influenciar afetivamente as classes menos favorecidas, mostrando-lhes que a única solução é o PT no poder, objetivo que, sem dúvida, foi atingido.

d. Partido Revolucionário Comunista (PRC)

1) PRC Quer PT Revolucionário e de Massa. - 3.3.5.2.

Após analisar a disparidade de opiniões existentes dentro dos Comitês Regionais (CR) da OS sobre suas relações com o PT, e levando em conta a necessidade de assumir uma postura unificada em relação a este partido, o Comitê Central do Partido Revolucionário Comunista (CC/PRC) adotou a resolução de lutar

para que o PT assuma posições socialistas e revolucionárias. Os principais aspectos considerados foram:

- o entendimento de que o PT, apesar das aparências, não é uma frente de organizações de esquerda, mas um partido legal de massa, que possui presença marcante no movimento de massas, influenciando posições no movimento sindical, estudantil, popular, etc;

- a compreensão de que a existência de diversas correntes políticas e ideológicas no interior do partido é um fator positivo, pois serve como referência a milhões de trabalhadores; e

- o raciocínio de que não existe contradição entre um partido de massa e uma organização leninista.

Buscando efetivar sua resolução, a direção nacional da OS determinou aos seus militantes, que atuam no PT, para participarem ativamente de todas as atividades do partido que tenham reflexos em âmbito nacional. O objetivo da OS encontra, neste momento, uma situação favorável já que a hegemonia política no PT, sustentada até então pela articulação 113, encontra-se em crise.

Assim, verifica-se que o PRC continuará atuando enquadrado no PT como organização estruturada, procurando, cada vez mais, influir no processo decisório de sua Direção Nacional. Para tanto, vem intensificando suas atividades na defesa de posições avançadas, aglutinando forças à esquerda e influenciando nos núcleos e diretórios do partido, visando, assim, a alcançar posições de direção.

Adotando uma postura meramente tática, o PRC vem orientando seus militantes no sentido de evitarem radicalismos na defesa de suas posições políticas, buscando, através de uma pretensa "política madura e responsável, rumo ao socialismo", acobertar seu dogma da necessidade do emprego da luta armada no desenvolvimento da revolução.

2) Recrutamento de Novos Militantes pelo PRC/PA - 3.1.1.1.

O Comitê Regional do Partido Revolucionário Comunista do PARÁ (CR/PRC/PA) iniciou um programa de formação de militantes que permite a avaliação dos futuros membros da OS, sob os aspectos de concepção política e experiência na participação em movimentos populares, visando ao aprimoramento da qualidade de seus quadros.

Para isto, orientou suas bases no sentido de elaborar, em caráter de urgência, um plano de recrutamento que busque explorar ao máximo as potencialidades de suas respectivas áreas, utilizando um "mapeamento" dos principais ativistas dos movimentos populares, dos partidos legais, dos segmentos sindical e estudantil e, especialmente, do movimento operário.

Tal iniciativa é consequência da resolução do Comitê Central (CC) do PRC em formar novos quadros, resultante de uma Conferência Nacional sobre o assunto, quando ficou definido que o recrutamento exige planejamento minucioso — visando a assinalar alvos —, critérios e prioridades. Após essa Conferência, o CR/PRC/PA realizou uma Conferência Regional, ocasião em que foi elaborado seu plano de recrutamento, que já está em andamento.

Assim, existem indícios de que essa atividade esteja também ocorrendo em outras áreas.

e. Movimento ReligiosoCadernos Pastorais Número 68 - 4.6.3

O Jornal "O Estado de São Paulo", em sua edição de 23 Fev 88, publica, na íntegra, o documento "Cadernos Pastorais nº 68 - Fé e Política", difundido pelo Secretariado do Regional Nordeste I da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (CEARÁ), e utilizado pelo Regional como fonte de consulta para curso que ministrou a respeito de Fé e Política.

O documento explicita a forma utilizada naquele regional para o convencimento ("conscientização") da massa popular

quanto às vantagens do marxismo em relação ao capitalismo. Da leitura do caderno, confirma-se:

- o comprometimento e engajamento político daquele regional;
- sua opção política pelos "progressistas" e comunistas;
- a tática da Igreja em não se expor, não assumindo posições de lideranças, nem participando oficialmente de partidos políticos, o que deve ser feito pelos seus prepostos - agentes leigos - já experientes com treinamento e militância pastoral de 03 a 07 anos;
- o comprometimento da Pastoral da Juventude (PJ), da Pastoral Operária (PO) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no processo transformador da sociedade;
- a dificuldade dos cristãos, não iniciados e dos iniciantes, em aceitar que a Igreja aja como partido, sem o poder ser;
- a análise do mundo, apenas sob a ótica de GRAMSCI e MARX;
- que o grande instrumento da Igreja para atingir seus objetivos são os Movimentos Populares (M Pop);
- que existe um processo revolucionário, já na fase da Conquista do Poder;
- que a conquista popular será feita pelos líderes preparados pela Igreja, existentes e atuantes nos M-Pop;
- que embora sem ser partido político, a CNBB age como tal.

A publicação chocou o público-alvo, causando profunda reação, em especial, no meio verdadeiramente cristão. A CNBB e o Regional Nordeste I tentaram minimizar a gravidade dos fatos, alegando que a responsabilidade era do autor do caderno, o Padre MANFREDO OLIVEIRA, e que seus superiores, embora não endossassem (para o público) tais idéias, permitiam que ele se manifestasse livremente.

Declarações à Imprensa, de Dom LUCIANO MENDES DE ALMEIDA, presidente da CNBB, defendendo a publicação, contrariam as determinações da Comissão Episcopal de Doutrina (CED) da CNBB e de sua similar do VATICANO e soam como palavras, não do

Ass. Almeida

Continuação do RPM n.º 02 / 88 - CIE, de 10 de março de 19 88 - 20

presidente da entidade de cúpula da Igreja Católica no BRASIL, mas sim de um verdadeiro dirigente de partido político.

Embora a CNBB não assuma, fica evidente o incitamento à luta para a conquista do poder e para a transformação radical da sociedade, numa utópica e paradoxal "teocracia comunista".

f. Problemas Fundiários

Invasões Rurais e Urbanas - 2.6

Quadro de invasões rurais e urbanas ocorridas em 1987 e 1988, comunicadas a este Centro:

a. Invasões Rurais

CMDO	NÚMERO DE INVASÕES			
	1987	1988		
		JAN	FEV	TOTAL
CMA	03	-	-	-
CML	06	01	01	02
CMNE	17	-	02	02
CMO	01	-	-	-
CMS	27	02	01	03
CMSE	06	01	01	02
CMP	-	-	-	-
TOTAL	60	04	05	09

b. Invasões Urbanas

CMDO	NÚMERO DE INVASÕES			
	1987	1988		
		JAN	FEV	TOTAL
CMA	16	-	-	-
CML	46	09	01	10
CMNE	52	-	-	-
CMO	-	-	-	-
CMS	16	-	-	-
CMSE	67	08	02	10
CMP	16	-	-	-
TOTAL	213	17	03	20

Houve um aumento de 03 (três) invasões rurais, em comparação ao mesmo período (Jan/Fev - 87).

Houve um decréscimo de 01 (uma) invasão urbana, em comparação ao mesmo período (Jan/Fev - 87).

g. Movimento Operário e Sindical (MO/MS)

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o seu Programa de Expansão da Comunicação Sindical - 3.2.6.13

Ass. Paulista

Consciente do papel fundamental que a comunicação exerce na relação da direção sindical com a base, a CUT voltou-se cedo para o problema e hoje possui, plenamente estruturada, uma Secretaria Nacional de Imprensa e Divulgação (SNID/CUT).

Essa Secretaria, de maneira atuante e sistemática, coordena a atividade de comunicação sindical no âmbito da Central e divulga aos OCS e às entidades sindicais, em especial às filiadas, as posições e as diretrizes da cúpula cutista perante a conjuntura nacional. Nesse contexto, cabe à SNID/CUT, prioritariamente, a divulgação dos dois principais informativos da Central: o "INFORMACUT", documento semanal, de caráter reservado, destinado às direções estaduais e regionais da CUT; e o "BOLETIM NACIONAL", informativo mensal, ostensivo, destinado aos mais de 90.000 (noventa mil) assinantes.

Buscando expandir suas atividades de comunicação sindical, a CUT vem desenvolvendo, desde fins de 1986, um dinâmico programa, visando à implantação de uma emissora de rádio, um núcleo de TV e uma gráfica.

O ponto de apoio desse programa situa-se no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, em SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP, onde tomam corpo os três empreendimentos. Dotado, em 1987, de uma antena parabólica capaz de captar a programação de emissoras de diversos países, como CUBA e NICARÁGUA, "o sindicato se transformou na principal arma que a esquerda detém para receber e divulgar informação ideológica através de modernos equipamentos".

A "TV dos Trabalhadores (TVT)", com recursos tecnológicos de uma pequena emissora profissional de TV, vem produzindo programas especiais para a Escola de Formação do Sindicato, para o Instituto Cajamar, para a CUT, para o PT e para cerca de 300 (trezentas) organizações sindicais e populares pelo País afora. Documentando os principais acontecimentos da vida sindical brasileira, inclusive as viagens de dirigentes do PT e da CUT a países socialistas - fazendo apologia à vida nesses países - a TVT vem divulgando seus trabalhos nas portas das fábricas e nos bares próximos a elas, através de filmes curtos com

mensagens bem definidas.

O projeto técnico da "Rádio dos Trabalhadores" — emissora de rádio em frequência modulada (FM), "com fins educativos" — foi encaminhado, em 1987, ao Ministério das Comunicações, onde permanece aguardando a concessão oficial para seu funcionamento. No entanto, como "rádio-pirata", a emissora já existe, tendo sido detectada por ocasião das campanhas salariais e das grandes paralisações e mobilizações que ocorreram na região do ABC.

Em relação à gráfica, mantida pelo Sindicato e em fase de expansão, sabe-se que edita, diariamente, o tablóide "A Tribuna Metalúrgica", com tiragem em torno de 40 mil exemplares. Tem capacidade para produzir 200 mil impressos por dia, entre boletins, cartazes e adesivos e, já na fase de expansão, passou a editar um novo jornal, tamanho padrão, e uma revista, ambos de frequência mensal.

A expansão das atividades de comunicação sindical promovida pela CUT, tendo como foco emissor o sindicato mencionado, dentro de uma ótica esquerdizante, projeta-se como um fator de preocupação no movimento sindical, porquanto a CUT, ao aumentar seus canais de comunicação com a massa operária, conseqüentemente aumentará sua esfera de influência político-ideológica junto à classe laboral.

h. Movimentos Populares (M Pop)

Racismo - 3. Div

Em função das comemorações dos 100 anos da Abolição da Escravatura, o movimento negro pretense, ao instituir o ano de 1988 como o "Ano Nacional de Denúncia contra o Racismo": realizar um ato público em solidariedade aos irmãos da ÁFRICA DO SUL, no dia 21 Mar 88 ("Dia Internacional de Luta contra o Racismo"); elaborar uma carta aberta à população em repúdio às comemorações do dia 13 Mai, planejando atividades contestatórias para a data como pichações e bloqueio de ruas, esvaziamen

to de pneus de carros, "badernações", de modo a empanar a realização de atos e solenidades oficiais programadas; organizar o 1º Encontro Nacional dos Negros, previsto para o dia 20 Nov 88; e planejar "marchas unificadas" das organizações negras, em todo o BRASIL, que culminem com a queima de jornais, simbolizando a queima da Lei Áurea, em praças públicas.

Aproveitando-se do centenário da Abolição, diversas escolas de samba escolheram a causa negra como tema para seus sambas enredo. No RIO DE JANEIRO/RJ, a "Beija Flor" exaltou, a "Mangueira" questionou — realidade ou ilusão — e a "Unidos de Vila Isabel", presidida por uma militante do PCB, de modo radical, negou o fim da escravidão no BRASIL.

Assim, segmentos ligados à contestação e à subversão, entre os quais se alinham o clero "progressista" e uma parcela dos Meios de Comunicação Social (MCS), procuram, por todos os meios, explorar os negros com o objetivo de conscientizá-los de uma situação de inferioridade, difundindo a luta de classes e buscando uma forma de enquadrá-los como movimento de massa dentro dos movimentos populares.

Dessa forma, a partir do momento que as esquerdas caracterizem um sentimento racista no BRASIL, estará criada mais uma área de antagonismo social, com forte chamamento emocional.

A P R E C I A Ç Ã O

4. APRECIÇÃO

a. Campo Militar

No período, as ocorrências relatadas refletiram a conjuntura político-econômica vivida pela Nação.

A resposta adequada e firme do Sr Ministro às intempestivas verbais do Deputado ULYSSES GUIMARÃES — fruto, provavelmente, de inoportunas motivações políticas — representa a admiração e o respeito do Exército Brasileiro por todos aqueles antigos chefes revolucionários que assumiram indeclináveis responsabilidades em críticos períodos da vida nacional.

As tentativas de infiltração das organizações subversivas nas Forças Armadas e Forças Auxiliares, por si sô preocupantes, demonstram a necessidade de extremo rigor nas seleções do contingente, para impedir o acesso de militantes políticos aos quartéis, e sugerem uma constante vigilância para assinalar e neutralizar aqueles que obtiverem êxito.

A Hierarquia e a Disciplina, bases do Estamento Militar, foram duramente abaladas pelo insólito movimento reivindicatório da PMSP, que, apoiando-se num descontentamento já anteriormente assinalado dentro da Corporação, extravazou numa manifestação pública de insubordinação. O lamentável episódio provocou a imediata e rigorosa responsabilização disciplinar dos envolvidos, resultando na expulsão e demissão imediata de 160 (cento e sessenta) policiais militares. Apesar da pronta resposta, o incidente representou um perigoso precedente que ressalta a importância da permanente ação de comando, auscultando com sensibilidade os legítimos anseios da tropa e encaminhando-os pelos canais competentes, visando a se antecipar a acontecimentos que desgastam a imagem e minam a coesão da Instituição Militar.

b. Campo Político

Emoldurado pelos sombrios contornos da crise econômico-

-financeira que assola o País, o quadro político caminha para uma definição com a promulgação da nova Constituição. A Nação aguarda, em expectativa, que prevaleça o espírito patriótico das nossas lideranças políticas sobre os interesses menores, representados por anseios pessoais e de grupos.

No acatamento às postulações das Forças Armadas na Assembleia Nacional Constituinte, sobressai o trabalho convincente desenvolvido pelas Assessorias Parlamentares dos Ministério Militares que, com argumentação persistente e objetiva, con seguiram reverter condições desfavoráveis, estabelecidas na proposta constitucional.

c. Campo Psicossocial

Na moderação de seu programa em cadeia nacional de rádio e televisão, o PCB procurou sensibilizar o público, apresentando as realizações do Socialismo — estampadas em imagens de prosperidade do Leste Europeu — e as de seus militantes à frente de uma prefeitura municipal e de uma escola de samba. Contrastando com os programas de outros partidos políticos, o do "Partidão" espelhou a sua postura de expectativa perante as indefinições do quadro político, onde o apoio crítico ao governo federal, proporcionou-lhe cargos públicos e facilidades de infiltração.

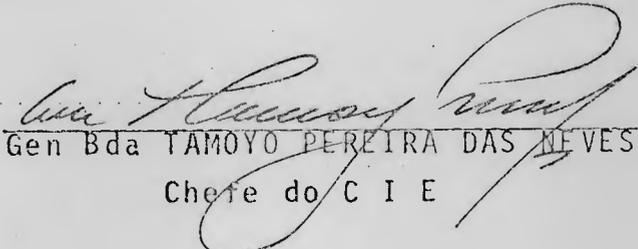
O PT, utilizando-se também da concessão do TSE, ocupou o período de uma hora nos MCS para criticar de forma agressiva o governo e as autoridades, explorando a necessidade de eleições "Diretas Já". No primarismo de sua mensagem, o partido instilou e aprofundou ressentimentos nos segmentos da população mais atingidos pela crise econômico-financeira, num trabalho de massas que encontra, nas condições conjunturais adversas, o caldo de cultura favorável para o seu desenvolvimento.

O PC do B, através da UJS, procura ampliar sua influência na juventude, buscando explorar o idealismo e o sentimento de justiça social latentes, de forma acentuada, nessa faixa etária. Em seu IV Congresso Nacional, em PETRÓPOLIS/RJ, a UJS

Continuação do RPM n.º 02 / 88 - CIE, de 10 de março de 1988 - 26

preocupou-se com o serviço militar, pretendendo utilizá-lo, em caráter opcional, como instrumento de formação de seus militantes "para as lutas mais avançadas que requeiram o uso de armas".

O documento "Cadernos Pastorais nº 68 - Fé e Política", as declarações de Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB e a atuação do clero progressista no movimento negro atestam o engajamento de parte da Igreja Católica do Brasil em atividades contestatórias, de fundo marxista, que visam a tomada violenta do poder e a transformação radical da sociedade.


Gen Bda TAMOYO PEREIRA DAS NEVES
Chefe do C I E

A NEXOS

Anexo ao RPM nº 02/88 - CIE, de 10 de março de 1988

A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 64**1. PALAVRAS INICIAIS**

As novas gerações não testemunharam as condições que precederam e os acontecimentos que marcaram a deflagração da Revolução de 64 e de todo o processo de transformações que se seguiu ao longo de cerca de duas décadas. Por isso, sua visão e avaliação desses episódios estão sujeitas às versões que lhes são apresentadas.

Hoje, a maioria dessas versões — patrocinadas pelos derrotados de ontem e seus seguidores — distorcem os fatos, na tentativa de condenar uma ação legítima de defesa da verdadeira democracia desejada pela Nação Brasileira.

Daí, a oportunidade de uma recapitulação objetiva, embora sucinta, do que aconteceu.

2. OS ANTECEDENTES

Em setembro de 1961, após a renúncia de JÂNIO QUADROS, assumiu a Presidência da República JOÃO GOULART, Vice-Presidente, em meio a séria crise político-militar, devido às acusações que lhe faziam os ministros militares de que "já do tempo em que exercera o cargo de Ministro do Trabalho demonstrou, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras. E, não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em postos-chaves de sua administração, bem como nas organizações sindicais de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas".

O tempo logo se encarregou de dar razão aos chefes militares. JOÃO GOULART, no curso de seu projeto político de reviver o getulismo — ambição de mando irrestrito apoiado pelo paternalismo e pelo nacionalismo xenofobo — passou a manobrar de forma oportunistamente e perigosa as forças políticas mais dinâmicas, estimulando particularmente as esquerdas, excitando as confrontações e procurando aproveitar-se delas para afastar os opositores.

Continuação do Anexo ao RPM nº02/88 - CIE, de 10 de março de 1988 - 02

Tumultuava-se, assim, o País com movimentos que eram comandados, apoiados ou tolerados por elementos a ele ligados, dentro ou fora do governo. Em contrapartida, procurava obter poderes excepcionais a título de preservar a tranqüilidade pública ameaçada e acelerar a superação das fontes de tensões pela efetivação das "reformas de base", ditas necessárias. Era a tática de atear fogo e reclamar meios extras para apagar o incêndio.

Por seu lado, as esquerdas, em particular os comunistas, procuravam explorar a oportunidade excepcional que se lhes oferecia de atuar livremente para empolgar o poder pela via pacífica.

JANGO confiava em sua capacidade de manobrar com êxito nesse campo e, afinal, emergir vitorioso qual novo GETÚLIO. Mas havia boas razões para crer que ele acabaria se limitando ao papel de um novo KERENSKI — simples trampolim na escalada do poder pelos LENINE, pelos TROTSKI, pelos STALIN tupiniquins.

Os fatos se encarregariam de apontar a segunda hipótese como a mais provável.

3. A CRISE

No quadro sócio-político, o panorama que se descortinava, nos anos 1963/64, era este: greves atrás de greves a afetar gravemente a produção, dirigidas pelo CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), órgão filiado à Federação Sindical Mundial, entidade auxiliar do Movimento Comunista Internacional e sediada na capital da Checoslováquia; passeatas e quebra-quebras assolando as grandes cidades e forçando sucessivas decretações de feriados bancários para coibir retiradas maciças de depósitos; a bandeira de uma "reforma agrária" expropriatória, aculando tropelias e conflitos no meio rural, sob o manto protetor de um organismo diretamente vinculado à Presidência da República, a Superintendência da Política da Reforma Agrária (SUPRA); agitação estudantil comandada pela UNE e com apoio de agentes do Ministério da Educação e parcialmente financiada pela União Internacional de Estudantes (UIE), sediada em PRAGA, CHECOSLOVÁQUIA, que era a "Seção Estudantil do Comintern" (Internacional Comunista); programas de rádio e televisão ocupados por representantes do próprio governo federal a pregarem a luta de classes; o Presidente da República clamando por "maiores poderes", para implantar, independentemente de prévia autorização do Congresso, suas maldefi

Continuação do Anexo ao RPM nº 02/88 - CIE, de 10 de março de 1988 - 03

nidas e incendiárias "reformas de base"; a subversão, em seus diversos níveis, sendo financiada pelo dinheiro público (que fluía principalmente da Petrobrás); e um insidioso nacionalismo a serviço do pseudo-neutralismo na política exterior, fazendo o jogo da URSS.

Na área econômica-financeira, a situação não era diferente: em 1963, o Produto Nacional aumentara apenas 1,5%; a alta taxa inflacionária não tinha paralelo em nossa História; o déficit do orçamento federal atingia proporções sem precedentes; a Previdência Social atravessava situação praticamente falimentar; os serviços públicos estavam em crise — havia falta de energia elétrica, deficiências gritantes nas áreas de telefonia, transportes, água e esgoto —; o comércio exterior estava estagnado; o dólar no mercado negro ia além de 300% do oficial.

No campo militar, a indisciplina grassava nos quartéis e recebia incentivos de parte das mais altas autoridades constituídas.

No Nordeste, autoridades policiais apreendiam grande número de cartilhas de guerrilheiros, geralmente, provenientes de Cuba ou da China Comunista, em edições especiais para o BRASIL.

No RIO GRANDE DO SUL, LEONEL BRIZOLA fomentava a formação de células de onze homens armados (os chamados "Grupo dos Onze"), como uma espécie de milícia paramilitar, para eventual confronto com o Exército regular.

Em PERNAMBUCO, MIGUEL ARRAES, então Governador, dava cobertura às agitações das "Ligas Camponesas" de FRANCISCO JULIANO.

Em BRASÍLIA, a 12 de setembro de 1963, sargentos da Aeronáutica e da Marinha, insuflados por comunistas da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária, mais conhecida como POLOP, e do PCB (através do CGT), insurgiram-se para articular um protesto contra a decisão do Supremo Tribunal Federal que negou a esses militares o direito de exercer funções legislativas. Os rebeldes ocuparam centros estratégicos da Capital, capturaram um magistrado e detiveram também o presidente em exercício da Câmara dos Deputados e alguns oficiais. Dentro de poucas horas, é verdade, a revolta foi sufocada, mas o Presidente GOULART tomou uma atitude ambígua ao considerá-la uma explosão sentimental, sem efetiva base política. Por sua vez, LEONEL BRIZOLA — comportando-se como autêntico "revolucionário profissional" de modelo leni-

Continuação do Anexo ao RPM nº 02/88 - CIE, de 10 de março de 1988 - 04

nista — juntou-se ao coro dos líderes sindicais para defender a justiça da rebelião.

No RIO DE JANEIRO, ao tomar posse no cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército, o Gen CASTELO BRANCO denunciou abertamente a radicalização política e seus perigos, nos seguintes termos: "*há reformadores oportunistas que querem substituí-las (as Forças Armadas) por meio de um solapamento progressivo e antinacional, que institua um exército popular, um arremedo de milícia com ideologia ambígua, destinado a agitar o País com exauridos pronunciamentos verbais e a perturbar com subversões brancas e com motins a vida do povo*".

4. O MÊS DE MARÇO

Para aqueles ainda em dúvida sobre a iminente subversão total da ordem democrática, muito contribuíram os acontecimentos daquele mês.

Inicialmente, o famoso comício realizado no RIO DE JANEIRO, em frente à Central do Brasil, no dia 13. O Presidente GOULART, perante a massa reunida pelo poder sindical e grande número de praças fardadas, anunciava demagogicamente dois decretos: um, transferindo refinarias de petróleo para a Petrobrás e o outro, autorizando a expropriação de terras à margem de rodovias, ferrovias e açudes para efeito de reforma agrária. Em meio à multidão, trabalhadores mobilizados por agentes da subversão ostentavam cartazes com a foice e o martelo. O Presidente em tom inflamado fazia a l a r d e das "reformas de base", atacando a Constituição vigente (por ser "obsoleta" e "legalizar uma estrutura econômica injusta e desumana") e aventando a possibilidade de recorrer a plebiscitos para efetivar, à revelia do Parlamento, as transformações desejadas. Seu cunhado, o então "revolucionário profissional" LEONEL BRIZOLA, não deixava por menos: negava toda a legitimidade ao Congresso existente, que devia ser fechado, e propugnava por uma Assembleia Nacional Constituinte formada por camponeses, operários, sargentos e oficiais "nacionalistas".

Como uma espécie de resposta àquela demonstração, realizou-se em SÃO PAULO, poucos dias depois, em 19 de março, a "Marcha da Família, com Deus pela Liberdade", que conseguiria mobilizar enorme multidão, manifestando-se contra os rumos que o governo fe

Continuação do Anexo ao RPM nº 02/88 - CIE, de 10 de março de 1988 - 05

deral pretendia impor ao País. Esse fato teve grande impacto junto às lideranças civis e militares que se sentiram com respaldo popular para se contrapor àquela situação.

No dia seguinte, o Chefe do Estado-Maior do Exército fez distribuir, pelos canais internos, uma circular reservada em que abordava os últimos acontecimentos: "*Compreendo a intranquilidade e o questionamento de meus subordinados nos dias que se seguiram ao comício do dia 13 deste mês. Duas ameaças são evidentes: o advento de um congresso constituinte como um meio de executar as reformas de base e o desencadeamento de uma cadeia maior de agitação pelo ilegal Comando Geral dos Trabalhadores*". Depois de algumas considerações esclarecendo o papel das Forças Armadas e sua missão nos limites da lei, fazia ver quanto importava defender a legalidade e "*agir contra uma revolução que visa a estabelecer uma ditadura e contra a perversão do papel histórico das Forças Armadas*".

Mas os acontecimentos continuavam a precipitar-se. Já há algum tempo, vinha-se constituindo em manancial de inquietação a presença no comando dos fuzileiros navais de um ardoroso "janguista", o Almirante CÂNDIDO ARAGÃO.

Em 26 de março, o tumor veio a furo com um motim de marinheiros do RIO DE JANEIRO. O Sindicato dos Metalúrgicos — um dos mais ativos focos da subversão marxista — acolheu os amotinados, que receberam a solidariedade, não só dos personagens habituais (parlamentares, estudantes, artistas, etc), mas, também, de nada menos do que dois ministros do governo federal; AMAURI SILVA, do Trabalho e ABELARDO JUREMA, da Justiça. Com o apoio da oficialidade, o Ministro da Marinha determinou a prisão dos insurretos, mas não encontrou meios de cumprir a ordem. Entrementes, veio de BRASÍLIA a concessão de anistia aos implicados que, em passeata pelas ruas do RIO DE JANEIRO, assumiram atitudes que lembravam cenas da revolta do encouraçado Potemkin nos primórdios da Revolução Russa.

Adviriam, ainda, outros acontecimentos não menos chocantes. Em 30 de março, o Presidente GOULART, recebendo uma demonstração de solidariedade da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do então Estado da Guanabara, em sessão realizada no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, dirigiu a palavra a sargen

Continuação do Anexo ao RPM nº 02/88 - CIE, de 10 de março de 1988 - 06

tos das Forças Armadas, Polícias Estaduais e Corpos de Bombeiros, praticamente concitando-os a se insurgirem contras seus superiores hierárquicos. Ao mesmo tempo, recebeu e cumprimentou, em público, o chefe do motim dos marinheiros de dias atrás.

Este episódio foi a gota d'água que faltava. No dia seguinte, 31 de março de 1964, as tropas chefiadas pelos Generais OLÍMPIO MOURÃO FILHO e CARLOS LUIZ GUEDES saíram de seus quartéis em MINAS GERAIS, dando início ao movimento que rapidamente derrubaria GOULART. Este, sentindo-se totalmente sem possibilidades de reagir, fugira do RIO DE JANEIRO para BRASÍLIA, depois para o RIO GRANDE DO SUL e daí para o URUGUAI.

Terminava, assim, a ameaça de implantação de uma República Sindicalista no BRASIL.

5. 1964 - 1985

Os revolucionários de 64 foram induzidos a intervir na vida política do País pelos perigos que anteviam no desdobramento da crise. Entretanto, ante a caótica situação econômica e social, consideraram imprescindível promover a reordenação dessas áreas, a fim de garantir a perenidade da democracia no País.

Nos vinte anos que se seguiram, o Produto Interno Bruto cresceu 238%; a capacidade instalada de energia elétrica passou de 6,3 milhões para 36,9 milhões de kw; o potencial de produção industrial aumentou 368%; a produção de aço passou de 2,8 milhões para 14,5 milhões de toneladas; a fabricação de automóveis evoluiu de 174 mil para cerca de 900 mil unidades por ano; de menos de 80 mil tratores em operação nas fazendas (dos quais 60 mil importados) atingimos uma frota de mais de 600 mil (em sua quase totalidade de fabricação nacional); elevamos nossa indústria de construção naval a um dos primeiros postos do mundo; implantamos uma indústria aeronáutica e ingressamos no setor da informática; a extração de petróleo que era de 98 mil barris/dia ultrapassou os 500 mil barris/dia; a rede rodoviária (federal, estadual e municipal) passou de 54,6 mil km para 1,5 milhões de km; o número de telefones em serviço aumentou de 1,2 para 10 milhões; as exportações elevaram-se do máximo de 1,4 para 22 bilhões de dólares ao ano; e assim por diante — com o que nos transformamos numa das dez nações com o maior Produto Interno Bruto em todo o Globo.

Continuação do Anexo ao RPM nº 0288 - CIE, de 10 de março de 1988 - 07

Por outro lado, cumpre assinalar que a eternidade no poder nunca esteve nos planos dos militares e, por isso, a "abertura" sempre foi para eles um imperativo. Essa permanência seria a necessária tão somente para vencer e neutralizar a ameaça e, ao mesmo tempo, remover os obstáculos e implantar as condições favoráveis ao pleno desabrochar das potencialidades nacionais.

Portanto, a "abertura política", que só se configuraria praticamente no Governo FIGUEIREDO, em verdade já estava prefigurada nas próprias matrizes ideológicas, sob cuja inspiração agiriam as lideranças civis e militares. O único dado novo a respeito seria a época em que essa "abertura" desabrocharia. Tanto assim, que ela foi ensaiada ou pelo menos cogitada reiteradamente antes de vingar. Fatores conjunturais adversos fizeram-na abortar naquelas ocasiões.

De fato, a crença na possibilidade de iminente "redemocratização" vicejou durante o primeiro Governo da Revolução, como atestam de forma unânime todos os analistas nacionais e estrangeiros. A intenção de CASTELO BRANCO só naufragou ao impacto dos vagalhões da realidade: a guerrilha dos seguidores de LEONEL BRIZOLA junto à fronteira do URUGUAI e a franca contestação de magistrados, parlamentares, militares, governadores, etc. No Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, lê-se: "*Agitadores de matizes e elementos da situação eliminada teimam em se valer do fato de haver ela (a Revolução) reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária*".

Ao começar o segundo Governo da Revolução, as disposições de COSTA E SILVA não pareciam distanciar-se das alimentadas inicialmente por CASTELO BRANCO. A sua afirmação no discurso de agradecimento por sua eleição no Parlamento, em outubro de 1966, no sentido que "*resta-me realizar o que constitui o objetivo supremo da Revolução de março de 1964: estabelecer uma verdadeira democracia no BRASIL*", viriam juntar-se reiterados apelos ao "diálogo" e ao entendimento".

A resposta a essa "abertura" não tardou. A subversão assumiu proporções comparáveis às de antes de 1964. Sucederam-se as manifestações estudantis, os quebra-quebras, o enfrentamento com a polícia e as greves. Havia um clima acentuado e crescente de in-

Continuação do Anexo ao RPM nº 02/88 - CIE, de 10 de março de 1988 - 08

tranquilidade, com atentados à bomba, roubos de carros, de bancos, de casas de armas, de explosivos e detonadores de pedreiras e a ameaças e constrangimentos impostos às autoridades. Por isso, apesar de toda a relutância do Presidente COSTA E SILVA, em 13 de dezembro de 1968 foi editado o Ato Institucional nº 5.

De resto, o terceiro Governo da Revolução começou de forma muito parecida com a de seus dois antecessores. Em seu discurso de posse, MÉDICI declarou esperar que ao término de sua gestão pudesse deixar "definitivamente instaurada a democracia em nosso País". Entretanto, foi durante esse período que o terrorismo urbano assumiu caráter de alta gravidade e que eclodiu a guerrilha do Araguaia. Enfim, como das outras vezes, foram os obstáculos de ordem conjuntural que retardaram a "redemocratização" que permaneceu como esperança e como meta.

Com o advento do quarto Governo da Revolução, de novo os ventos sopraram na direção da "normalização". Na primeira reunião do Ministério, em março de 1974, GEISEL proferiu palavras bem sugestivas a respeito: "Quanto ao setor político interno, envidaremos sinceros esforços para o gradual mas seguro aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso, e estimulando uma maior participação das elites responsáveis e do povo em geral, para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 64. Os instrumentos excepcionais de que o governo se acha armado para a manutenção da atmosfera de segurança e o r d e m almejo vê-los, não tanto em exercício duradouro ou freqüente, antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica e, assim mesmo, até que se vejam superadas pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional". No entanto, apesar dessas vicissitudes, no final de seu governo, o Pres. GEISEL, com a Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978, revogou os Atos Institucionais.

Aqui, mais uma vez, apesar da "distensão" imaginada pelo Governo, ou talvez por causa dela, bastou pouco mais de um ano de confrontação com os fatos para que se impusesse a necessidade de uma retirada estratégica.

Continuação do Anexo ao RPM nº 02/88 - CIE, de 10 de março de 1988 - 09

Finalmente, no período seguinte, o último, coube ao Presidente JOÃO FIGUEIREDO implantar as reformas políticas (anistia, eliminação da censura, restabelecimento de eleições diretas para Governadores, etc) em cumprimento ao programa a que se impôs para estabelecer uma nova ordem jurídico-institucional em busca da plena redemocratização do País. A singularidade de sua gestão consistiu em ter conseguido aviar a receita, ou seja, fazer com que as intenções se transformassem em realidade

Condensado e adaptado do artigo

VINTE ANOS DEPOIS

Dos ensaios de "República Sindicalista" às vicissitudes da "abertura" política (com aquilo que se viu de permeio...)

(Revista Por Que - 1984)

6. PALAVRAS FINAIS

a. A chamada Revolução Democrática de 31 de março de 1964 foi, na verdade, um movimento patrocinado por toda a nação brasileira para evitar que se instalasse no País uma "República Sindicalista", de inspiração comunista, por imposição de minoria ativa e ou sada.

b. A rapidez com que se consolidou o movimento, o fato de não se ter disparado um único tiro, o incentivo e as demonstrações de apoio por parte de todos os segmentos da população atestam, inequivocamente, que a nação repudiava aquela tentativa do comunismo internacional e ansiava pelo restabelecimento da ordem democrática seriamente comprometida.

c. A história contemporânea é frequentemente a mais desconhecida ou mal contada. Paixões políticas influem para isto, levando à deturpação ou à omissão de aspectos capitais.

d. Mais do que nunca, é imperioso que todos aqueles que tenham uma parcela de responsabilidade relembrem aos mais jovens os acontecimentos do passado, por forma a revigorar-lhes a fé na Democracia.

Gen Tamoyo
Gen Bda TAMOYO PEREIRA DAS NEVES
Chefe do C I E

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

19.88



RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL

N.º 03/88

MÊS MAR

EXEMPLAR 138

EMFA GABINETE Protocolo nº 0230.1988	
ENTRADA	DESTINO
15.04.88	ASSIST. SUBEX

CONFIDENCIAL

Gen Lourenço

MINISTÉRIO DO EXERCITO
GABINETE DO MINISTRO

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXERCITO

RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL Nº 03/88

<u>D I S T R I B U I Ç Ã O</u>	<u>QUANTIDADE DE EXEMPLARES</u>
- GABINETE DO MINISTRO.....	03
- GABINETE MILITAR DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....	02
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO.....	09
- DEPARTAMENTO GERAL DO PESSOAL.....	07
- DEPARTAMENTO GERAL DE SERVIÇOS.....	06
- DEPARTAMENTO DE MATERIAL BÉLICO.....	07
- DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E COMUNICAÇÕES.....	07
- DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.....	10
- SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS.....	05
- SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	05
- SECRETARIA GERAL DO EXÉRCITO.....	02
- CML.....	15
- CMSE.....	07
- CMS.....	18
- CMNE.....	08
- CMA.....	06
- CMP/11a RM.....	02
- CMO.....	05
- CIE.....	08
- CIM.....	01
- CISA.....	01
- AC/SNI.....	02
- EsNI.....	01
- SUBEX/EMFA.....	01
- T O T A L.....	138

De acordo com o item II do Art 65 do Regulamento para a Salva guarda de Assuntos Sigilosos (Decreto nº 79.099, de 06 Jan 77), ficam os destinatários deste Relatório autorizados a difundir, às Agências que lhes forem subordinadas, os itens que julgarem convenientes.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO

ben Louço

INDICE DOS ASSUNTOS DO RPM DO MÊS DE MARÇO DE 1988

A S S U N T O S	PÁGINA
1. CAMPO MILITAR	
a. <u>FUSEx</u>	01
b. <u>Seguro Transporte - Estudo</u>	01
c. <u>Atuação do Exército Brasileiro (EB) em Socorro às Víti- mas de Calamidades.</u>	01
d. <u>Ações Contra Instalações Militares e Próprios Nacionais</u>	02
e. <u>Agressão ou Tentativa de Agressão à Sentinela</u>	02
f. <u>Condenação de Praça</u>	02
g. <u>Acidente com Explosivo no DRAM/7 (RECIFE/PE).</u>	03
h. <u>Imagem do Exército.</u>	03
i. <u>Identificação de Integrante do Sistema de Informações do Exército</u>	04
<u>Estatística de Acidentes.</u>	05
2. CAMPO POLÍTICO	
<u>Assembléia Nacional Constituinte (ANC).</u>	06
3. CAMPO ECONÔMICO	
<u>Medidas de Ajuste Econômico</u>	11
4. CAMPO PSICOSSOCIAL	
a. <u>Partido Comunista Brasileiro (PCB)</u>	14
<u>Ligações com o Movimento Comunista Internacional (MCI)</u>	14
b. <u>Partido Comunista do Brasil (PC do B)</u>	14
<u>O Antimilitarismo do PC do B</u>	14

(Continuação do Índice dos Assuntos do RPM do mês de MARÇO 88)

A S S U N T O S	PÁGINA
c. <u>Assaltos a Bancos</u>	15
d. <u>A Solidariedade aos Povos Latino—Americanos</u>	16
e. <u>Movimento Educacional (MEd)</u>	17
A Nomeação do Novo Reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA)	17
f. <u>Movimento Religioso</u>	18
Cristianismo e Marxismo.	18
g. <u>Problemas Indígenas</u>	19
Situação Índios/Garimpeiros no Território de RORAIMA	19
h. <u>Movimento Operário e Sindical (MO/MS)</u>	20
Ligações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT).	20
i. <u>Movimentos Populares</u>	22
Mobilização de Massas.	22
5. APRECIACÃO	
a. <u>Campo Militar</u>	24
b. <u>Campo Político</u>	24
c. <u>Campo Econômico</u>	24
d. <u>Campo Psicossocial</u>	25
ANEXO — Instruções Gerais para o Levantamento de Dados Pessoais de Oficiais do Exército Brasileiro (IGLDPO).	

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
C I E

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL,
EM 10 DE ABRIL DE 1938

- RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL N.º 03/88 -

1. CAMPO MILITAR

X a. FUSEx — 8.1.2.

Estão sendo ultimados, no DGS, os estudos visando a melhorar a assistência médico-hospitalar à família militar.

As idéias básicas que fundamentam tais estudos são o aperfeiçoamento do SAMMED/FUSEx que continuará sendo a base do sistema de assistência médico-hospitalar e a implantação de um seguro de saúde.

O seguro de saúde obedecerá aos mesmos princípios do seguro de vida do Fundo de Assistência à Moradia (FAM) e deverá atender às seguintes premissas:

- participação voluntária;
- existência de vários planos, permitindo condições de escolha por uma ampla faixa de segurados com variável poder aquisitivo; e,
- atendimento em todo o território nacional.

X b. Seguro de Transporte - Estudo — 8.15.

Vem sendo desenvolvido, no âmbito da Diretoria de Transportes, um estudo sobre seguro de transporte, objetivando dar maior garantia aos valores transportados, particularmente bagagens e automóveis de militares movimentados, assim como proporcionar uma maior racionalidade na utilização dos recursos a isso destinados.

Para o citado estudo, a Diretoria de Transportes vem contando com a cooperação de órgãos públicos especializados no assunto.

c. Atuação do Exército Brasileiro (EB) em Socorro às Vítimas de Calamidades — 8.8.10.3.

A imprensa tem noticiado a participação das Forças Armadas e, em particular, do Exército, em apoio às comunidades de PETRÓPOLIS/RJ, RIO DE JANEIRO/RJ e RIO BRANCO/AC, atingidas por intempéries.

d. Ações Contra Instalações Militares e Próprios Nacionais
— 8.7.

Na madrugada do dia 16 Fev 88, o civil de nome JOSÉ HERALDO SALGADO pulou um portão que dá acesso aos fundos da Vila Militar do 2º BECmb (PINDAMONHANGABA/SP), sendo, em seguida, preso pela guarda do quartel.

O civil tentou tirar a arma da mão do comandante da guarda e houve um disparo que o atingiu sem gravidade. Foi lavrado o Auto de Prisão em Flagrante Delito do crime e remetido à 3ª Auditoria.

e. Agressão ou Tentativa de Agressão à Sentinela — 8.7.2.

— Em 16 Mar 88, dois elementos fardados, um de capitão e o outro de 3º sargento, aproximaram-se da sentinela da ponte do 4º BIB (QUITAUNA/SP), num veículo Volkswagen, dizendo-se pertencerem ao 2º GAAAE e roubaram-lhe o FAL e a baioneta. O soldado foi ameaçado com arma de fogo e agredido à coronhada. Outra sentinela conseguiu proteger-se e disparar contra os agressores que fugiram.

— No dia 06 Fev 88, por volta das 0400 horas, um automóvel Chevette passou em marcha reduzida e com as luzes apagadas próximo ao posto da guarda dos fundos do 19º BC (SALVADOR/BA) e, do seu interior, um dos ocupantes disparou dois tiros na direção das sentinelas. Logo depois, o carro arrancou em alta velocidade, com o mesmo elemento disparando sua arma, desta vez para cima. Nenhum dos disparos feitos atingiu a sentinela. Os agressores não foram presos e o automóvel não foi identificado.

f. Condenação de Praça — 8.10.5.

O Conselho Permanente de Justiça (CPJ) da 3ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), em sessão de jul

gamento realizada no dia 17 Jan 88, condenou o 2º Sgt JAIME ANTONIO FERREIRA, do 4º B Log (SANTA MARIA/RS), à pena de três meses de detenção, convertida em prisão, como incurso no Art 175, do CPM (*Praticar violência contra inferior*), suspendendo a execução dessa pena pelo prazo de dois anos. Decidiu, ainda, absolvê-lo da acusação de incurso no Art 209 do CPM (*Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem*), considerando a infração como disciplinar, reconhecendo-lhe o direito de apelar em liberdade.

g. Acidente com Explosivo no DRAM/7 (RECIFE/PE) — 8.6.5.

No Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado para apurar as causas do acidente ocorrido na área de desmonte de munições do Depósito Regional de Armamento da 7ª Região Militar (DRAM/7), em 18 Jan 88, e que vitimou seis soldados, chegou-se à seguinte conclusão:

— não foi determinada exatamente a causa que provocou a combustão;

— contudo, considerando-se que experiências realizadas com amostras do material revelaram sua alta sensibilidade ao atrito e determinaram em 200 (duzentos) graus centígrados sua temperatura de combustão, foi descartada a possibilidade de combustão espontânea e indicada como possível causa o atrito provocado pela ação involuntária de um dos soldados envolvidos diretamente na operação;

— as violações das prescrições técnicas e de segurança, contidas no manual técnico T9-1903 - Armazenamento, Conservação, Transporte e Destruição de Munição, Explosivos e Artifícios, caracterizaram a responsabilidade do Cap QMB FRANZ CHUBERTT GIESE e do 2º Ten Inf Temp JOÃO FERREIRA DA SILVA.

X h. Imagem do Exército — 8.8.2.

Com a finalidade de apresentar as despedidas a um oficial transferido, integrantes do CMSE realizaram um almoço em uma dependência militar, que contou com a presença de militares da ativa, reserva, elementos da área de segurança e civis de diversos segmentos da sociedade.

Ao final do almoço, após terem sido encerradas as sauda

ções protocolares, um civil, de forma inoportuna e inesperada, fez uso da palavra, discorrendo sobre preocupações com a problemática nacional.

Sua atitude foi criticada pela unanimidade dos participantes, pois não se coadunava com a finalidade e com o local do evento.

Uma revista de circulação nacional, que teve conhecimento do evento por fonte ainda não identificada, a ele se referiu de forma sensacionalista, emprestando-lhe finalidades escusas, quando na verdade nada mais foi do que uma reunião de despedida, fato normal e corriqueiro na vida militar.

i. Identificação de Integrante do Sistema de Informações do Exército — 8.12.5.

Durante uma conferência de LUIZ CARLOS PRESTES, em PORTO VELHO/RO, o Ex-Soldado FRANCISCO ALVES DE ALBUQUERQUE, que serviu em 1986 na Cia Cmdo/17ª Bda Inf S1, em conversa com um informante declarou que o pessoal do "Serviço Secreto do Exército" estava participando da mesma.

O referido ex-militar disse que conhece a maioria dos integrantes da SOp/2ª Seção/17ª Bda Inf S1 e, sempre que possível, aponta os agentes para os militantes do Partido dos Trabalhadores de RONDÔNIA (PT/RO) e Central Única dos Trabalhadores (CUT/RO).

2M.34.3 P. 87/153

Continuação do RPM n.º 03 /88 - CIE, de 10 de abril de 1988 - 05

ESTATÍSTICA DE ACIDENTES COM MILITARES — 10 TRIMESTRE DE 1988

ACIDENTES	Oficial Praça	C O M A N D O S												S O M A					
		CNL		CIUSE		CMS		CMNE		CMA		CMP		CMO		PARCIAL		TOTAL	
		Morto	Ferido	Morto	Ferido	Morto	Ferido	Morto	Ferido	Morto	Ferido	Morto	Ferido	Morto	Ferido	Morto	Ferido		MORTO+ FERIDO
COM ARMA	Of	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	01
	Pr	04	02	01	02	01	11	-	04	-	-	-	02	-	04	06	25	31	31
DE TRÁNSITO	Of	-	-	-	01	01	01	-	01	-	01	-	-	02	04	03	08	11	11
	Pr	-	-	01	02	02	07	05	01	-	-	02	08	01	07	11	25	36	36
C/EXPLOSIVO	Of	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Pr	-	-	-	-	-	-	05	01	-	-	-	-	-	-	05	01	06	06
EM GERAL	Of	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	01	01
	Pr	-	-	-	04	04	09	04	-	01	-	-	06	01	-	10	19	29	29
SUICÍDIO OU TENTATIVA	Of	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Pr	-	-	-	02	01	-	01	-	-	-	-	-	-	01	05	01	06	06
S O M A	Of	-	-	-	01	01	02	-	01	-	01	-	-	02	04	03	10	13	13
	Pr	04	02	02	08	09	27	15	07	01	-	04	16	02	12	37	71	108	108
T O T A L	Of+Pr	04	02	02	09	10	29	15	08	01	01	04	16	04	16	40	81	121	121
TOTAL DO 4º TRIM	Of+Pr	07	07	02	04	16	28	04	08	05	-	03	14	02	07	39	68	107	107
TOTAL DO 10º TRIM	Of+Pr	09	04	04	01	02	07	05	02	02	-	02	02	04	01	28	17	045	045

Observações: 1 — Mortos em Serviço ou Instrução: 17
 2 — Mortos Fora do Serviço ou Instrução: 23
 3 — Feridos em Serviço ou Instrução: 38
 4 — Feridos Fora do Serviço ou Instrução: 43

TRIMESTRE ANTERIOR
 1 — Mortos em Serviço ou Instrução: 16
 2 — Mortos Fora do Serviço ou Instrução: 23
 3 — Feridos em Serviço ou Instrução: 39
 4 — Feridos Fora do Serviço ou Instrução: 29

CAMPO POLÍTICO

Continuação do RPM n.º 03/ 88 - CIE, de 10 de abril de 1988 - 06

2. CAMPO POLÍTICO

Assembléia Nacional Constituinte (ANC) - 1.5.2.

ASSUNTOS RELACIONADOS COM AS FORÇAS ARMADAS, JÁ APROVADOS

Nº DE ORDEM	DISPOSITIVO	A S S U N T O
01	Art 6º, § 9º	Inclusão do terrorismo como crime <u>ina</u> fiançável, insusceptível de graça ou anistia. Obs: Estas penas, no Projeto da Comissão de Sistematização, só eram aplicadas à "tortura".
02	Art 6º, § 24º	Inclusão da pena de morte em caso de guerra declarada. Obs: O projeto não previa a pena de morte em nenhuma hipótese.
03	Art 6º, § 31º	Inclusão da privação de direitos por motivo de crença religiosa ou convicção política, se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta...
04	Art 6º, § 45º	Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas... exigível prévio aviso à autoridade...
05	Art 6º, § 55º	É reconhecida a instituição do júri com a organização que lhe der a lei... Obs: O dispositivo nestes termos não impede que a Justiça Militar continue julgando os crimes militares dolosos contra a vida. A redação nos Projetos anteriores tolhia esta ação.
06	Art 14º, § 3º	São privativos de brasileiro nato os cargos de... e oficiais das Forças Armadas.
07	Art 15º, § 2º	Não podem alistar-se eleitores... e durante o serviço militar obrigatório os conscritos.
08	Art 15º, § 8º	São elegíveis os militares alistáveis com mais de dez anos de serviço ativo... Os de menos de dez anos de serviço ativo... caso se afastem espontaneamente da atividade

Continuação do RPM n.º 03/88 - CIE, de 10 de abril de 1988 - 07

Nº DE ORDEM	DISPOSITIVO	ASSUNTO
09	Art 18º, § 4º	É vedada a utilização pelos partidos políticos da organização paramilitar.
10	Art 21º - I	Incluem-se entre os bens da União: as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares...
11	Art 21º, § 2º	Incluem-se entre os bens da União: a faixa interna de até 150 Km de largura (faixa de fronteira)... sua ocupação e utilização serão regulamentadas em lei.
12	Art 22º - II	Compete à União: declarar a guerra e celebrar a paz.
13	Art 22º - III	Compete à União: assegurar a defesa nacional.
14	Art 22º - IV	Compete à União: permitir... que forças estrangeiras transitem pelo território nacional.
15	Art 22º - VI	Compete à União: autorizar e fiscalizar a produção e comércio de material bélico.
16	Art 23º - IV	Cabe à União Legislar sobre: requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.
17	Art 23º - XX	Cabe à União legislar sobre: normas gerais de organização, efetivos, material bélico e garantia das polícias militares e corpos de bombeiros militares, bem como as normas de sua convocação e mobilização.
18	Art 23º - XXVII	Cabe à União legislar sobre: a defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa civil e mobilização nacional.
19	Art 38º, § 4º	Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar.

Continuação do RPM n.º 03 / 88 - CIE, de 10 de abril de 1988 - 08

Nº DE ORDEM	DISPOSITIVO	ASSUNTO
20	Art 43º, § 13º	A lei estabelecerá os limites de idade para transferência do servidor público civil e militar para a inatividade.
21	Art 50º	São servidores militares federais os integrantes das Forças Armadas e estaduais os das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal.
22	Art 50º, § 1º	As patentes, com as prerrogativas, os direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em toda a plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados das Forças Armadas, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, sendo-lhes privativos os títulos, postos e uniformes militares.
23	Art 50º, § 2º	As patentes dos oficiais das Forças Armadas são outorgadas pelo Presidente da República e as dos Oficiais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e Distrito Federal, pelos respectivos Governadores.
24	Art 50º, § 3º	O militar em atividade que aceitar cargo público civil permanente será transferido para a reserva.
25	Art 50º, § 4º	O militar da ativa que aceitar cargo, emprego ou função pública temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antigüidade, contando-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção ou transferência para a reserva. Depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, será transferido para a inatividade.

Am. Lourenço

Continuação do RPM n.º 03/88 - CIE, de 10 de abril de 1988 - 09

Nº DE ORDEM	DISPOSITIVO	ASSUNTO
26	Art 50º, § 5º	Ao militar são proibidas a sindicalização e a greve.
27	Art 50º, § 6º	Os militares, enquanto em efetivo serviço, não poderão estar filiados a partidos políticos.
28	Art 50º, § 7º	O oficial das Forças Armadas só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível: por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial em tempo de guerra.
29	Art 50º, § 8º	O oficial condenado por tribunal civil ou militar à pena restritiva da liberdade individual superior a dois anos, por sentença condenatória transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no parágrafo anterior.
30	Art 50º, § 9º	A lei disporá sobre os limites da idade, a estabilidade e outras condições de transferência do servidor militar para a inatividade.
31	Art 50º, § 10º	Aplica-se aos servidores a que se refere este artigo, e a seus pensionistas, o disposto no Art 47. Obs: Diz o Art 47 - os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que modificar a renumeração dos servidores em atividade....
32	Art 50º, § 11º	Os vencimentos dos servidores militares são irredutíveis, sujeitos, entretanto, aos impostos gerais, inclusive o de renda e os extraordinários.
33	Art 57º - III	Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre... fixação e modificação do efetivo das FA.

CONFIDENCIAL

Luiz Flávio

Continuação do RPM n.º 03 / 88 - CIE, de 10 de abril de 1968 - 10.

Nº DE ORDEM	DISPOSITIVO	A S S U N T O
34	Art 58º - II	Compete exclusivamente ao Congresso: au- torizar o Presidente da República a de- clarar guerra, a celebrar a paz, permi- tir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional...
35	Art 64º, § 6º	A incorporação às FA de deputados e se- nadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá da prévia licença da casa respectiva.
ASSUNTOS NÃO APROVADOS		
01	Art 6º, § 24º	Foi mantido o texto da Comissão de Sis- tematização preservando a competência exclusiva da prisão à autoridade "judi- ciária" competente.

CONFIDENCIAL

CAMPO ECONÓMICO

3. CAMPO ECONÔMICO

Medidas de Ajuste Econômico

a. Introdução

O BRASIL vive uma séria crise econômica que se arrasta desde a elevação dos preços do petróleo, no final da década de 70, alimentada pela elevação das taxas de juros internacionais, nos anos 80, e pelo conseqüente aumento nos encargos dos serviços da dívida externa e da crescente dívida interna, que impedem um combate eficaz ao déficit público e, via de regra, à inflação. A essas dificuldades, soma-se o não ingresso no País de recursos novos nos últimos anos, fato agravado mais recentemente por uma moratória malsucedida.

Com as altas taxas de juros que o governo é obrigado a manter para colocar seus papéis no mercado e financiar a dívida interna, e com a falta de ingressos externos, a atividade produtiva foi caindo, arrastando com ela a arrecadação de impostos e o nível de empregos gerados anualmente. Entre os anos de 1985 e 1987, a receita bruta do governo caiu de 27% do PIB para 19% e a receita líquida de 17% para 9%.

No corrente ano, a crise atingiu limites perigosos. A folha de pagamento do setor público aproximou-se do teto da receita líquida disponível da União, com sério prejuízo para o custeio da Administração Pública e para a capacidade de investimento em projetos prioritários para o desenvolvimento.

A emissão maciça de moeda sem lastro, além dos limites atuais, faria explodir as taxas de inflação, caracterizando-se no País uma situação de hiperinflação, particularmente perversa para os assalariados e segmentos de menor renda, além de afetar de modo decisivo o setor produtivo. Havia sério risco de um desequilíbrio total da economia, com reflexos óbvios nos campos político e social.

b. A Suspensão da URP do Setor Governamental

Em face dessa situação crítica, a nova equipe econômica do Governo, há algumas semanas, vinha buscando soluções tec

nicas capazes de reverter esse quadro. No elenco de medidas levantadas, estava desde logo arrolada a política salarial do setor governamental. No estudo desta última, uma série de hipóteses foram consideradas, particularmente aquelas relativas à Unidade de Referência de Preços - URP, medida que vinha sendo aplicada aos salários e vencimentos a título de reposição salarial.

O Ministro Chefe do EMFA, falando em nome das FFAA e expressando o ponto de vista dos titulares das forças singulares, em defesa de seus subordinados, inicialmente não concordou que medidas nessa área fossem tomadas de forma unilateral. Essa posição é justificada pelo pequeno efeito da redução da folha de pagamento no valor do déficit público e seria ainda mais irrelevante caso a medida não fosse abrangente. Além do mais, tomada de forma parcial, seria também injusta.

Os estudos tiveram continuidade com a constante participação do EMFA, órgão encarregado dos estudos referentes à remuneração dos militares.

No dia 06 Abr, o Sr Presidente da República convocou uma reunião para o acerto final das medidas a serem adotadas. Tendo participado dessa reunião, o Sr Ministro do Exército solicitou explicações quanto à necessidade real de se congelar a URP.

No entanto, em face da convincente exposição do Sr Ministro da Fazenda, o Sr Ministro convenceu-se que, diante da gravíssima crise econômica-financeira e de caixa que o País atravessa, era impositiva a adoção de uma série de medidas, entre as quais a suspensão da URP. O problema imediato não era de caráter econômico-financeiro, mas de caixa. O Governo não teria recursos para pagar o funcionalismo nos próximos meses, se a URP continuasse a ser utilizada sem as alterações emergenciais e transitórias propostas.

Os Ministros Militares propuseram que essas medidas, uma vez que se mostravam impositivas, tivessem o menor efeito possível sobre a remuneração dos servidores e estendessem o sacrifício a todo o setor governamental, procurando atenuar o impacto para os que ganham menos e eliminando o chamado efeito

"cascata" no cálculo da gratificação de tempo de serviço em outros setores.

Assim, teremos:

- corte temporário da URP - 2 meses - prazo mínimo para produzir efeito sensível na economia (700 bilhões de cruzados no caso dos servidores e 400 bilhões no caso das estatais);
- devolução da perda salarial a partir da data-base (janeiro);
- medida abrangente (alcançando servidores civis e militares da União, do Distrito Federal e dos territórios; do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas; do Poder Legislativo; das autarquias e das estatais);
- medidas paralelas pertinentes a outros campos (corte de subsídios, aumento da alíquota de Imposto de Renda dos bancos, corte no efeito "cascata" no pagamento do tempo de serviço para o Judiciário, etc); e
- outras medidas que se seguirão.

c. Conclusão

As medidas adotadas são, sem dúvida, bastante duras. Porém, "entre uma tempestade agora e um terremoto em futuro próximo é preferível a primeira hipótese". Greves e inquietações poderão ocorrer, porém é melhor enfrentá-las agora, do que o sério risco que representa a desestabilização econômica e, em consequência, a política e, particularmente, a social.

CAMPO PSICOSSOCIAL

4. CAMPO PSICOSSOCIAL

a. Partido Comunista Brasileiro (PCB)Ligações com o Movimento Comunista Internacional (MCI)

3.4.3.1.

Um levantamento realizado por este Centro em 1987 indica o seguinte quadro de ligações do PCB com o comunismo internacional:

— 147 (cento e quarenta e sete) viagens para o exterior, sendo 92 (noventa e duas) para países socialistas e, dessas, 53 (cinquenta e três) para a UNIÃO SOVIÉTICA;

— 26 (vinte e seis) militantes enviados para cursos de formação de quadros e "universitários" em países do bloco socialista;

— 19 (dezenove) militantes residindo no exterior, sendo 8 (oito) como ligação da OS com PC's e entidades do MCI; e

— 43 (quarenta e três) encontros de líderes da OS com representantes de PC's estrangeiros no País.

No que se refere às viagens, é preciso ressaltar, ainda, a elevada quantia gasta com passagens, US\$354.350,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e cinquenta dólares). Levando-se em conta que a quase totalidade dos que viajaram não apresenta condições para arcar com o alto custo de uma passagem para o exterior e que, de acordo com declarações de alguns de seus líderes, a situação financeira da OS não lhe permite uma despesa desse porte, pode-se afirmar sua dependência financeira do MCI, especialmente do Partido Comunista da União Soviética, o que é proibido pela Constituição da República, tanto a em vigor como o projeto ora em votação na Assembleia Nacional Constituinte, onde consta: "... proibição de recebimento de recursos financeiros de entidades ou governos estrangeiros ou de subordinação a estes" (inciso 2, Art 18 do Cap V do Título II).

b. Partido Comunista do Brasil (PC do B)O antimilitarismo do PC do B - 3.1.1.

No artigo "A verdadeira face do Rambo", publicado na

coluna "Lições da TLO", ROGERIO D'OLNE LUSTOSA, Secretário de Agitação e Propaganda do CC/PC do B, faz considerações desairosas às Forças Armadas Latino-Americanas.

Sobre a recente crise militar argentina, afirma que a sublevação da Semana Santa foi sufocada "*pela imediata mobilização popular que heroicamente cercou o quartel onde os facistas se concentravam*".

A respeito da rendição do Ten Cel ALDO RICO, comenta que, antes da luta, o militar mostrava a "*arrogância ensinada nos quartéis*"; mas com os primeiros tiros rendeu-se sem lutar.

Generalizando, conclui: "*a coragem é apenas perante cidadãos indefesos pendurados em pau-de-arara...*" e que o "*delinquente fardado*" defende "*conceitos muito caros*" aos generais latino-americanos; e que na AMÉRICA LATINA os "*militares golpistas*" são tratados com benevolência.

Na ARGENTINA, o movimento de massas e a luta armada permitiram o julgamento dos comandantes da "*tortura e assassinatos*". No BRASIL, "*nenhum torturador foi punido e alguns facinoras continuam inclusive em plena atividade e até foram promovidos*".

Devem ser destacada as seguintes afirmações do autor: "*a praga militarista ameaça a sociedade*", e que "*são um movimento popular, que transforme em profundidade a estrutura do País, é capaz de pôr fim a esta doença*".

A anistia beneficiou muitos militantes do PC do B que gozam de plena liberdade, inclusive para legalizar a organização subversiva, internacionalista e marxista-leninista. Entretanto, o artigo de ROGERIO LUSTOSA demonstra, mais uma vez, o espírito revanchista e antimilitarista do PC do B.

c. Assaltos a Bancos - 3.2.1.2.

Durante o ano de 1987, foram realizados diversos assaltos a instituições financeiras, particularmente a estabelecimentos bancários. Preocupado com o crescente número desses delitos, alguns deles apresentando planejamento sofisticado e

utilizando armas automáticas, este Centro catalogou as principais ocorrências naquele ano, incluindo todas as realizadas contra agências do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal (CEF).

Foram relacionados 922 assaltos, dos quais 218 contra o BB e 104 contra a CEF, com um total de Cz\$ 862.625.017,00 roubados. Porém, a estimativa é de que esses dados representem apenas cerca de 60% (sessenta por cento) dos ilícitos perpetrados e do montante subtraído das instituições financeiras.

O sucesso da grande maioria desses assaltos pode ser creditado à ineficiência do sistema de segurança dos estabelecimentos financeiros, principalmente no que se refere à seleção e qualificação do pessoal empregado nesse setor. Por outro lado, enquanto os executores dos assaltos demonstram uma crescente organização e melhoria de estrutura e armamento, as polícias, militar e civil, sofrem com seu desaparelhamento e problema de pessoal, tanto em qualidade como em quantidade.

Assim, embora não tenha se caracterizado, até a presente data, motivação política nos assaltos conduzidos pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) na BAHIA, em 1986, outros vêm apresentando características muito semelhantes às "expropriações" perpetradas pelas OS na década de 70, indicando a possibilidade de estarem sendo por elas realizados ou planejados.

d. A "Solidariedade" Aos Povos Latino-Americanos

Ao espectador desavisado, a proliferação da atuação de grupos de solidariedade em todo o País pode sugerir um posicionamento da sociedade brasileira favorável à "libertação latino-americana" contra o jugo do "imperialismo hegemônico dos EUA". Entretanto, verifica-se que a formação dessas entidades resulta da iniciativa de militantes de organizações subversivas (OS) — máxime as infiltradas no PT —, que, associando políticos, artistas e outros agentes de influência da esquerda, fazem o jogo do Comunismo Internacional, procurando formar e influenciar a opinião pública de maneira favorável às lutas comunistas na América Latina.

e. Movimento Educacional (MED)A Nomeação do Novo Reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) - 4.5.

Conforme a legislação em vigor, é da competência do Presidente da República a nomeação dos reitores e vice-reitores das universidades oficiais. Os candidatos devem ser indicados pelas Universidades, através dos Conselhos Universitários, em lista múltipla, para ser escolhido um pelo Chefe do Poder Executivo.

A Universidade que, segundo a visão das esquerdas, está inserida dentro das chamadas "superestruturas de poder da classe dominante", passou a ser alvo de uma campanha para "democratizar" a escolha dos reitores através do voto direto da comunidade universitária (professores, estudantes e servidores). A infiltração nas entidades representativas do meio universitário, somada à pretensa democratização, levaria às mãos dos esquerdistas, a curto prazo, o controle das universidades e proporcionaria, com mais facilidade, a consolidação de um trabalho de massa que há muito vem sendo desenvolvido.

Na BAHIA, em outubro de 87, a comunidade universitária realizou sua "eleição direta para reitor", sufragando uma professora, apoiada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), seguida de outra, apoiada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Levada ao Presidente da República uma lista sêxtupla, da qual participavam, além das duas citadas, mais quatro professores cuja votação fora menor, o escolhido foi o Professor ROGÉRIO VARGENS, que tomou posse no cargo, em BRASÍLIA/DF, em janeiro deste ano.

A nomeação gerou, por parte das entidades dominadas pela esquerda, manifestações de toda ordem, onde se destacaram: agressão ao novo Reitor por estudantes, quando de seu regresso a SALVADOR/BA; ocupação do prédio da reitoria por estudantes e professores, objetivando impedir a assunção do cargo; entrevistas de militantes de esquerda à imprensa, contestando a nomeação e divulgando palavras de ordem contra o Presidente da República; passeatas, greves e atos públicos; discurso do líder

Caro Acunço

Continuação do RPM n.º 03 / 88 - CIE, de 10 de abril de 1988 - 18

do PC do B no Congresso; e outras ações de caráter antidemocrático.

O novo Reitor só pôde assumir o cargo na Delegacia do Ministério da Educação (MEC) em SALVADOR/BA, no dia 16 de março. Para ocupar seu lugar, na sede da Reitoria invadida, recorreu ao Judiciário, solicitando reintegração de posse. Mediante ação da Justiça, o novo Reitor da UFBA conseguiu retirar do prédio da Reitoria os invasores e, sob proteção policial, iniciou seu período de trabalho normal.

As pressões e manifestações foram conduzidas pelo PC do B e PT que se utilizaram do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFBA, da Associação dos Professores e da Associação dos Funcionários. A rebeldia prendeu-se ao fato de que, caso houvesse sido indicada a candidata do PC do B, este partido receberia oficialmente espaço na administração da Universidade, ocupando a Superintendência Estudantil e a Superintendência de Pesquisa.

O episódio demonstra claramente qual o tipo de "diálogo" que a esquerda utiliza e a qualidade da "democracia" que prega. Por outro lado, o Governo Federal, ao manter sua decisão sem ceder às pressões, demonstrou disposição de atuar dentro da lei e não recuar diante de ações cujo único objetivo é desmoralizar os atuais procedimentos que regulam a nomeação de reitores e, por via de consequência, a autoridade do Poder Executivo.

f. Movimento Religioso

Cristianismo e Marxismo - 4.6.

Não têm sido poucos os cursos de "Educação Popular" promovidos pelos "progressistas" do clero, na tentativa de "reeducar", segundo a doutrina marxista, as parcelas da população que pretendem utilizar na transformação da estrutura social.

Tais cursos, muitos de "Fé e Política", como o apresentado no relatório anterior, e outros de "Cristianismo e Marxismo", vêm sendo identificados com a pretensa liberdade religiosa na UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS (URSS), advinda da "perestroika" e da "glasnost".

Em seu número de Fev 88, a revista "Executive Intelligence Review" (EIR), editada em WASHINGTON/ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA), publicou um artigo, assinado por LUBA GEORGE, afirmando que apesar da Igreja Ortodoxa Russa ter convidado religiosos católicos para as celebrações do milésimo aniversário da introdução do cristianismo na RÚSSIA, em Jun 88, o Ministério das Relações Exteriores da URSS declarou o Papa JOÃO PAULO II "persona non grata" naquelas comemorações.

A posição do governo soviético deve ter sido motivada pelo teor da encíclica papal "Sollicitudo Rei Socialis" — Preocupação com o Social —, que condena o coletivismo materialista e da carta "Euntes in Mundum" — Ide pelo Mundo —, na qual, referindo-se àquelas comemorações, o Papa prega a união dos cristãos e maior liberdade para os ortodoxos russos.

O jornal oficial de divulgação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Voz da Unidade, de 11 a 17 Mar 88, em artigo assinado por seu militante DIRCEU ACCIOLY LINDOSO, publica: "Erradicar o fenômeno religioso não é tarefa atual das massas trabalhadoras. ..."*A erradicação da alienação religiosa é tarefa da sociedade futura, da sociedade comunista. Porque o homem comunista é o homem da irreligiosidade fundamental.*"

Pelo exposto, fica claro que a extensão da propalada liberdade religiosa na URSS é falsa e que a compatibilização do marxismo com o cristianismo é utópica e enganadora, servindo apenas aos propósitos da causa comunista.

g. Problemas Indígenas

Situação Índios/Garimpeiros no Território de RORAIMA-4.1.5

O comprovado potencial de recursos minerais existentes na região Norte-Nordeste de RORAIMA vem atraindo um grande número de garimpeiros. A Área Indígena (AI) YANOMAMI, ainda não definida e demarcada, engloba uma parte considerável desse potencial.

Em 1987, em face do confronto entre índios e garimpeiros na região do Garimpo CAMBALACHO — abrangendo território YANOMAMI —, com mortes em ambos os lados, foi desencadeada

Continuação do RPM n.º 03/88 - CIE, de 10 de abril de 1988 - 20

uma ação do governo do Território, com o apoio de tropas do Comando Militar da Amazônia (CMA), denominada Operação Roraima.

A Operação Roraima I — como ficou conhecida — não obteve o resultado desejado, pois, com a retirada da tropa, em Out 87, ocorreu o retorno dos garimpeiros para a área, em maior número ainda. Tal fato provocou um estado de frustração nos militares que atuaram na região, porquanto as operações desenvolveram-se em condições extremamente desfavoráveis de clima e de apoio logístico.

A permanência do problema provocou a intervenção direta do Conselho de Segurança Nacional (CSN) que, através do Aviso Nr 004/3ªSC/004/88, de 28 Jan 88, determinou a execução de uma operação para a retirada dos garimpeiros, em duas fases. A primeira, já em execução, sob a coordenação do 7º Comando Aéreo Regional (COMAR VII), tem como propósito a saída voluntária dos garimpeiros mediante a adoção de medidas rigorosas que venham a tornar praticamente impossível a sua permanência nas terras indígenas.

O CMA já expediu sua ordem preparatória aos escalões subordinados e encontra-se ultimando a elaboração dos planos para a 2ª fase da operação, que será implementada, caso as medidas da primeira não surtam o efeito desejado, visando à evacuação geral dos garimpeiros existentes na área.

h. Movimento Operário e Sindical (MO/MS)

Ligações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT) - 3.4.1

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) vem mantendo estreitas ligações com entidades e lideranças sindicais internacionais.

Tomando como referência o período de 01 Jul 87 até os dias atuais, um quadro-síntese, certamente que incompleto, permite consolidar os dados disponíveis sobre o assunto:

1. Viagens de Representantes da CUT ao Exterior: 22	- <u>Países Visitados</u> : ARGENTINA, URUGUAI, FRANÇA, CUBA, CHINA, IRAQUE, REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ (RDA), ITÁLIA, EL SALVADOR, CANADÁ, TCHECOSLOVÁQUIA, POLÔNIA, AUSTRÁLIA, ESTADOS UNIDOS (USA), PORTUGAL e URSS.
2. Visitas de Representantes Sindicais Estrangeiros ao BRASIL: 26	- <u>País/Entidade Origem</u> : CHILE, URUGUAI, BOLÍVIA, COLÔMBIA, MÉXICO, EL SALVADOR, NICARÁGUA, ARGENTINA, BÉLGICA, ÁUSTRIA, LÍBIA, RDA, URSS, ITÁLIA, CHINA, CUBA, PERU, Federação Sindical Mundial (FSM), Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Confederação Latino-Americana de Trabalhadores (CLAT)
3. Cursos Frequentados por Representantes da CUT no Exterior: 03	- "Curso de Capacitação Sindical", na RDA, com duração de três meses - 17 (dezessete) elementos. - "Curso de Capacitação Política", em CUBA, com duração e número de participantes indefinidos. - "Curso de Formação de Instrutores Sindicais", na URSS, com duração de dois meses - 05 (cinco) elementos.
4. Auxílio Financeiro Recebido de Entidades do Exterior	- "FRÈRE DES HOMMES" (FRANÇA): subsidia "Projeto Sindical Rural", coordenado pela CUT, no RIO GRANDE DO SUL. Aplicados: Cz\$ 293.705,00 no período de Mai a Out/87. - "THE CATHOLIC AGENCY FOR WORLD DEVELOPMENT-TROCAIRE" (IRLANDA): Subsidia atividades sindicais da CUT-Regional CELEIRO/RS. Aplicados Cz\$ 182.779,00 em 1987; previsão de recursos de US\$ 15.000,00 (quinze mil dólares) para 1988. - "DESENVOLVIMENTO E PAZ" (CANADÁ): subsidia "Projeto de Assessoria Jurídica ao Movimento Sindical no RS". Previsão de recursos/1988: US\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos dólares).

- | | |
|---|---|
| 5. Manifestações de Solidariedade/Protestos promovidos pela CUT (Alguns Exemplos) | <ul style="list-style-type: none"> - "Solidariedade aos Povos da América Latina" - "Solidariedade ao Povo Chileno" - Protesto contra USA ("Questão nicaraguense") - Protesto contra ISRAEL ("Questão Palestina") - Protesto contra ÁFRICA DO SUL ("Apartheid") |
|---|---|

6. Projeto de construção de uma Escola Sindical para a CUT, em BELO HORIZONTE/MG, a ser patrocinada pela Federação Italiana de Metalúrgicos (FIM) - Custos iniciais: Cz\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzados).

Os dados apresentados comprovam uma notória expansão no relacionamento internacional da CUT, particularmente com países de ideologia socialista, bem como evidenciam o apoio financeiro externo recebido pela Central brasileira de entidades internacionais.

i. Movimentos Populares (M Pop)

Mobilização de Massas - 3.2.6.7

Já há algum tempo, o PT e a CUT, com apoio do clero "progressista", vêm batendo na tecla de ser a Constituinte conservadora e reacionária, apregoando que não bastam as negociações, sendo preciso mobilizar a população como elemento de pressão. Com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da esquerda em geral, procuram substituir os fracassados comícios por eleições diretas/88 por atos públicos, shows-comícios (26 Jan 88), "abraços" ao Congresso Nacional e marchas sobre BRASÍLIA/DF (04 Fev 88) e paralisações, como o chamado "dia do basta" (04 Mar 88).

Apesar do apoio recebido dos Meios de Comunicação Social (MCS), as mobilizações populares não têm alcançado as repercussões desejadas por seus promotores, constituindo-se em grande fracasso de público, com pouca repercussão a nível nacional, não chegando a empolgar a população.

Ao que parece, o desenrolar dos trabalhos na Constituinte, agravados por uma situação econômica difícil, está a indi

car que a esquerda, para ver suas propostas aprovadas, necessita mais de negociações do que das "pressões" que vem incentivando.

Paralelamente a essas manifestações e conscientes do papel estratégico que cabe aos M Pop como forma de executar a pressão de base para a tomada do poder, as correntes manipuladas desses movimentos orientam suas ações para a criação de uma Central de Movimentos Populares e/ou sua reunião em torno de um segmento, o dos moradores. Uma Comissão pró-Central de M Pop de verá ser formada, e marcada a data do congresso que efetivará a entidade, ainda neste semestre, quando da realização do VIII Encontro Nacional da Articulação de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS).

A P R E C I A Ç Ã O

X 5. APRECIACÃO

a. Campo Militar

Os canais técnicos e de comando, corretamente utilizados na transmissão de informações, são os meios adequados para o acionamento dos Órgãos Setoriais, visando ao estudo e à busca de soluções para os problemas que afetam a Instituição.

Os estudos para o aperfeiçoamento do atendimento SAMMED/FUSEX e para o adequado ressarcimento dos que são prejudicados no transporte de seu patrimônio, por ocasião de transferências, refletem o funcionamento oportuno da comunicação entre os diversos escalões de comando.

b. Campo Político

Verifica-se no período, superado o ponto de inflexão representado pela votação do sistema de governo, um saldo altamente favorável na aprovação de preceitos de interesse das FA pela Assembléia Nacional Constituinte.

A constatação evidencia o diligente trabalho de esclarecimento de parlamentares, desenvolvido pelas Assessorias Parlamentares dos Ministérios Militares.

c. Campo Econômico

O período foi marcado pela adoção de duras medidas no campo econômico, a partir da constatação da impossibilidade do Governo prosseguir pagando o funcionalismo, com as reposições salariais representadas pela URP.

Nos últimos anos, a queda da arrecadação da União demonstra que os recursos existentes foram direcionados para o setor de especulação financeira, enquanto o setor produtivo manteve-se praticamente estagnado.

Dentre outras decisões, a suspensão do pagamento da URP, por dois meses, representará uma nova carga de sacrifícios para os funcionários públicos que deverão suportá-la com a certeza de que a dura realidade não comporta soluções alternativas, e de que a medida se estenderá igualmente a todos os níveis da Admi-

nistração pública.

d. Campo Psicossocial

O PCB expõe a sua vinculação com os partidos e entidades do MCI, contrariando frontalmente a legislação em vigor e o projeto da nova Constituição, ao proporcionar viagens ao exterior para seus militantes — formação e aperfeiçoamento de quadros —, cujo custeio supera, em muito, qualquer projeção otimista das possibilidades financeiras da organização.

A atuação radical do PC do B na BAHIA, manipulando entidades do movimento educacional e criando problemas para a posse do novo reitor da UFBA, serviu como teste satisfatório para sua capacidade de mobilização, constantemente exercitada em movimentos de desordem e de desobediência civil, que vem patrocinando, há tempos, naquele estado.

É preocupante a verificação do aumento da incidência e da sofisticação dos assaltos a bancos ocorridos em 1987. A existência de organizações subversivas que, embora realizando trabalho de massa, não abriam mão da tática de autosustentação através de "expropriações" — à semelhança do terrorismo comunista que assolou o País, no final da década de 60 e início da de 70 —, evoca uma expectativa pressaga de que a história pode vir a repetir-se.

A pretensa identificação entre Cristianismo e Marxismo, proposta pelos adeptos da Teologia da Libertação no Terceiro Mundo, parece não ter contrapartida por parte do principal centro de difusão do comunismo — a URSS — que a utiliza de acordo com conveniências de momento, conforme atesta a declaração do Papa como "persona non grata" nos festejos do milésimo aniversário de introdução do cristianismo na RÚSSIA.

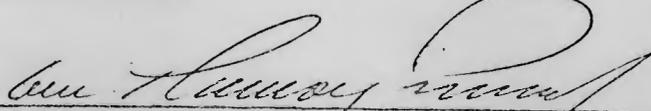
Na atual fase de acumulação de forças vivida pela subversão no BRASIL, avulta de importância o acompanhamento dos movimentos populares (MPop) que, totalmente infiltrados e manipulados pelas OS, servem de laboratório para o treinamento de lideranças e para o trabalho de massa que, explorando anseios,

CONFIDENCIAL

2M.34.3.P.112/153

Continuação do RPM n.º 03/88 - CIE, de 10 de abril de 1988 - 26

ressentimentos e expectativas de parcela da população, visam conscientizá-la e amoldá-la aos parâmetros revolucionários subsequentes. Esta conclusão apóia-se na constatação de que a maioria das organizações marxistas-leninistas preconiza a etapa intermediária do Governo Popular para atingir o socialismo através da ditadura do proletariado.



Gen Bda TAMOYO PEREIRA DAS NEVES

Chefe do C I E

CONFIDENCIAL

ANEXO AO RPM Nº 03/88, DE 10 ABR 88, DO CIE

INSTRUÇÕES GERAIS PARA LEVANTAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE
OFICIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO (IGLDPO)

IG 10-77

1. GENERALIDADES

A seleção de pessoal no Exército tem por objetivo o seu adequado aproveitamento nas diversas funções e comissões, evitando prejuízos para a Instituição e seus componentes.

O êxito desta seleção depende de um sistema que seja capaz de produzir avaliações e informações suficientemente completas sobre o pessoal. Isto significa estabelecer um "conceito moral", um "conceito profissional" e avaliar o "desempenho funcional" de cada um dos oficiais, subtenentes e sargentos.

Deste sistema, cujo órgão principal é a Diretoria de Cadastro e Avaliação, participa o Centro de Informações do Exército, assessorando, particularmente, o Gabinete do Ministro do Exército, o Estado-Maior do Exército e a Diretoria de Promoções na seleção de pessoal para o exterior, nomeação de comandantes, diretores e chefes de Organizações Militares, nas promoções por merecimento e escolha, na concessão de medalhas, etc.

-2. ORIGEM DA IG 10.77

Até o final de 1987, o CIE utilizava, nos trabalhos de assessoramento, os registros existentes em seus arquivos, complementados pelos dados obtidos através de Pedidos de Busca, de acordo com cada objetivo ou situação, dirigidos aos Comandantes, Chefes ou Diretores das OM onde o militar servia, ou, ainda, a oficiais comandantes anteriores do militar em estudo. A rotina de trabalho, seguindo essa sistemática, apresentava-se morosa, particularmente, pela grande quantidade de pedidos de busca expedidos, o que onerava em demasia os trabalhos burocráticos, acarretando, algumas vezes, a perda da oportunidade no assessoramento.

Além disso, eram obtidos dados de responsabilidade de outros órgãos, ocasionando uma injustificável superposição de informações.

Para sanar as deficiências assinaladas, foi realizado demorado

Continuação do Anexo ao RPM nº 03/88 - CIE, de 10 de abril de 1988 - 2

estudo, sendo consultados todos os órgãos ligados à área de administração do pessoal e os usuários. Desse trabalho de coordenação e sistematização resultaram as "Instruções Gerais para Levantamento de Dados Pessoais dos Oficiais do Exército Brasileiro (IGLDPO)", aprovada pela Portaria Ministerial nº 55-A/CONFIDENCIAL, de 09 de novembro de 1987.

Na elaboração das Instruções, decidiu-se limitá-la, inicialmente, ao levantamento de dados dos oficiais de carreira, buscando atender às necessidades prioritárias de assessoramento dos usuários, sem comprometer a atual capacidade administrativa do CIE.. Futuramente, verificada a validade da nova sistemática, será ampliado gradativamente o universo, com a inclusão dos oficiais QAO, subtenentes e sargentos de carreira e demais militares.

3. As IGLDPO (IG 10-77)

As IG 10-77 são um documento normativo, distribuído pelo CIE a todas as organizações militares, cujos Comandantes, Chefes ou Diretores têm responsabilidade de prestar as informações solicitadas de oficiais que lhe são subordinados. Foram remetidas para organizações militares até o nível de subunidade independente, a partir de 23 de fevereiro de 1988.

O objetivo do documento é possibilitar ao CIE, como órgão encarregado do levantamento, obter, de forma sistemática, informações pessoais atualizadas e necessárias aos trabalhos de seleção de pessoal para assessoramento ministerial e de órgãos de direção do Exército.

A responsabilidade pelos dados e remessa das informações ao CIE é dos Comandantes, Chefes e Diretores de Organizações Militares. Na coleta, os responsáveis deverão se valer de suas observações diretas e pessoais e das observações dos chefes imediatos do oficial.

A remessa das informações incidirá, de modo eventual, sobre determinados oficiais, e em momentos específicos de sua carreira. Os dados solicitados referem-se apenas a poucos aspectos — os relacionados à situação profissional e à situação familiar — recaindo naqueles não abrangidos por outros órgãos da administração do pessoal do Exército.

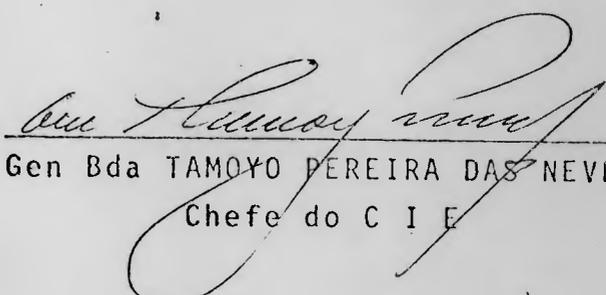
Continuação do Anexo ao RPM nº 03/88 - CIE, de 10 de abril de 1988 - 3

4. CONCLUSÃO

A entrada em vigor das presentes instruções permitirá o estabelecimento de um banco de dados atualizado, com elevado grau de confiabilidade, oferecendo uma resposta pronta às solicitações dos usuários, em benefício da eficácia do assessoramento quanto à seleção de pessoal.

Os dados coletados não serão superpostos aos obtidos por outros órgãos, diminuindo os trabalhos burocráticos, e racionalizando o processo de obtenção de informações nessa área.

A multiplicidade de conceitos emitidos, ao longo do tempo, pelos diferentes Comandantes, Chefes e Diretores de Organizações Militares, permitirá, sem dúvida, uma avaliação mais precisa e correta, tendo como resultado principal decisões mais equânimes e justas.


Gen Bda TAMOYO PEREIRA DAS NEVES
Chefe do C I E

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXERCITO

INSTRUÇÕES GERAIS PARA O LEVANTAMENTO DE DADOS
PESSOAIS DOS OFICIAIS DO EXERCITO (IGLDP) (IG 10-77)

1. FINALIDADE

Orientar os Comandantes, Chefes e Diretores de OM quanto aos procedimentos a serem adotados para o Levantamento de Dados Pessoais.

2. OBJETIVO

Obter, de forma sistemática, informações pessoais atualizadas e necessárias aos trabalhos de seleção de pessoal.

3. CONSIDERAÇÕES GERAIS

As informações serão fornecidas pelos Comandantes, Chefes e Diretores de OM sobre todos os Oficiais possuidores do Curso de Formação de Carreira (AMAN, EsSE e IME), até o posto de Coronel, inclusive.

a. Coleta dos Dados

A coleta dos dados deverá ser realizada pelos Comandantes, Chefes e Diretores de OM, que valer-se-ão:

- de suas observações diretas e pessoais;
- das observações dos chefes imediatos do Oficial.

b. Responsabilidade pelas Informações

1) O Oficial-General (Comandante, Chefe ou Diretor) é o responsável pelas informações referentes ao Chefe de Estado-Maior, ao Chefe de Gabinete, aos Chefes de Seções e demais Oficiais de nível equivalente de sua OM, podendo, se assim decidir, fornecer as informações sobre os demais Oficiais de sua OM. Cabe-lhe ainda, prestar as informações sobre os Comandantes, Chefes e Diretores das OM, diretamente subordinadas.

2) Aos Chefes de Estado-Maior, Chefes de Gabinete e Chefes de Seção cabe a elaboração das informações pertinentes aos Oficiais que lhes estiverem diretamente subordinados, caso não tenham sido feitas pelo Oficial-General Comandante, Chefe ou Diretor.

3) Nos demais casos, o Comandante, Chefe ou Diretor de OM é o responsável pelas informações sobre todos os Oficiais subordinados.

4) Todas as informações terão a classificação sigilosa "CONFIDENCIAL" e deverão ser remetidas diretamente ao AII Gabinete do Ministro do Exército.

c. Remessa das Informações

1) As informações deverão ser fornecidas:

a) por ocasião da inclusão do Oficial nos limites estabelecidos para o estudo de organização dos Quadros de Acesso para as promoções, até Coronel, inclusive - remetidas até 40 (quarenta) dias após a publicação do referido limite no Noticiário do Exército;

b) durante o exercício de Comando, Chefe ou Direção da Organização Militar - remetidas anualmente, até 10 de fevereiro, a partir do ano seguinte à assunção de comando; e

c) a qualquer momento, mediante solicitação do CIE ao Comandante, Chefe ou Diretor da OM, ou por iniciativa destes, a fim de alterar, atualizar ou acrescentar fato novo de interesse.

2) Incidindo o Oficial, simultaneamente, nas situações anteriores a) e b), no período de até 06 (seis) meses, será desnecessária a remessa de nova informação.

2M.34.3,p.117/153

CONFIDENCIAL

EMFA	
GABINETE	
Protocolo nº 0314/19.88	
ENTRADA	DESTINO
16.05.88	ASSIST. SUBEX

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
 GABINETE DO MINISTRO
 CIE

19.88...



RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL

N.º 04/88

MÊS ABR

EXEMPLAR 138

CONFIDENCIAL

CRON | PROCEDÊNCIA | GAB MIN EX - CIE

N.º PROT | DATA PROT.
0314 | 160588

ESPÉCIE	N.º DOCUMENTO	DATA	N.º DO EXEMP.	GRAU	SIGILO
1	RPM nº 04/88,	de 10 Mai 88.			CONFIDENCIAL

ASSUNTO:— Relatório Periódico Mensal ref ao mês de ABRIL/88.

ANEXOS:— Abolição da Escravatura - Distorção de um Fato Histórico.

DESTINO	DATA	RECIBO	DESTINO	DATA	RECIBO
Assist	16/05				
SUBEX	88				

Ots.

CONFIDENCIAL

Gen. Laurindo

MINISTÉRIO DO EXERCITO
GABINETE DO MINISTRO

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXERCITO

RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL Nº 04 /88

<u>D I S T R I B U I Ç Ã O</u>	<u>QUANTIDADE DE EXEMPLARES</u>
- GABINETE DO MINISTRO.....	03
- GABINETE MILITAR DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA.....	02
- ESTADO-MAIOR DO EXERCITO.....	09
- DEPARTAMENTO GERAL DO PESSOAL.....	07
- DEPARTAMENTO GERAL DE SERVIÇOS.....	06
- DEPARTAMENTO DE MATERIAL BÉLICO.....	07
- DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E COMUNICAÇÕES.....	07
- DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.....	10
- SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS.....	05
- SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	05
- SECRETARIA GERAL DO EXERCITO.....	02
- CML.....	15
- CMSE.....	07
- CMS.....	18
- CMNE.....	08
- CMA.....	06
- CMP/11a RM.....	02
- CMO.....	05
- CIE.....	08
- CIM.....	01
- CISA.....	01
- AC/SNI.....	02
- EsNI.....	01
- SUBEX/EMFA.....	01
- T O T A L.....	<u>138</u>

De acordo com o item II do Art 65 do Regulamento para a Salva guarda de Assuntos Sigilosos (Decreto nº 79.099, de 06 Jan 77), ficam os destinatários deste Relatório autorizados a difundir, às Agências que lhes forem subordinadas, os itens que julgarem convenientes.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

2M.34.3, p.120/153

Ben Linsay

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

GABINETE DO MINISTRO

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO

INDICE DOS ASSUNTOS DO RPM DO MÊS DE ABRIL DE 1988

A S S U N T O S	PAG
1. CAMPO MILITAR	
a. <u>Entrada em Aquartelamento</u>	01
b. <u>Agressão ou Tentativa de Agressão à Sentinela</u>	02
c. <u>Atuação do Exército em Socorro às Vítimas de Calamidades</u>	04
2. CAMPO POLÍTICO	
a. <u>Assembléia Nacional Constituinte (ANC)</u>	06
b. <u>Campanha das "Diretas-já"</u>	06
3. CAMPO PSICOSSOCIAL	
a. <u>Partido Comunista Brasileiro (PCB)</u>	08
<u>Atuação à Margem da Lei</u>	08
b. <u>Partido Comunista do Brasil (PC do B)</u>	09
<u>Convenção Nacional do PC do B</u>	09
c. <u>Caracterização do Aparecimento de Organização Subversiva Atuando no PT e PDT</u>	10
d. <u>Movimento Religioso</u>	11
e. <u>Problemas Fundiários</u>	15
f. <u>Movimento Operário e Sindical (MO/MS)</u>	15
g. <u>Movimentos Populares (M Pop)</u>	17
4. APRECIACÃO	
a. <u>Campo Militar</u>	21
b. <u>Campo Político</u>	21
c. <u>Campo Psicossocial</u>	21
5. ANEXO	
Abolição da Escravatura - Distorção de um Fato Histórico.	—

CONFIDENCIAL

CAMPO MILITAR

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
C I E

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL,
EM 10 DE MAIO DE 1988

- RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL N.º 04/88 -

1. CAMPO MILITAR

a. Entrada em Aquartelamento — 8.7.1.

1) Às 0300 horas do dia 16 Abr 88, o ex-soldado UBIRAJARA DIAS penetrou no aquartelamento do 10º BIMtz (JUIZ DE FORA/MG). Encontrado por um soldado engajado, declarou que iria furtar dez pistolas, para as quais já tinha comprador.

Enquanto conversavam, foram observados pelo sargento rondante que, não percebendo tratar-se de um ex-soldado, admoestou-os e determinou que fossem dormir.

Preocupado, UBIRAJARA DIAS declarou que deixaria a ação para outro dia, ameaçando de morte o soldado COUTINHO, caso esse o denunciasse. Informou, ainda, que a ação não era isolada e que dispunha de apoio fora do quartel.

Pela manhã, o soldado procurou o oficial-de-dia e relatou o ocorrido.

Às 1700 horas, três elementos civis chegaram de automóvel ao portão das armas, procurando o soldado COUTINHO. Como não o localizaram, juraram-no de morte.

Numa investigação sumária, constatou-se tratar-se de uma ação isolada. Foi aberto Inquérito Policial Militar.

2) Às 2115 horas do dia 20 Abr 88, um elemento não identificado penetrou pelo flanco direito do 28º BC (ARACAJU/SE). Ao ser descoberto e advertido pela sentinela da hora, evadiu-se do local. A sentinela fez um disparo para o alto tendo o invasor revidado, atirando com um revólver em sua direção. A guarda do quartel vasculhou toda a área, não tendo encontrado pista do indivíduo.

3) No dia 24 Dez 87, por volta das 2400 horas, o ex-soldado ADRIANO LÚCIO ASSIS CARVALHO, uniformizado de soldado, es-

Continuação do RPM n.º 04/88 - CIE, de 10 de maio de 1988 - 02

calou o prédio do 1º Batalhão de Guardas (1º BG) — RIO DE JANEIRO/RJ —, aproveitando-se da desatenção da sentinela.

Já no interior do batalhão, dirigiu-se ao alojamento da 1ª Cia Inf Gd, onde, não encontrando nenhum elemento de serviço, deitou-se em uma das camas, aguardando que os soldados dormissem.

Pela madrugada, dirigiu-se à reserva de armamento do 2º pelotão, forçou a aldraba da porta, entrou na reserva e furtou 07 (sete) pistolas. Retornando ao alojamento, evadiu-se por uma janela, aproveitando-se de um andaime colocado na calçada externa do batalhão.

No dia 15 Fev 88, ADRIANO foi surpreendido por uma patrula do 16º BPM, quando portava uma das pistolas furtadas.

Inquirido na delegacia, confessou o crime, dizendo que pretendia descaracterizar as armas e vendê-las.

As sete pistolas foram recuperadas e o Inquérito Policial Militar, mandado instaurar pelo Comandante da OM, concluiu pelo indiciamento do referido ex-soldado e pela prática de transgressão disciplinar por diversos militares pertencentes ao 1º Batalhão de Guardas.

b. Agressão ou Tentativa de Agressão à Sentinela — 8.7.2.

1) Por volta de 0300 horas do dia 16 Mar 88, um Volkswagen (Fusca) bege, placa não identificada, parou na Rua Jussara distante cerca de vinte metros do corpo da guarda da ponte sobre o Rio Tietê, guarnecida pelo 4º BIB, que liga as unidades de QUITAUNA à Rodovia Castelo Branco. Do Volkswagen, desceu um elemento fardado de 3º sargento (uniforme de instrução) e dirigiu-se aos Soldados EDUARDO NASCIMENTO DE OLIVEIRA e EDUARDO SORBO, sentinelas da hora que se encontravam junto à cancela de acesso à ponte, o primeiro próximo à guarita e o segundo distante cerca de cinco metros, com a responsabilidade de identificar o pessoal que por ali entrava.

O referido elemento, ao se aproximar das sentinelas, disse ao Sd SORBO que era sargento do 2º GAAAê (unidade vizinha)

Continuação do RPM n.º 04 /88 - CIE, de 10 de maio de 1988 - 03

e, passando por ele, encaminhou-se ao Sd NASCIMENTO que estava junto à guarita, onde sacou uma pistola (provavelmente calibre 7,65mm) e, apontando-a para o Soldado, determinou que ele lhe entregasse o fuzil. O Sd NASCIMENTO reagiu, dando dois passos para trás, com a intenção de carregar sua arma (estava sô alimentada), caindo numa vala ali existente.

Enquanto o elemento uniformizado de sargento se dirigia à sentinela próxima à guarita, após passar pelo Sd SORBO, o motorista do Volkswagen aproximou-se da cancela com o automóvel, ocasião em que o Sd SORBO foi identificá-lo, verificando que estava fardado de capitão (uniforme de instrução com boina preta). Enquanto aguardava a identificação, o Sd foi agredido por trás, com uma coronhada de pistola na cabeça, pelo "sargento" que retornava da guarita, caindo atordoado e largando seu FAL, que foi apanhado e levado pelo agressor, ao entrar rapidamente no carro.

O Soldado NASCIMENTO, recuperando-se da queda e verificando a tentativa de fuga, disparou uma rajada de 15 (quinze) tiros de FAL sobre o fusca, não conseguindo pará-lo.

O fato foi imediatamente comunicado às Polícias Civil e Militar, que deram um alarme geral. Concomitantemente, foi feito um levantamento nos pronto-socorros e hospitais da região, não se verificando, entretanto, ocorrência de ferido a bala, após a meia noite.

No dia 20 Mar 88, a arma roubada foi deixada na residência de um parente de um militar do 4º BIB pelo ex-soldado ANTONIO CARLOS RODRIGUES, licenciado daquela OM, por tempo findo, no dia 08 Mar 88. O ex-soldado disse que a arma seria vendida a meliantes pelo preço de Cz\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados). O dono da casa, sabendo que a arma pertencia ao Exército, resolveu chamar seu parente militar e entregar-lhe a arma, a fim de livrar-se de complicações futuras.

No dia 21 Mar 88, ANTONIO CARLOS foi preso em sua residência por uma equipe do 4º BIB, confessando a autoria do crime e apontando o ex-soldado MARCELO MATIAS DA ROCHA, licenciado na mesma época, como sendo seu cúmplice. Declarou na oca-

Continuação do RPM n.º 04/88 - CIE, de 10 de maio de 1988 - 04

sião que MATIAS havia sido ferido no dia do assalto, no momento da fuga e que o havia deixado em um pronto-socorro do bairro JAGUARÁ, em SÃO PAULO/SP.

Em diligência realizada no citado pronto-socorro, apurou-se que MARCELO MATIAS DA ROCHA foi transportado para o Hospital Sorocabana na LAPA, na madrugada do dia 16 Mar 88, onde foi submetido a uma intervenção cirúrgica e cirurgia plástica da região perianal, por apresentar ferimento produzido por projétil de arma de fogo na região perianal (orifício na nádega direita e coxa esquerda, com laceração da região perianal), conforme laudo remetido pelo diretor daquele nosocômio, tendo tido alta no dia 20 Mar 88.

No mesmo dia, MARCELO foi preso por uma equipe do 2º BPE.

Os dois ex-soldados encontram-se presos no 4º BIB, à disposição da Justiça Militar, respondendo a Inquérito Policial Militar, mandado instaurar pelo Cmt do 4º BIB.

2) Cerca das 0900 horas do dia 27 Fev 88, a guarda da granja da 3ª Região Militar, ao investigar a origem de tiros disparados nas proximidades daquela dependência militar, prendeu alguns elementos. As prisões permitiram concluir que o local era utilizado como ponto de venda e consumo de maconha.

Durante a noite, como represália, três elementos atentaram contra a sentinela, ferindo-a com um tiro de espingarda.

Na ocorrência, foram presos dois elementos maiores de idade e três menores.

c. Atuação do Exército em Socorro às Vítimas de Calamidades — 8.8.10.3.

1) Várias equipes de Unidades pertencentes ao Comando Militar da Amazônia auxiliaram a Defesa Civil do Estado do ACRE na tarefa de recolher os donativos destinados às vítimas das enchentes ocorridas naquele Estado.

A atuação repercutiu de maneira favorável no seio da população da área.

CONFIDENCIAL

2M.34.3, P. 126/153
Gen. Flávio

Continuação do RPM n.º 04 /88 - CIE, de 10 de maio de 1988 - 05

2) As tropas da 17ª Brigada de Infantaria de Selva permanecem, por solicitação do Ministério da Justiça, nas regiões de EXTREMA e NOVA CALIFÓRNIA, alvo de litígio entre os Estados do ACRE e RONDÔNIA.

Os atendimentos médico e odontológico, prestados às populações da área, constituem-se em fator favorável à imagem do Exército.

CONFIDENCIAL

CAMPO POLÍTICO

2. CAMPO POLÍTICO

a. Assemblêia Nacional Constituinte (ANC) - 1.5.2.

No decorrer deste período, quanto aos assuntos pertinentes às Forças Armadas, mais algumas etapas foram atingidas satisfatoriamente, apesar das tentativas das "esquerdas" de modificá-los em Plenário.

Dentre esses dispositivos, destacam-se como os mais importantes: a competência da Justiça Militar de processar e julgar os crimes militares definidos em lei; a destinação constitucional das FA; a manutenção do serviço militar obrigatório; e a permanência das Polícias Militares como forças auxiliares e reserva do Exército.

Cumpram-se ainda destacar que, por ocasião da votação do Título VII - ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA -, a aprovação do conceito de empresa nacional, após negociado entre as lideranças partidárias, tornou-se alvo de críticas, particularmente, de parte do empresariado nacional.

Estas insatisfações passaram a ser exploradas pela imprensa, chegando a ser noticiado que militares nacionalistas do Conselho de Segurança Nacional influíram na decisão tomada pela ANC, por ocasião da votação deste dispositivo. Tal fato não é verídico, cabendo a responsabilidade da resolução ao arbítrio dos constituintes, em estabelecer os novos preceitos constitucionais.

Caracteriza-se mais uma vez a insistência com que a imprensa, principalmente a escrita, vem tentando através de divulgações tendenciosas e falsas disseminar a dúvida no seio do público interno e da opinião pública.

b. Campanha das "Diretas-já" - 1.4.3.

A aprovação pela ANC do mandato de 05 (cinco) anos para os futuros Presidentes da República trouxe às facções que anseiam por eleição presidencial este ano o receio da extensão deste dispositivo ao atual Presidente, ainda a ser votado nas Disposições Transitórias do Projeto de Constituição.

CONFIDENCIAL

2M.34.3, p. 129/153 -
A. L. L. L.

Continuação do RPM n.º 04/88 - CIE, de 10 de maio

de 1988 - 07

Em decorrência, o "COMITÊ NACIONAL SUPRAPARTIDÁRIO PRÓ-DIRETAS 88" reuniu-se, no dia 26 de abril p.p., em uma das dependências da Câmara Federal, para traçar estratégias que possam surtir efeitos significativos, haja vista a apatia demonstrada até agora pela população em relação aos eventos programados pelas "Diretas-jã". Esta reunião foi dirigida pelo presidente do Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (CN/OAB) e contou com a presença e o apoio dos Governadores da BAHIA e de ALAGOAS.

Portanto, é de se supor que os segmentos que postulam "Diretas-jã" deverão intensificar o trabalho de mobilização dos sindicatos, clero progressista e movimentos populares, com o intuito de pressionar e atingir seus objetivos.

CONFIDENCIAL

CAMPO PSICOSSOCIAL

3. CAMPO PSICOSSOCIAL

a. Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Atuação à Margem da Lei - 3.1.1.1.

Em 08 Mai 85, o Diário Oficial da União (DOU nº 85) publicava os documentos básicos do partido — Manifesto, Estatutos e Programa —, dando-lhe condições legais.

Em 02 Jun 85, o jornal Correio Braziliense publicava entrevista de SALOMÃO MALINA, hoje principal figura da OS, onde afirmava, referindo-se aos documentos publicados no DOU, que o PCB fizera "algumas concessões em seus estatutos, onde se inscreveram princípios nos quais os comunistas não acreditam", confessando, publicamente, a falsidade ideológica de sua organização.

No RPM nº 05, de 10 Jun 85, o CIE ressaltou alguns fatos comprobatórios da falsidade do "Manifesto" da OS, constantes do DOU.

No início deste ano, a Seção de Educação do Comitê Central (SE/CC/PCB) difundiu para todos os Comitês Estaduais (CE) da organização uma apostila sobre o "Curso de Integração Partidária" (CIP), pelo qual devem passar todos os seus filiados. E, novamente, nesse documento oficial da OS encontra-se uma série de afirmações que comprovam sua atuação à margem da lei. Para exemplificar, podem ser citadas:

— "O partido intervêm, assim, como parte de um todo, como destacamento do movimento comunista internacional, a maior força política do planeta" (grifo do CIE), reconhecendo sua dependência de entidades e partidos estrangeiros;

— "Ao dirigir a luta de classes em todos os terrenos, o partido deve determinar em cada situação qual o tipo de luta dominante e de que maneira devem subordinar-se a ela os outros tipos de luta" (grifo do CIE), ficando implícita a luta armada; e

— "O princípio diretor da estrutura e do funcionamento do partido é o centralismo democrático, que significa, no essencial, uma única orientação política, um único Estatuto e

um único centro dirigente ..." (grifo do CIE), reafirmando a falsidade do documento que permitiu sua legalização, onde não se encontra a terminologia marxista-leninista constantemente em uso pela organização.

Tais fatos configuram, como em Maio de 1947, quando seu registro foi cassado por motivos semelhantes, que o PCB permanece atuando à margem da legislação em vigor.

b. Partido Comunista do Brasil (PC do B)

Convenção Nacional do PC do B - 3.2.5

O PC do B realizou, em 03 Abr 88, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados — Congresso Nacional —, sua Convenção Nacional, última etapa para obtenção do registro definitivo. Na ocasião, foi eleito o Diretório Nacional (DN) e aprovados o manifesto, o estatuto e o programa do partido (os apresentados ao TSE em 1985).

O evento foi precedido de intensa campanha de filiação, em âmbito nacional, com vistas a atender à imposição de realizar convenções regionais, no mínimo, em nove estados, prevista na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP).

O partido organizou-se nos Estados do ACRE, AMAZONAS, CEARÁ, ESPÍRITO SANTO, GOIÁS, MATO GROSSO, PARÁ, PIAUÍ, RIO DE JANEIRO, SERGIPE e no DISTRITO FEDERAL, cumprindo a exigência mínima de organização em 1/5 dos municípios, elegendo diretórios municipais e regionais.

No dia 06 Abr 88, o Presidente da Comissão Executiva do Diretório Nacional, JOÃO AMAZONAS DE SOUZA PEDROZO, encaminhou uma petição ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), requerendo o registro definitivo da agremiação.

O Tribunal Regional Eleitoral/ACRE, no dia 05 Abr 88, cancelou o registro do Diretório Regional do PC do B/AC, em virtude de fraudes cometidas na convenção municipal de CRUZEIRO DO SUL. Solicitou, ainda, ao TSE, o cancelamento da Convenção Nacional, em virtude da participação de delegados do ACRE.

A Convenção Nacional foi um ato de pouca expressão para o partido, realizado, apenas, para cumprir a legislação eleito

ral. O grande evento da organização subversiva, no corrente ano, será a realização do VII Congresso Nacional (não previsto na LOPP). Seu objetivo de realizar o congresso como partido definitivamente legalizado está comprometido, em virtude das ocorrências do ACRE (o DN entrou com recurso contra os atos do TRE/AC).

c. Caracterização do Aparecimento de Organização Subversiva Atuando no PT e PDT

Aliança de Libertação do Proletariado (ALP) - 3.1.1.2.

Trata-se de uma organização marxista-leninista, em estruturação em alguns estados, que vem atuando na clandestinidade, desde 25 Mai 83. Embora a OS tenha surgido de um racha na Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (AV/PC do B), existem indícios de que um grande número de ex-militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN), além de outras OS, atuem na ALP.

Sua direção tem procurado conscientizar seus militantes da necessidade de organizar a massa popular-operária, ao mesmo tempo em que, ao sintetizar uma pauta de discussões para todos os organismos de base, inclui, na parte referente à "Tática e Estratégia", o item "Política de Alianças", denotando o seu caráter de abertura e não sectarismo em relação a outras correntes comunistas.

A OS tem como estratégia o estabelecimento de um Governo Popular Revolucionário, primeira etapa para a implantação do comunismo, estando sua tática no momento voltada para a conquista deste objetivo. Seu programa tático mínimo está direcionado para inviabilizar ou neutralizar o atual programa do governo e explora, através de denúncias, questões econômicas combinadas com problemas de dominação política da classe operária pela burguesia, definindo um "divisor de águas" entre os interesses dessas duas classes

Para ampliar sua atuação não clandestina e articular os diversos segmentos, a OS pretende criar "pólos de fachadas", estando estabelecido que: para a juventude, será criado o Movimento União Jovem pelo Socialismo; para o popular, será criado o Movimento de União Popular pelo Socialismo (bairros, favelas e outros); e para o sindical, o Movimento de União Operária pe

lo Socialismo (metalúrgicos, gráficos e outros). Essas "fachadas legais" serão acionadas e orientadas pela criação de Centros de Estudos.

Observa-se que a OS tem encontrado dificuldades financeiras e de estrutura organizacional para difundir suas resoluções e os conceitos básicos do marxismo-leninismo, de modo a orientar seus militantes. Presentemente, a ALP procura se estruturar com um mínimo de equipamentos e instalações que permitam o pleno funcionamento de sua imprensa. Nesse mister, vem conseguindo êxito, comprovado pela divulgação regular, durante o ano de 1987, do "Resistência Operária", órgão oficial de sua direção.

Fazendo oposição ao regime e à Nova República, a OS decidiu atuar preferencialmente junto à CUT, PT e PDT, ao mesmo tempo que vem reagindo contra a "ação conciliadora da CGT e de outros organismos" para com o atual regime.

Quanto a sua atuação nos partidos políticos, os indícios são de que o esforço maior vem sendo feito junto ao PDT, possivelmente em razão do grande número de OS, de relativo porte, que atuam incrustadas no PT, diminuindo o espaço político para outras organizações.

Dentro do quadro apresentado, torna-se difícil prever os rumos que a ALP vai seguir e o grau de seu crescimento como organização subversiva, bem como sua infiltração em partidos políticos. Entretanto, o seu potencial subversivo existe e é caracterizado por atividades, editoriais e demais artigos, publicados em seu principal veículo de divulgação.

d. Movimento Religioso

1) 26ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (26ª AG/CNBB) - 4.6.4.

Sob o tema "Igreja: Comunhão e Missão na Evangelização dos Povos no Mundo do Trabalho, da Política e da Cultura", a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) realizou, de 13 a 23 Abr, em INDAIATUBA/SP, sua 26ª Assembléia Geral.

O documento final, aprovado por 236 dos 243 votantes — dentre

os 290 participantes —, apõia-se na Doutrina Social da Igreja, reiterada recentemente na Encíclica "Sollicitudo Rei Socialis", e faz inicialmente uma abordagem da Comunhão dos Cristãos e de sua Missão como Igreja no BRASIL, seguida de uma análise da Conjuntura Nacional sob o enfoque da Cultura, do Trabalho e da Política.

Cumprе ressaltar que, apesar da quase unanimidade na aprovação do documento final, em nome da unidade da Igreja, ocorreu forte reação ao rumo tomado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), à falta de espiritualidade e religiosidade de muitas pastorais, e ao excesso de politização e partidarismo.

O documento trata, de forma nitidamente não espiritual, do "Mundo do Trabalho", onde, numa visão realista, política e social, o trabalhador e o sindicato são analisados, objetivando o trabalho da Pastoral Operária (PO) e visando a apresentar à Assembleia Nacional Constituinte (ANC) as propostas trabalhistas da CNBB. Em 10 de maio, a entidade publicou documento síntese de suas idéias, neste setor.

O documento final aborda, então, o "Mundo da Política", onde a entidade exterioriza seu pensamento com relação ao cristão-político, incentivando sua participação na política partidária. Afirma a CNBB que à Igreja cabe preparar o cristão leigo para a atividade político-partidária, transformando-o em militante da construção da nova sociedade, sob sua direção.

O discurso do documento pode ser considerado brando, se comparado a outros expedidos pela entidade; contudo, as atas das reuniões diárias, as discussões e o conhecimento do que se pretende a nível de CEBs e de animadores de pastorais, fica claro que, apesar da suavidade do discurso, é de se esperar, em 88/89, a expansão de seus Meios de Comunicação Social (MCS) e o incremento e a intensificação de campanhas reivindicatórias da entidade, particularmente em favor do "Mundo do Trabalho" e dos indígenas, valendo-se das Pastorais e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Apesar da reação de setores conservadores, a AG pode ser caracterizada como mais um triunfo dos "progressistas" da CNBB que, graças à utilização de artifícios, entre eles o da

"unidade", conseguiram, a par de excelente preparação, organização e condução da assembléia, escudados em grande número de assessores, ver aprovadas suas propostas.

Portanto, o trabalho de massa e as pressões de base, que a CNBB vêm executando, devem continuar em sua caminhada rumo à implantação de uma nova sociedade.

2) A Campanha da Fraternidade de 1988 (CF/88) - 4.6.4.

A CF/88 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), lançada a 17 Fev, encerrou-se a 04 Abr. O RPM Nr 11/87 abordou o texto-base e os objetivos da campanha, cujo tema foi "A Fraternidade e o Negro".

Sob o lema "Ouvi o Clamor Deste Povo", a CF manteve-se, dentro da linha profética dos últimos anos, voltada para o social; contudo, apesar das intenções de reabilitar a raça negra, alguns movimentos negros contestaram-na, em especial a Comissão de Religiosos Negros de NOVA IGUAÇU/RJ que fez nova cartilha à guisa de texto-base, com o título "Ouvi o Clamor Deste Povo... NEGRO!", por julgar o da CNBB pouco enfático.

A expiação de culpa da CNBB, em nome da hierarquia da Igreja, penitenciando-se por sua participação opressora e discriminatória contra o negro e a favor do Estado, sofreu, por parte de pensadores e religiosos, reprimendas e contestações, largamente manifestadas nos Meios de Comunicação. Religiosos de arquidioceses e dioceses de importância, como Dom VICENTE SCHERER e Dom MANOEL PESTANA FILHO, além do Cardeal Primaz do BRASIL, Dom LUCAS MOREIRA NEVES, consideraram a campanha carente de fraternidade.

A Arquidiocese do RIO DE JANEIRO/RJ, por julgar desagregador o lema da campanha, substituiu-o pelo "slogan" "Várias Raças, Um São Povo", preparando e difundindo novas cartilhas e documentos de comunicação, com boa aceitação.

Tais contestações e divergências indicam a polemização do tema e atestam a reação de setores não comprometidos com os "progressistas", sugerindo, portanto, uma eficácia menor da CNBB em relação às campanhas anteriores. Representam uma resistência natural à radicalização da entidade, que visa a estimu-

lar o conflito de raças e a mobilizar mais um setor da sociedade - o dos negros e dos simpatizantes da causa negra - dentro do trabalho de massa, para transformar a sociedade numa outra "não capitalista, justa, fraterna e sem classes".

3) A Encíclica "Sollicitudo Rei Socialis" - 4.6.4.

Diante da evolução social dos dois últimos decênios e a fim de atualizar a Doutrina Social da Igreja, expressa basicamente na encíclica "Populorum Progressio", o Papa fez publicar a encíclica "Sollicitudo Rei Socialis" - A Solicitude Social -, traduzindo preocupação com os atuais problemas da humanidade e fixando a política social da Igreja.

Após comentários a respeito dos aspectos sociais contidos em outras encíclicas, à guisa de introdução, o Papa faz uma análise panorâmica da conjuntura mundial, abordando a bipolarização ideológica no conflito LESTE-OESTE e na dicotomia NORTE-SUL.

Na análise, são criticados desvios capitalistas como o acúmulo exagerado de bens, a "avidéz exclusiva do lucro" e a "sede de poder", bem como a centralização dos meios de produção, considerada "um nivelamento por baixo", numa explícita referência ao "coletivismo marxista".

Embora apontando os excessos ideológicos como responsáveis pela situação aflitiva dos pobres no mundo, o Papa esclarece que não tem soluções técnicas a apresentar, não sendo a Igreja uma "terceira via" entre capitalismo liberal e coletivismo marxista.

A encíclica vem provocando reações, tanto da parte do mundo comunista (Ver letra f. Movimento Religioso do RPM Nr 03 de 10 Abr 88), quanto do capitalista. As críticas de "esquerdistas" e "progressistas" ficam por conta de interesses contrariados, particularmente quanto à correção de distorções da Teologia da Libertação.

O documento é sobretudo religioso, sem colocações que possam dar margem a interpretações dúbias, delineando, com isenção, a Doutrina Social da Igreja.

e. Problemas Fundiários

Invasões Rurais e Urbanas - 2.6

Quadro de invasões rurais e urbanas ocorridas no período Jan/Abr 88, comunicadas a este Centro:

C M D O	NÚMERO DE INVASÕES									
	1 9 8 8									
	JAN		FEV		MAR		ABR		TOTAL	
	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U
C H A	-	-	-	-	-	-	02	-	02	-
C H L	01	09	01	01	-	-	-	-	02	10
C H N E	-	-	02	-	01	-	-	-	03	-
C M O	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C H S	02	-	01	-	01	-	02	-	06	-
C M S E	01	08	01	02	-	05	-	01	02	16
C M P	-	-	-	-	-	-	01	-	01	-
T O T A L	04	17	05	03	02	05	05	01	16	26

Ocorreu um acréscimo de 100% nas invasões rurais e um decréscimo de 61,2% nas invasões urbanas, em comparação ao mesmo período do ano anterior (Jan/abr 87).

f. Movimento Operário e Sindical (MO/MS)

Central Geral dos Trabalhadores (CGT): Cisão Interna - 4.2.5

A Central Geral dos Trabalhadores (CGT), criada em Mar 86 por ocasião do II Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (II CONCLAT), encontra-se estruturada em cerca de vinte Unida-

des da Federação. Desde suas origens, acomoda no seu interior as correntes do PCB, PC do B e MR-8. Politicamente, possui ligações com o PMDB.

A partir de meados de 1987, com a eleição de LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS NETO para a Presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo/SP, vem se fortalecendo no interior da CGT, a cada dia mais, a corrente denominada "sindicalismo de resultados" (ou "novo sindicalismo") que, em sua postulação fundamental, advoga a existência de central sindical tão somente para defender os interesses específicos da classe trabalhadora, sem envolvimento com questões político-partidárias. Com isso, a Central vem adotando uma linha de atuação moderada nas relações com a classe patronal e o Governo.

Na medida em que crescia o "sindicalismo de resultados", aumentavam as divergências no âmbito interno da Central, de vez que o segmento mais radical, representado pelos militantes do PC do B, não admitia os novos rumos seguidos pela entidade.

O confronto ocorreu no dia 30 Jan 88, por ocasião de uma Reunião Plenária da CGT, em SÃO PAULO/SP. Vendo-se amplamente suplantado no terreno das idéias, pela adesão dos presentes ao chamamento do "sindicalismo de resultados", a minoria radical do PC do B tumultuou o ambiente (houve agressões verbais e físicas, de ambos os lados) e retirou-se da reunião.

A partir de então, o PC do B — que possui somente 04 (quatro) cargos de um total de 17 (dezesete) na composição da Direção Executiva Nacional da CGT — vem tentando "virar a mesa", combatendo abertamente o segmento liderado por MEDEIROS e tentando a convocação de novas reuniões plenárias para desautorizar as resoluções aprovadas em SÃO PAULO. Como último lance dessa disputa, o PC do B realizou uma "plenária" em CAMPINAS/SP, no dia 09 Abr passado, e criou uma dissidência chamada "Corrente Classista", que rompeu oficialmente com a direção da CGT/Nacional.

A grande verdade dos fatos é que o PC do B vive hoje um impasse para sobreviver no movimento sindical brasileiro: de um lado, quanto a uma possível aliança com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido tem consciência de que não te-

ria espaço para uma atuação política destacada no âmbito dessa Central, embora haja alguns alinhamentos momentâneos na atual conjuntura; de outra parte, dentro da CGT, o Partido não aceita a convivência com o "sindicalismo de resultados" e, em consequência, com as posições ora adotadas pela Central e não possui condições de reverter a situação.

g. Movimentos Populares (M Pop)

1) Os Movimentos Populares e a Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS) - 3.3.Div.

No momento, a ANAMPOS desenvolve atividades preparatórias ao seu VIII Encontro Nacional, discutindo a criação de uma entidade nacional, a metodologia e o papel dos movimentos populares. É de todo conveniente relembrar alguns aspectos básicos que têm orientado a sua participação na articulação desses movimentos.

Sua atuação gira, basicamente, em torno da exploração das reivindicações populares e da organização dos M Pop. As reivindicações incentivam a participação dos M Pop em "outras lutas ou levar adiante outras etapas da mesma", dentro do presuposto de que eles possuem um papel a desempenhar "na luta de libertação", e ainda, pela possibilidade que apresentam de saírem do campo meramente reivindicativo para o político ideológico — mobilização e articulação de forças para a tomada do poder.

Já em relação à organização, a ANAMPOS, a partir de 1985, voltou-se com prioridade para a estruturação dos movimentos em torno dos seguintes objetivos: estabelecimento de uma infra-estrutura; definição de responsabilidades; opção pelo socialismo; estabelecimento de relações entre as reivindicações e os objetivos organizacionais; formação política junto às lideranças; articulação entre os movimentos; e desenvolvimento da capacidade de mobilização.

Atualmente, embora ainda carentes da alta capacidade de mobilização pretendida pela ANAMPOS, os M Pop estão conse-

guindo algum êxito, particularmente, na inclusão de reivindicações de caráter político-ideológico, na politização de seus participantes e na organização de articulações regionais e locais (solo urbano, "sem terras", constituição de fóruns populares para influir na constituinte, favelados, etc).

2) Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSU)

A ANSU foi criada em 1984 por influência da Comissão Pastoral da Terra (CPT), como uma resposta à questão urbana, já que a CPT tem como eixo prioritário de ação a questão agrária.

Seu último Encontro Nacional (IV Encontro) realizou-se, em Dez 87, com a participação, entre outros, dos Movimentos dos Sem Terra (MST) e dos Favelados (MDF) e de entidades ligadas à Igreja Popular como a CPT/MG, a Agência Ecumênica de Notícias (AGEN), CARITAS e a Coordenação Ecumênica de Serviços (CESE).

Sua Comissão Nacional (CN/ANSU) intensificou, a partir de Fev 88, medidas destinadas à implantação da "Associação Brasileira de Reforma Urbana" (ABRU). Esta associação funcionará como órgão de apoio administrativo, encarregado de gerir recursos financeiros destinados aos movimentos populares. Seus estatutos e regimento interno acham-se em fase de aprovação pela CN/ANSU.

Estruturada em regionais, nos moldes das organizações da Igreja, suas atividades organizacionais encontram-se em estágios distintos:

- em fase embrionária: BAHIA (NE III) e RIO DE JANEIRO (SE II);
- em implantação: PARÁ (N II);
- em organização: PERNAMBUCO (NE II) e SANTA CATARINA/PARANÁ (S I);
- em reorganização: AMAZONAS (N I);
- em fase de divulgação: CEARÁ (NE I); e
- em atividade plena: GOIÂNIA (CW) e MINAS GERAIS (SE I).

Continuação do RPM n.º 04 / 88 - CIE, de 10 de maio de 1988 - 19

Em que pese situarem-se em níveis de organização e de mobilização diferentes, todas as regionais programaram Encontros ou Seminários para o primeiro semestre do ano em curso.

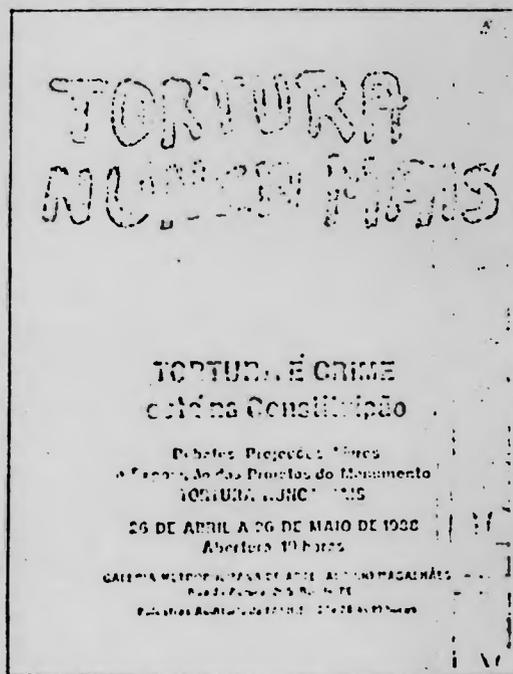
Em função do nível já atingido, a ANSU apresenta as seguintes possibilidades: promover cursos de formação de militantes para o movimento; prestar serviços de assessoria, com prioridade para as entidades estaduais na elaboração de leis orgânicas municipais e programas para "prefeituras populares"; lutar por eleições presidenciais em 88; apresentar uma metodologia de trabalho para a questão urbana; continuar participando de cursos para seus militantes no Instituto Cajamar (INCA), em SÃO PAULO; articular os movimentos urbanos e rurais envolvendo a questão da propriedade e promover, em Jul 88, um encontro envolvendo dirigentes regionais e estaduais, assessores e técnicos da entidade.

3) Revanchismo

A prefeitura municipal do RECIFE/PE, com apoio do Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM), da Igreja e de Organizações Subversivas (OS), promove, a partir de 26 Abr até 26 Mai 88, em RECIFE/PE, um evento sobre "TORTURA NUNCA MAIS".

No evento, patrocinado pela Empresa de Urbanização do Recife (URB-RECIFE), destaca-se a exposição dos projetos para a construção do monumento "Tortura Nunca Mais" naquela cidade. O monumento, a ser erguido no prazo de 30 (trinta) dias, destina-se a "homenagear as vítimas de torturas durante o governo militar instalado em Mar 64".

No RIO DE JANEIRO, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o GTNM/RJ promoveram em 12 Abr 88, em frente à estátua de Tiradentes, um ato público de protesto contra o desapa-



recimento de terroristas no ARAGUAIA. Durante o evento, dois manifestantes, um vestido de verde e outro de "guerrilheiro", encenaram fatos simbolizando a tortura e morte desse último. No local, foram afixadas faixas com os dizeres: "TORTURA NUNCA MAIS", "ONDE ESTÃO NOSSOS FILHOS, NOSSOS HERÓIS".

Os eventos, apoiados pelo GTNM, continuam a evidenciar um espírito marcadamente revanchista de uma facção radical composta, entre outros, de ex-subversivos e terroristas. Como tem sido apontado em relatórios recentes, procuram elevar à categoria de "mártires", qualificando de "patriotas", ex-companheiros de luta armada que não hesitaram em matar, roubar e seqüestrar em passado recente, atos esses condenados pela sociedade brasileira.

O revanchismo dessa minoria radical, caso concretizada a construção do monumento, seja em RECIFE/PE ou no RIO DE JANEIRO/RJ — que já possui idêntico projeto — se nivelará ao do clero "progressista", patrocinador do livro "BRASIL NUNCA MAIS", no objetivo de estigmatizar as Forças Armadas perante a opinião pública e intimidar e desestimular aqueles que participaram, ou participam, diretamente da luta contra a subversão e o terrorismo.

A P R E C I A Ç Ã O

4. APRECIACÃO

a. Campo Militar

O freqüente relato de tentativas de entrada em quartéis e agressões a sentinelas são aspectos que merecem reflexão. Há duas décadas, a guerra revolucionária desencadeada pelo terrorismo comunista impôs a adoção de uma postura vigilante, onde a consciência da existência de um inimigo interno despertava a prontidão permanente, capaz de desestimular e reagir eficazmente contra qualquer tipo de agressão.

Hoje, o exemplo de ex-soldados que penetram nos aquartelamentos para furtar armamento poderá incentivar novas tentativas, onde o lucro na venda das armas venha a ser substituído pela motivação ideológica.

b. Campo Político

A notícia, já desmentida, da participação de militares do Conselho de Segurança Nacional na defesa do conceito de "empresa nacional" pretendido pela Frente Parlamentar Nacionalista — constituída por "nacionalistas" e "esquerdistas" —, é mais uma tentativa da imprensa de confundir a opinião pública e estigmatizar as Forças Armadas, lançando-as no centro das decisões econômicas e tecnológicas.

Respeitando as decisões da Assembléia Nacional Constituinte (ANC), as Instituições Militares, através de suas assessorias parlamentares, desenvolvem um trabalho de esclarecimento dos constituintes, apenas, no que tange a assuntos de seu exclusivo interesse.

c. Campo Psicossocial

Observando-se as atividades do PCB e do PC do B, constata-se a utilização da dissimulação e da fraude como métodos de ação política. Burlando a lei e ocultando suas reais intenções, essas organizações subversivas (OS) demonstram que a moral marxista-leninista tudo admite, desde que o ilícito concorra para a consecução dos objetivos impostos pela doutrina.

Paralelamente à atuação "legal" dos PC, verifica-se o surgimento de uma nova OS, a Aliança de Libertação do Proletaria-

Continuação do RPM n.º 04/88 - CIE, de 10 de maio de 1988 - 22

do (ALP), que pretende atuar abrigada no PDT. Por se originar de organização de passado extremista — a AV/PC do B — e por amearhar ex-militantes da famigerada ALN, a ALP transforma-se desde já em foco de preocupação e alvo prioritário pelo seu potencial de violência e por sua opção pela atuação clandestina.

Apesar da moderação e da isenção do Papa — consubstanciadas na Encíclica "Sollicitudo Rei Socialis" — a CNBB insiste em atuar como entidade política, fazendo com que, indiretamente, a Igreja se imiscua em assuntos de atribuição do Estado, do qual se separou em 1891, quando da promulgação da 1ª Constituição Republicana. Após o encerramento da Campanha da Fraternidade de 1988, quando procurou explorar ressentimentos raciais e cooptar o movimento negro para a causa da transformação social, a CNBB realizou a sua 26ª Assembléia Geral, onde, apesar das reações, ficou consolidada a supremacia dos "progressistas", renunciando-se o prosseguimento do trabalho de massa e das pressões de base que a entidade vem patrocinando.

O fenômeno "sindicalismo de resultados", surgido com a eleição de LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS NETO para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de SÃO PAULO, gerou uma primeira dissensão na CGT. Inconformados com a descaracterização político-partidária da Central e recendendo o radicalismo próprio do partido, militantes do PC do B criaram uma dissidência, a "Corrente Classista", e romperam com a direção da entidade.

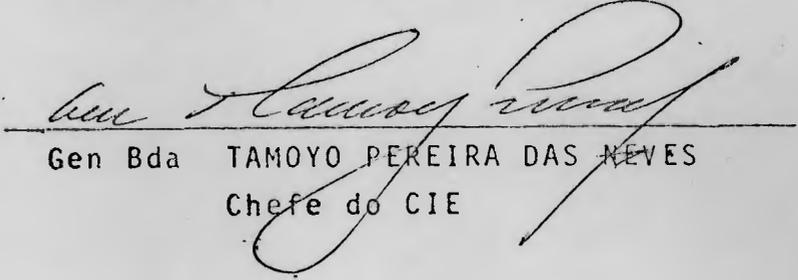
Em 29 de agosto de 1979, a promulgação da Lei da Anistia representava a decisão política de viabilizar o processo de pacificação nacional. Após um período em que o conflito ideológico extrapolou do campo das idéias para a luta armada, a Nação procurava o reencontro com a paz e a conciliação.

A evolução do processo conduziu à eleição de TANCREDO NEVES e ao fim dos governos militares. Desde então, as Forças Armadas têm se mantido como espectadoras do processo político conduzido pelas lideranças civis.

Dentro do pensamento de que a Anistia é "esquecimento, superação de rancores e amainar de intolerâncias", o Exército silenciou sobre confrontos recentes que tantas cicatrizes lhe causaram. Acreditava-se que o tempo pudesse apagar ressentimen

tos e criar perspectivas otimistas para a construção de um novo tempo.

Entretanto, falta grandeza de espírito àqueles que, derrotados no campo de luta que escolheram, não se conformam e não se enquadram no processo de vida democrático. Insistindo em provocações gratuitas e no revolvimento do passado, o Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM) — manipulado por organizações subversivas revanchistas — promove eventos e divulga a construção do monumento "TORTURA NUNCA MAIS", com o objetivo de confundir a opinião pública e enodoar a providencial intervenção das Forças Armadas, em 1964, perante gerações futuras, que não verão o clima de terror implantado pelo delírio comunista.


Gen Bda TAMOYO PEREIRA DAS NEVES
Chefe do CIE

Anexo ao RPM Nº 04/88 - CIE, de 10 de maio de 1988

ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA - A DISTORÇÃO DE UM FATO HISTÓRICO

1. COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

Para as comemorações do centésimo aniversário da Lei Áurea, no próximo 13 de maio, transformado em Feriado Nacional, o Governo vem procurando imprimir um clima de festa em toda a programação oficial, aberta a 21 de março do corrente ano. Neste contexto, a Serra da Barriga, no Estado de Alagoas, núcleo do Quilombo dos Palmares, foi declarada Patrimônio Nacional. Ali deverá ser inaugurado, no dia 20 de novembro deste ano, o Memorial Zumbi, em homenagem àquele líder negro.

Diversas entidades vêm se associando às comemorações governamentais e, até mesmo, estimulando e patrocinando outros eventos sobre o acontecimento. No entanto, nota-se, por parte da maioria destas entidades, a preocupação em modificar a história, levantando suspeitas sobre os heróis nacionais da época, tentando reescrever os fatos que originaram a Campanha Abolicionista. Há também, segundo os órgãos de comunicação social (OCS), um movimento que busca revisar, com o apoio do Ministério da Educação, os livros didáticos, com o objetivo de reformular os currículos escolares, que, de acordo com o presidente da Coordenação Nacional do Centenário da Abolição, do Ministério da Cultura, são os responsáveis por "uma visão deformada e sempre subalterna do negro na história brasileira".

Essa distorção da história foi ressaltada em recente programa de televisão, quando um influente político manifestou sua estranheza quanto a estas comemorações, onde não se fala dos grandes vultos que lutaram pela libertação dos escravos, como José do Patrocínio, Rui Barbosa, Castro Alves, Joaquim Nabuco e a Princesa Isabel. Terminou seu comentário denunciando que "reinventava-se uma história do Brasil sem tradição e sem documentos, na busca de uma radicalização que não aceitamos".

2. EXPLORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

a. Atuação das Esquerdas

As organizações marxistas ou por elas infiltradas valem-se de todos os meios e temas para convencer (e persuadir) as massas dos malefícios do regime político e do sistema econômico vigentes. Por isso, pregam a luta de classes, incentivam o ódio ao ca-

Continuação do Anexo ao RPM nº 04/88 - CIE, de 10 de maio de 1988 - 2

pitalismo e propugnam por uma transformação da sociedade rumo ao comunismo, única solução, segundo elas, para os problemas das classes trabalhadoras.

Nesse mister, são de sua predileção os temas que envolvem as minorias, pois, sua exploração torna possível criar dissensões na sociedade visada. Isto é exatamente o que vem ocorrendo no Brasil, onde as bandeiras do racismo e da marginalização do negro são desfraldadas, tendo como pano de fundo as comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura.

Já em 1975, o conhecido jornalista de esquerda Florestan Fernandes afirmava: "... que o marxismo é a única solução para o negro e seus dependentes". E no I Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1979, no Rio de Janeiro, o programa de ação enfatizava: "o sistema capitalista marginaliza as camadas mais baixas da população do processo social e econômico, tendo como objetivo a permanência da exploração mantida pela minoria no poder. A marginalização do negro o anula politicamente, tirando-lhe o peso social enquanto grupo, colocando-o à mercê das decisões das classes dominantes e de outros setores organizados na sociedade brasileira".

Num Encontro Nacional do PT, em 1987, sob o tema "O PT e a Questão Racial", um dos membros da Comissão de Negros do PT/SP afirmou: "O Movimento Negro Brasileiro, do qual as Comissões de Negros são partes, ainda não conseguiu elaborar uma ideologia anti-racismo, que fustigue e leve ao colapso o mito de democracia racial e que sirva para colocar a luta contra o racismo no contexto da luta de classes e como parte integral da luta política por uma sociedade socialista".

No 1º Encontro Regional do Negro da Região Centro-Oeste, realizado no período de 22/24 Jan 88, patrocinado pelo Grupo Tradição e Estudo Zumbi e o Conselho Estadual dos Direitos dos Negros, ambos infiltrados pelo PCB, seus oradores destacaram que: "o dia 13 de maio deve ser reverenciado como o Dia Nacional de denúncia contra o racismo e o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra".

Não foi por acaso que no carnaval de 1988, no Rio de Janeiro, quatro Escolas de Samba abordaram o tema da Escravidão, sain

Ben H. ...

Continuação do Anexo ao RPM nº 04/88 - CIE, de 10 de maio de 1988 - 3

do vencedora a Escola de Samba Unidos de Vila Isabel com o Samba Enredo "KIZOMBA, Festa da Raça", uma manifestação revolucionária negra contra os brancos. Não é por acaso, também, que "Ruça", mulher do conhecido "Martinho da Vila", comunista filiada ao PCB é a presidente da Unidos de Vila Isabel.

Também a RIOARTE, órgão cultural do Município do Rio de Janeiro, hoje controlada pelo PCB, patrocinará uma manifestação cultural de resistência negra, baseada no texto lítero-musical Missa dos Quilombos, de D. Pedro Casaldáliga e Milton Nascimento, que deverá ser levada ao público no próximo 13 de maio, nos Arcos da Lapa, no Rio de Janeiro.

O que causa preocupação nesta intensa campanha é a difusão das idéias marxistas e a pregação da luta de classes sob o manto de denúncia infundada do racismo em nossa Pátria, onde não falta o apoio externo.

A esse respeito, é oportuno lembrar o artigo publicado em "O Estado de São Paulo", de 07 Abr 88, sob o título "Comunismo angolano". Nele, o articulista informa que forças políticas nacionais estão fazendo um movimento de ligação com os revolucionários de Angola: "Países do Terceiro Mundo, acumpliciados com certos líderes duvidosos da África, pretendem agora substituir na América do Sul em geral e no Brasil em particular, a arma ideológica pelo ódio racial insuflado na alma dos seus povos ignorantes. Esse momento de reflexão da raça negra que agora está tomando vulto entre nós — objetivando criar um ódio que não existe entre brancos e negros brasileiros — é financiado por Angola e tem origem nos grupos revolucionários daquele país africano. Foram esses grupos que financiaram, por exemplo, a escola de samba Unidos de Vila Isabel" (...)

b. "Clero Progressista"

O chamado "clero progressista", segmento da Igreja formado por adeptos de uma teologia eivada de idéias marxistas, igualmente, vem apoiando e incentivando as idéias de grupos racistas.

A Campanha da Fraternidade/88 (CF/88) da CNBB, com o tema "A Fraternidade e o Negro", entre várias informações distorcidas no seu texto-base, afirma que o capitalismo explora os negros, denunciando a sociedade de classes como culpada dessa exploração.

Continuação do Anexo ao RPM nº 04/88 - CIE, de 10 de maio de 1988 - 4

Prega a transformação dessa "estrutura opressora e injusta" numa "nova sociedade". Nada mais é que a mobilização de mais um setor da sociedade — dentre muitos, o dos negros — dentro do trabalho de massa, no intuito de obter elementos de manobra para a transformação da sociedade numa outra dita "não capitalista, justa, fraterna e sem classes".

A cartilha "Ouvi o Clamor Deste Povo Negro", texto básico da atual campanha, distorcendo fatos históricos e apresentando falsas estatísticas, aponta Duque de Caxias, Rui Barbosa, o Bandeirante Domingos Jorge Velho e a Princesa Isabel como "falsos heróis que contribuíram para o massacre do negro no Brasil".

A Arquidiocese do Rio de Janeiro, discordando da linha de reflexão adotada pela CNBB, promoveu uma campanha própria cujo tema "Muitas raças, um só povo" dá prioridade à tese da integração racial, que deve ser assumida por todos os cristãos, como uma obrigação evangélica. A tese da comissão redatora da campanha, no Rio, é a de que a "discriminação sofrida pelo negro no Brasil é mais social e econômica do que racial".

A verdade é que pela primeira vez, desde que foi criada, em 1964, a Campanha da Fraternidade teve uma dissidência, motivada particularmente pela exploração ideológica da situação dos negros no Brasil.

c. Movimento Negro Brasileiro (MNB)

O MNB possui atualmente mais de uma centena de organizações infiltradas voltadas para a causa negra, na maioria dos estados. Está estruturado em várias correntes, como o Movimento Negro Unificado (MNU), Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON) e diversas Associações Afro-Brasileiras e de Estudos Afro-Asiáticos, Centros de Cultura e Emancipação da Raça Negra, de Estudos Afro-Brasileiros, de Defesa do Negro e da Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, e muitos outros. Dos diversos segmentos que compõem o MNB, o Movimento Negro Unificado (MNU) é o que está mais bem organizado. Com representações em quase todos os estados, pretende, através de palestras, de representações teatrais e de atos públicos, manter-se em evidência e, apoiado pelos Meios de Comunicação Social, procura, num trabalho de doutrinação, desenvolver e estimular o racismo.

Am. Henrique

Continuação do Anexo ao RPM nº 04/88 - CIE, de 10 de maio de 1988 - 5

Assim, o MNB mostra-se claramente como mais um instrumento do Movimento Popular (M Pop) que aproveita toda e qualquer reivindicação para pregar a resistência, a luta das massas em torno de projetos alternativos para a implantação de uma nova sociedade no País, a sociedade socialista. Desponta impulsionado pelas comemorações do Centenário da Abolição, pretensamente em defesa dos interesses da raça negra, fechando-se nos seus pontos de vista e julgamentos sobre o estado social. Influencia, hoje, uma parcela da opinião pública com marcante presença no cenário político.

3. CONCLUSÃO

O Centenário da Abolição da Escravatura vem propiciando às esquerdas, por meio da adoção de um tema candente, um intenso trabalho de doutrinação ideológica.

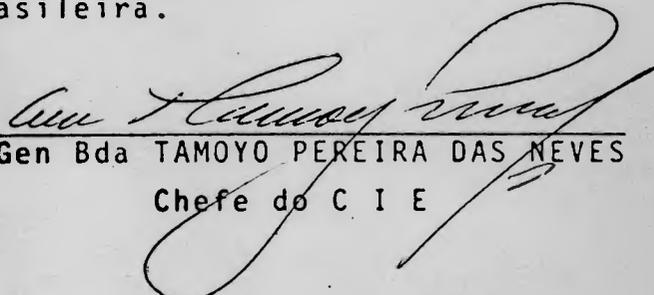
Através de distorções da História, utilizando falsas estatísticas e fazendo uso da técnica de Agitação e Propaganda, procuram mobilizar a população por meio de palavras de ordem, buscando criar "um ódio que não existe entre brancos e negros brasileiros". Simultaneamente, remetem o problema do campo social para o plano político, fazendo com que os que passam a crer nessa pretensa injustiça acreditem, também, que esse mal decorre da estrutura da sociedade de classes. Nesta altura, a luta contra esse falacioso racismo está colocada "no contexto da luta de classes e como integrante da luta política por uma sociedade socialista".

Constata-se que o Movimento Negro Brasileiro, infiltrado pelas esquerdas e com ramificações em todo o País, além de apoiado por organizações subversivas e pela ala "progressista" do clero, vem insuflando o ódio racial e pregando, abertamente, a luta contra o regime vigente e sua substituição por uma nova sociedade "não capitalista, fraterna e sem classes", isto é, uma sociedade comunista.

Assim, num país como o nosso, de "muitas raças e um só povo", nas palavras de D. Eugênio Sales, onde a miscigenação se processou sem traumas ao longo dos dois últimos séculos, as esquerdas conseguem, pelo menos, empanar o brilho de um evento que deveria ser de confraternização e integração, semeando o germe da

Continuação do Anexo ao RPM nº 04/88 - CIE, de 10 de maio de 1988 - 6

discórdia, com a finalidade de criar mais uma área de antagonismo social, sobrepondo a exploração de um pretenso racismo à exaltação de um fato histórico de real importância no processo de formação da nacionalidade brasileira.


Gen Bda TAMOYO PEREIRA DAS NEVES
Chefe do C I E